

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE DE PONTA PORÃ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS
NÍVEL MESTRADO – PPGDRS

RAFAEL GONÇALVES MORENO

**DINÂMICA DO PIB INDUSTRIAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA
APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E DAS MEDIDAS
REGIONAIS, NO PERÍODO DE 2000 A 2015**

Ponta Porã - MS
2018

RAFAEL GONÇALVES MORENO

**DINÂMICA DO PIB INDUSTRIAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA
APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E DAS MEDIDAS
REGIONAIS, NO PERÍODO DE 2000 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e de Sistema Produtivo (PPGDRS) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Orientadora: Dr^a. Rosele Marques Vieira.

Ponta Porã
2018

RAFAEL GONÇALVES MORENO

**DINÂMICA DO PIB INDUSTRIAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA
APLICAÇÃO DO MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E DAS MEDIDAS
REGIONAIS, NO PERÍODO DE 2000 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Aprovada em 08/11/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Rosele Marques Vieira - UEMS
(Orientador e presidente)

Prof. Dr. Ernani Carpenedo Busanelo - UEMS

Prof^ª. Dr^ª. Maira Batista Bitencourt Fagundes - UFMS

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares queridos que sempre me apoiaram nessa caminhada, meus avós, minhas irmãs, meus pais, minhas esposa Regiane e minha filha Cecília.

A todos os meus colegas de curso, por bons momentos, pela amizade, contribuições em que pude aprender ainda mais.

Aos professores, todos eles, que se dedicam a essa tão nobre missão de ensinar, compartilhando conosco seus conhecimentos. Em especial as professoras Rosele e Cláudia, que forneceram o suporte, compartilharam conhecimentos e me ajudaram na elaboração deste trabalho.

A UEMS e a FUNDECT pelo apoio financeiro durante boa parte dessa jornada.

Muito obrigado.

RESUMO

O objetivo geral do trabalho é identificar o potencial do setor secundário em dinamizar a economia de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2015. Nesse sentido, diversas bases teóricas indicam a capacidade da industrialização de impulsionar o crescimento econômico de determinada região, este estudo se baseou nas teorias de Myrdal, Perroux e Hirschman, que discutem o crescimento a partir da concentração de atividades em setores dinâmicos capazes de promover o desenvolvimento. Para atingir os objetivos propostos nesta investigação, à opção metodológica incidu sobre procedimentos quantitativos de pesquisa, estabeleceu-se como objeto de análise o PIB dos três grandes setores de atividade econômica, primário (agropecuário), secundário (indústrias) e terciário (comércio e serviços), das 11 microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul, os dados foram extraídos das bases de dados do IBGE e da SEMAGRO (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar). Para alcançar os resultados utilizou-se os métodos de análise regional, como o Cociente Locacional, Coeficiente de Redistribuição, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação, que visam identificar a estrutura produtiva e os padrões de concentração ou dispersão das atividades, e complementado as medidas de localização utilizou-se o método Diferencial-estrutural ampliado. Os resultados demonstram que ocorreram poucas mudanças quanto ao padrão de concentração ou dispersão, com algumas poucas exceções, como no caso de Paranaíba, Três Lagoas e Campo Grande e as regiões que melhor apresentam vantagens competitivas e especialização foram basicamente às mesmas. Embora Mato Grosso do Sul possua como característica a predominância do setor primário, o setor secundário, mesmo que atrelado ao setor primário vem apresentando bons resultados, como o aumento na participação setorial do PIB, aumento do número de estabelecimentos, etc.

Palavras Chaves: Industrialização. Mato Grosso do Sul. Método Diferencial-Estrutural.

ABSTRACT

Several theoretical bases indicate the capacity of industrialization to boost the economic growth of a given region, Myrdal (1957), Perroux (1955) and Hirschman (1958), who discuss growth by concentrating activities in dynamic sectors capable of promoting development. In this sense, the general objective of the study is to verify the potential of the secondary sector to dynamize the economy of Mato Grosso do Sul in the period from 2000 to 2015. And as a secondary objective to review the historical economic trajectory of the formation of Mato Grosso do Sul, verify the productive structure of the economic sectors in Mato Grosso do Sul and, finally, to identify the spatial concentration / dispersion pattern of the sectorial GDP. In order to reach the objectives proposed in this research, the GDP of the three large economic, primary (agricultural and livestock), secondary (industries) and tertiary (trade and services) sectors of the 11 microregions of the State of Mato Grosso the data were extracted from IBGE and SEMAGRO (Secretariat of Environment, Economic Development, Production and Family Agriculture) databases. The regional analysis methods, such as the Locational Ratio, Redistribution Coefficient, Specialization Coefficient and Restructuring Coefficient, were used to reach the results. They were designed to identify the productive structure and patterns of concentration or dispersion of activities, and complemented the measures. The differential Differential-Structural method was used. The location measurements indicated that there were few changes in the concentration or dispersion pattern, with a few exceptions, such as Paranaíba, Três Lagoas and Campo Grande. The Differential-Structural Method indicated that the regions with the best competitive advantages and specialization were basically the same. The results show that although Mato Grosso do Sul has the predominance of the primary sector as a characteristic, the secondary sector, even if tied to the primary sector, has been showing good results.

Keywords: Industrialization. Mato Grosso do Sul. Regional Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------|--|----|
| Figura 01 | Evolução do total de indústrias em Mato Grosso do Sul..... | 59 |
| Figura 02 | Faturamento do setor industrial em MS – 2010-2015..... | 64 |
| Figura 03 | Exportações de produtos industriais em MS – 2010-2015..... | 64 |
| Gráfico 01 | Exportações dos produtos por origem no MT (1936-1940)..... | 36 |
| Gráfico 02 | Total de empregos formais no Setor industrial de MS – 2011 a 2015..... | 60 |
| Mapa 01 | Mato Grosso do Sul: área arrendada pela Matte Laranjeira..... | 31 |
| Mapa 02 | Principais atividades econômicas em MT no início do século XX..... | 33 |
| Mapa 03 | Polos de desenvolvimento em MT (1977)..... | 41 |
| Mapa 04 | Polos de desenvolvimento em MS (2015)..... | 57 |
| Mapa 05 | Indústrias oriundas de outros estados presentes em MS em 2014..... | 65 |
| Mapa 06 | Divisão Político-Administrativa e Microrregional..... | 69 |
| Mapa 07 | MRGs com especialização no setor secundário..... | 83 |
| Quadro 01 | Compatibilização da programação regional em função da nacional..... | 45 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Tabela 01 | Participação dos setores produtivos na geração de renda interna MT..... | 38 |
| Tabela 02 | Valor adicionado do PIB dos setores de atividade econômica - 2000-2015... | 50 |
| Tabela 03 | Evolução da participação relativa no Valor Adicionado do PIB (%). | 51 |
| Tabela 04 | Evolução do PIB/MS e PIB Industrial de MS (R\$ milhões) e taxa de crescimento em relação ao ano anterior..... | 52 |
| Tabela 05 | PIB setorial por MRGs de MS de 2000-2015 (em %). | 54 |
| Tabela 06 | Evolução do índice acumulado do crescimento dos setores e das atividades econômicas em MS de 2002-2015..... | 60 |
| Tabela 07 | Distribuição dos Estabelecimentos Industriais, Por Ramo De Atividade – Por Microrregião – 2012..... | 62 |
| Tabela 08 | Dinâmica dos setores industriais na composição do PIB/MS – 2002-2012 | 63 |
| Tabela 09 | Pesquisa industrial anual – Empresas MS (2015)..... | 66 |
| Tabela 10 | Indústria por ramo de atividade em MS segundo a CNA (2013-2016)..... | 66 |
| Tabela 11 | Contribuição das MRGs no PIB de MS 2000-2015 (em %). | 71 |
| Tabela 12 | Sinais de possíveis efeitos alocação..... | 78 |
| Tabela 13 | Matriz de informações..... | 79 |
| Tabela 14 | Quociente Locacional do PIB setorial por microrregião de MS em 2000..... | 82 |
| Tabela 15 | Quociente Locacional do PIB setorial por microrregião de MS em 2015..... | 83 |
| Tabela 16 | Coeficiente de Redistribuição do PIB setorial por MRG 2000-2015..... | 84 |
| Tabela 17 | Coeficiente de Especialização do PIB setorial das MRGs de MS 2000-2015..... | 84 |
| Tabela 18 | Coeficiente de Reestruturação do PIB setorial das MRGs de MS 2000-2015..... | 85 |
| Tabela 19 | Matriz da taxa de crescimento do PIB setorial de MS das MRGs de MS..... | 86 |
| Tabela 20 | Decomposição setorial da variação diferencial do PIB por setor nas MRGs de MS 2000-2015..... | 86 |
| Tabela 21 | Decomposição setorial da variação estrutural do PIB por setor nas MRGs de MS 2000-2015..... | 87 |
| Tabela 22 | Efeito de Alocação no Setor Primário nas MRGs de MS 2000-2015..... | 88 |
| Tabela 23 | Efeito de Alocação no Setor Secundário nas MRGs de MS 2000-2015..... | 88 |
| Tabela 24 | Efeito de Alocação no Setor Terciário nas MRGs de MS 2000-2015..... | 89 |
| Tabela 25 | Sinais de possíveis efeitos alocação..... | 89 |
| Tabela 26 | Alternativas de efeito de Alocação nas MRGs de MS 2000-2015..... | 90 |
| Tabela 27 | Vantagem competitiva especializada (Alternativa 1)..... | 90 |
| Tabela 28 | Vantagem competitiva não especializada (Alternativa 2)..... | 90 |
| Tabela 29 | Desvantagem competitiva especializada (Alternativa 3)..... | 91 |
| Tabela 30 | Desvantagem competitiva não especializada (Alternativa 4)..... | 91 |
| Tabela 31 | Estabelecimentos industriais MRG de Três Lagoas de 2000 até 2015..... | 92 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| CAND | Colônia Agrícola Nacional de Dourados |
| CANG | Colônia Agrícola Nacional de Goiás |
| CIBPU | Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí |
| CDI | Conselho de Desenvolvimento Industrial |
| CODEMAT | <u>Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso</u> |
| CODESUL | Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul |
| DICG | Distrito Industrial de Campo Grande |
| DID | Distrito Industrial de Dourados |
| DITL | Distrito Industrial de Três Lagoas |
| FBC | Fundação Brasil Central |
| FCO | Fundo Constitucional do Centro-Oeste |
| GO | Goiás |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| MT | Mato Grosso |
| PDDI | Programa de Desenvolvimento Industrial |
| PLADESCO | Plano de Desenvolvimento Econômico-social do Centro-Oeste |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PNPC | Programa Nacional de Papel e Celulose |
| POLOCENTRO | Programa de Desenvolvimento dos Cerrados |
| PROALCOOL | Programa Nacional do Alcool |
| PRODEGRAN | Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados |
| PRODEPAN | Programa de Desenvolvimento do Pantanal |
| PRODOESTE | Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste |
| PSN | Plano Siderúrgico Nacional |
| PVEFRSP | Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País |
| SUDECO | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste |

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO | 16 |
| 2.1 FRANÇOIS PERROUX (1955) | 19 |
| 2.2 GUNNAR MYRDAL (1957) | 21 |
| 2.3 ALBERTO O. HIRSCHMAN (1958) | 24 |
| | |
| 3. FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL..... | 29 |
| 3.1 POLOS DE DESENVOLVIMENTO E OS SETORES ECONÔMICOS DE MS .. | 56 |
| | |
| 4. SETOR SECUNDÁRIO EM MS ENTRE 2000-2015 | 59 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES DE MS | 68 |
| | |
| 5. METODOLOGIA..... | 73 |
| 5.1 MÉTODO DE ANÁLISE ESTRUTURAL-DIFERENCIAL | 73 |
| 5.1.1 Método Estrutural-diferencial Ampliado | 77 |
| 5.2 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL | 78 |
| | |
| 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES | Erro! Indicador não definido.82 |
| | |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 96 |

1. INTRODUÇÃO

Diante das diferenças regionais, e da lógica da divisão do trabalho nacional e internacional¹, Mato Grosso do Sul apresenta como característica o agronegócio, é ponderável que é preciso pensar em alternativas aos problemas e limitações econômicas de nosso Estado, afinal, o desenvolvimento no seu mais amplo entendimento, não é exclusivamente econômico, mas é inevitavelmente econômico.

As regiões subdesenvolvidas enfrentam maiores dificuldades que as desenvolvidas, porém, segundo Myrdal (1960, p. 125) há uma possibilidade, “Sua única vantagem é o acervo de conhecimentos científicos e técnicos de que podem tirar proveito; mas, para utilizá-los, necessitam de pesquisas atualizadas em todos os setores de atividades”. Myrdal (1960, p. 129) também defende que é preciso novos estudos voltados para a problemática dos países subdesenvolvidos, na perspectiva dos interesses dos subdesenvolvidos, abandonando as concepções tradicionais, que, muitas vezes torna-se sem sentido diante dos problemas dos países subdesenvolvidos, e tomando como ponto de partida “o estudo de seus próprios problemas e necessidades”.

A partir desse contexto, é necessário pensar alternativas ao cenário atual, considerando que é preciso uma mudança estrutural, coordenando esforços para promover uma sequência de eventos baseados nas especificidades locais visando o desenvolvimento local.

E uma das alternativas para alcançar o desenvolvimento e o progresso econômico é a industrialização. De acordo com Lamonica e Feijó (2013, p. 98), “Por sua posição na matriz produtiva, a manufatura é o setor que mais demanda e oferta insumos, ou seja, é o que realiza mais trocas e mais complexas com os demais”.

O desenvolvimento do setor industrial é complexo, e exige em torno de si, uma série de elementos próprios que a diferenciam em relação aos seus impactos na dinâmica econômica e em toda a estrutura produtiva local.

Os argumentos favoráveis à industrialização para o crescimento econômico se encontram também na teoria de Kaldor (década de 1960/1970), que passou a ser denominada de leis de Kaldor, nelas ele apresenta as propriedades inerentes à indústria de transformação que atribuem a ela uma importância maior para atingir o crescimento dos demais setores

¹ A divisão internacional do trabalho consiste na divisão da produção economia-industrial mundial, para Pochmann, (2015, p.15), “A divisão internacional do trabalho seria, assim, obra construída por diversos fatores, não conformada por ordenamento natural, mas sim uma repartição capitalista própria do trabalho”.

produtivos e para espalhar ganhos de produtividade por toda a economia (LAMONIA e FEIJÓ, 2013).

Outro aspecto de importância é a questão tecnológica, a indústria exige e tem a capacidade de difundir a partir de si para outros setores os avanços tecnológicos. Conforme Feijó e Lamônica (2009, p. 70), para que o processo de desenvolvimento atinja a maturidade é necessário que passe “pela evolução da estrutura produtiva na direção de uma indústria mais sofisticada tecnologicamente”.

Em outras palavras, “A acumulação de capital, materializada no processo de industrialização, é a variável chave para o processo de desenvolvimento econômico, pois é através deste processo que a taxa de mudança tecnológica se acelera beneficiando toda a economia (FEIJÓ e LAMÔNICA, 2009, p. 62)”.

Diante da literatura fica evidente a capacidade única da indústria de alavancar a economia, além de promover o avanço tecnológico e o estabelecimento de um conjunto de estruturas em seu entorno, que são absorvidos pelos outros setores de uma economia. A industrialização constitui uma etapa rumo ao desenvolvimento e todo o valor agregado pelas atividades industriais constitui um vetor de crescimento econômico.

Embora seja bastante significativo o referencial teórico que relaciona a indústria ao desenvolvimento, foi em uma base diferente em que sucede a trajetória histórico-econômica de MS. Começando pelos primórdios da ocupação do estado, ainda compondo o território do antigo estado de Mato Grosso, onde a ocupação foi primeiramente impulsionada pela descoberta e exploração do ouro em meados de 1720. Com o enfraquecimento da atividade de mineração, estabeleceu-se de forma incipiente a agropecuária, aproveitando-se do transporte fluvial via Rio Paraguai, momentaneamente interrompido pela Guerra do Paraguai (1864-1870), dando início ao processo de ocupação do estado.

Nesse período, cabe destaque a pecuária, que através da indústria da charqueada² introduziu a região no mercado nacional, e a exploração da erva mate, que apesar de contraditória, proporcionou certa infraestrutura não existente na região. A Erva mate, que por sua vez, ditou a dinâmica econômica do estado do final da guerra até a década de 1930. Nas primeiras décadas do século XX, a região do atual Mato Grosso do Sul³, começa integrar-se

² Charqueada é a produção de charque. O charque é uma carne salgada e seca ao sol com o objetivo de preservá-la e mantê-la própria para o consumo por mais tempo.

³ O estado de Mato Grosso do Sul era constituído até 1977 de forma conjunta com o estado de Mato Grosso. Dada sua localização, o sul do até então estado do Mato Grosso possuía vantagens sobre o Norte devido a suas fronteiras com outros países e com a região sudeste, o que influenciava estrategicamente no escoamento da produção (VIEIRA, 2012).

ao contexto nacional, boa parte desse processo deve-se a pecuária que atendia a demanda nacional, ao contrário da erva mate que era exportada, principalmente para a Argentina. Nesse período é destacável o estabelecimento da estrada de Ferrovia Noroeste do Brasil, entre Corumbá e Bauru, que proporcionou inicialmente a ascensão de Corumbá, que se estabeleceu como principal cidade do sul de Mato Grosso. A ferrovia iniciou o processo de integração nacional, aos poucos modificando a dinâmica econômica do estado, que se alterou do oeste do estado, de Corumbá, para a região central, onde Campo Grande passou a ser o principal centro comercial da região, absorvendo e concentrando em torno de si o capital e os investimentos da classe pecuarista que se fortaleceu no início do século.

A integração do sul de mato grosso, iniciada com a ferrovia, torna-se mais intensa a partir da década de 1930, com o Governo Vargas, dando início a Marcha para o Oeste, que além de integrar o estado ao mercado nacional reafirmava seu posto de produtor primário, suprindo as necessidades da industrialização do sudeste. Nesse ponto, embora não tenha participado diretamente do processo de industrialização, participou de forma indireta por meio de fornecimento de matéria-prima ou como fronteira-agrícola. E assim o fez até a década de 1970, quando passa a fazer parte do processo de planejamento da industrialização nacional, por meio da modernização da agricultura e da agroindústria, beneficiando se da proximidade com os grandes centros industriais. O desenvolvimento do setor secundário em Mato Grosso do Sul, iniciado na década de 1970 adquiriu maior intensidade no final da década de 1980 e 1990, porém sempre atrelado à base agropecuária.

Em relação ao período em análise, 2000 até 2015, o número de empreendimento no setor industrial de MS cresceu, aumentou também a participação do PIB secundário no PIB total, esses fatores influenciaram a escolha do corte temporal, além dos incentivos fiscais iniciados pós 2000, como o MS Empreendedor, da migração de empresas de outras regiões como, por exemplo, do sudoeste para o MS e também por ser um período atual. Entre as microrregiões que possuem maior participação do PIB secundário estão Campo Grande, Três Lagoas, Nova Andradina, Iguatemi, Baixo Pantanal e Paranaíba.

Diante deste contexto e a partir do referencial teórico, formado por representantes do desenvolvimento desequilibrado, Hirschman (1958), Myrdal (1957) e Perroux (1955), é possível considerando que em contextos de subdesenvolvimento, ou em desenvolvimento, os recursos são escassos, e por isso, é preciso adequadamente direcioná-los apenas nas atividades ou setores realmente capazes de alavancar a economia, é preciso pensar como tornar esse processo viável e concreto.

A partir desta perspectiva, alinhando tanto o referencial teórico quanto a metodologia, este trabalho busca responder a seguinte questão: o setor secundário tem se mostrado capaz de dinamizar a economia de Mato Grosso do Sul? Nesse sentido o objetivo geral do trabalho é verificar o potencial do setor secundário em dinamizar a economia de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2015. E como objetivo secundário estabelece:

- a) Revisar a trajetória histórica econômica da formação de Mato Grosso do Sul.
- b) Verificar a estrutura produtiva dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul.
- c) Identificar o padrão de concentração/dispersão espacial do PIB setorial.

Assim sendo, mesmo considerando sua origem socioeconômica onde o modelo agroexportador é enraizado e predominante, é plausível a hipótese de que a industrialização ou fortalecimento do setor secundário é capaz de promover, o crescimento economia, e posteriormente o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Portanto, é de grande relevância a realização de estudos voltados para a análise do potencial do setor secundário em Mato Grosso do Sul, com o intuito de melhor conhecer sua estrutura e padrões de concentração, permitindo, talvez, evidenciar os caminhos possíveis para políticas de desenvolvimento estadual.

Nesta investigação, estabeleceu-se como variável de análise o PIB dos três grandes setores de atividade econômica, primário (agropecuário), secundário (indústrias) e terciário (comércio e serviços), das 11 microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul, os dados foram extraídos das bases de dados do IBGE e da SEMAGRO (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar).

Para atender os objetivos proposto a metodologia utiliza métodos de análise regional, como o Cociente Locacional, Coeficiente de Redistribuição, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação, que visam identificar a estrutura produtiva e os padrões de concentração ou dispersão das atividades. E complementado as medidas de localização utilizou-se o método diferencial-estrutural (shift-share), que é basicamente um método descritivo e prático para avaliar os impactos de mudanças estruturais em economias locais ou regionais, separando os componentes do crescimento de uma determinada região, refletindo o crescimento nacional, as atividades de dentro da região e sua posição competitiva (SILVA e MONTE, 2011).

O trabalho está estrutura em seis capítulos, além desta introdução, o presente trabalho é composto pelo capítulo dois, que é dedicado ao referencial teórico, base das discussões e problemática do presente trabalho. Nele a intenção foi de apresentar as principais contribuições teóricas, que possibilitem refletir sobre alternativas ao atraso econômico,

processos que permitam concentrar adequadamente esforços para promover o processo de desenvolvimento. A análise teórica se concentrou em torno das teorias de encadeamento de Hirschman (1958), dos polos de crescimento de Perroux (1955) e da causação circular cumulativa de Myrdal (1957).

No capítulo três, foi elaborado a uma retrospectiva da formação histórico-econômica do Estado de Mato Grosso do Sul, ressaltando os principais eventos que influenciaram a nossa formação econômica. Nesse sentido, essa imersão na trajetória histórico-econômica é crucial para, contextualizar, revisar e compreender a atual conjuntura econômica, possibilitando assim reflexões que busquem contribuir no debate sobre o desenvolvimento regional.

O capítulo quatro apresenta as características das microrregiões do Estado de Mato Grosso do sul e no capítulo cinco é apresentada a metodologia adotada para atingir o objetivo proposto no trabalho. Utilizou-se para tal o método diferencial-estrutural (shift-share), o Cociente Locacional, Coeficiente de Redistribuição, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação. Nesse ponto, a ferramenta se ajusta ao embasamento teórico do trabalho e considerando seus objetivos sua aplicação se justifica. Quanto ao método diferencial-estrutural, analisará o desempenho das microrregiões do estado, verificando em quais setores e regiões existem vantagens locais capazes de garantir o dinamismo e bom desempenho dessas regiões na economia estadual.

O sexto capítulo é reservado para os resultados e discussões, enquanto o sétimo e último capítulo é dedicado para as considerações finais.

2. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Antes de tratar da teoria do desenvolvimento é importante ressaltar a existência da diferenciação entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento, o primeiro tem o enfoque direcionado apenas para a questão econômica, enquanto o segundo além deste enfoque acrescentou outros elementos. O conceito de desenvolvimento nos moldes em que conhecemos atualmente surgiu a partir da década de 40, logo após a segunda guerra mundial, na tentativa de reconstruir a Europa e superar o atraso econômico e social (Sachs, 2004). Além do enfoque econômico a evolução do conceito acrescentou fatores qualitativos ao desenvolvimento, como o social e posteriormente o ambiental.

No período pós-segunda guerra o fator regional e uma nova interpretação do desenvolvimento passam a marcar presença na literatura econômica, através da teoria do desenvolvimento, que pode ser dividida em desenvolvimento equilibrado e desequilibrado. Apesar da reconhecida contribuição das primeiras teorias locacionais, teorias que Cavalcante (2008) denomina de teorias clássicas da localização (Von Thünen (1826), Weber 1909), Christaller (1933), Lösch (1939) e Isard (1956)), outras concepções alternativas surgem voltadas a examinar as múltiplas dinâmicas do desenvolvimento.

Vários pensadores buscaram adotar uma visão mais holística e integrada dos processos econômicos. Entre eles, destacam-se, na linha do desenvolvimento espacial, mesclada com uma proposta de natureza regulacionista e intervencionista, como Myrdal (1960) e Hirschman (1984) e a postulação da intervenção do Estado como fundamental, para conter as forças de mercado que tenderiam, de outra maneira, a acentuar as desigualdades regionais (VALE E CASTRO, 2010, p. 85).

A partir da década de 1950 surgem teorias que abordavam o desenvolvimento na perspectiva regional, que enfatizam algum tipo de mecanismo capaz de produzir efeito de auto-reforço a partir das externalidades originárias da aglomeração industrial. De acordo com Fochezatto (2010) essa corrente teórica avança até a década de 1980, nesse período essas teorias deram suporte a políticas de desenvolvimento regionalizado.

Para Cavalcante (2008), esse conjunto de teorias possuem ênfase nos fatores de aglomeração e certa inspiração marshalliana⁴ e keynesiana⁵, e as denomina de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração. A questão da aglomeração

⁴ O argumento de Alfred Marshall (1842-1924) era de que a situação particular de “indústrias aglomeradas” envolvidas em atividades similares gerava um conjunto de vantagens econômicas, chamadas de “economias externas marshallianas.

⁵ John Maynard Keynes (1883-1946), acreditava que o Estado era agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Sua teoria se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é auto-regulado como defendem os neoclássicos, defendendo por este motivo a intervenção do Estado na economia.

está presente nas ideias de polos de crescimento de Perroux (1955), na teoria da causação circular e acumulativa de Myrdal (1957) e nos efeitos para trás e para a frente dos encadeamentos de Hirschman (1958).

Para criar condições favoráveis para formação de aglomerações mercantis é necessário o estabelecimento de políticas de investimentos, tornando possível a partir dos investimentos,

[...] produzir efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento da região, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de “enclaves” ou a aglomeração de indústrias desprovidas de coerência interna nas suas interconexões (AMARAL FILHO, 2001, p.271).

Para Duarte (2015), a estratégia adotada pelos teóricos do desenvolvimento desequilibrado consiste em orientar os investimentos, direcionando-os para os setores-chave, fazendo com que a concentração resulte na maximização dos retornos.

A mudança estrutural é a essência do desenvolvimento econômico regional. Já o crescimento econômico regional, é a consequência da transformação destas estruturas. Além disso, a industrialização é tida como um reflexo do processo de desenvolvimento econômico. Assim, resta saber como produzir uma sequência de eventos que induzam ao avanço do desenvolvimento econômico de uma região, lembrando que essa sequência de eventos deve estar amparada em uma estratégia de desenvolvimento econômico voltada à especificidade da realidade regional (PIFFER, 2016, p. 146).

Nesse contexto, esses três autores (Perroux, Myrdal e Hirschman) passaram a dar maior importância aos fatores dinâmicos da aglomeração, ao considerar a incorporação do fator localização, a complementariedade entre setores e firmas, e também a de economia de escala mínima da firma (AMARAL FILHO, 2001).

Para corroborar com a afirmação anterior:

Essas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região. Dessa forma, em relação ao anterior, esse grupo de teorias passa a: incorporar a ideia de economias externas e, portanto, de mecanismos dinâmicos de autorreforço endógeno; e olhar a região em seu conjunto, a estrutura produtiva, com suas interligações comerciais e tecnológicas, indo além da preocupação com a localização individual de firmas (FOCHEZATTO, 2010, p. 166).

As teorias de desenvolvimento regional baseadas na aglomeração consideram o desenvolvimento desigual, devido às diferenças regionais, cada local desenvolve-se em ritmo diferente.

Para Souza (2009, p. 1955),

Cada região tende a crescer em ritmo diferenciado das outras, em função de sua estrutura produtiva e dotação interna de recursos, o que determina suas vantagens locais. Assim, o crescimento econômico tenderá a ocorrer de forma

concentrada, por polos, exercendo tanto efeitos expansivos como drenagem de recursos das áreas periféricas. Com isso, há tendência de aumento das desigualdades regionais.

Piffer (2016, p. 146), descreve que:

[...] é essencial que se dê atenção aos aspectos dinâmicos e estratégicos essenciais do processo de desenvolvimento econômico regional. Em vez de se ater à questão dos recursos escassos, tanto de capital quanto de “espírito” empreendedor, é preciso que se busquem mecanismos que levem a “pressões” e a “mecanismos de indução” que atraiam e movimentem o maior número possível de capital e de “espírito” empreendedor da região. Assim, o planejamento do desenvolvimento econômico regional consiste, principalmente, na implantação simultânea de uma série de projetos que aceleram as pressões e os mecanismos de indução (PIFFER, 2016, p. 146).

E uma das alternativas para alavancar o processo de desenvolvimento é a industrialização, que permite a concentração e o impulso da economia local, além de ter como característica estabelecer em torno de si uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento.

[...] a existência de efeitos favoráveis que o setor industrial e sua participação relativa na economia pode exercer em termos da dinâmica de crescimento nas diversas economias quando comparada aos demais setores (agricultura e serviços), sendo que tais efeitos estão associados a questões como maior dinâmica de incorporação dos avanços tecnológicos e inovações, ganhos de produtividade, maior remuneração dos fatores de produção (capital e trabalho), efeitos de transbordamento (*spillovers*), dentre outros (VIEIRA; AVELLAR; VERÍSSIMO, 2014, p. 486).

Na caracterização dos efeitos da indústria é possível destacar que,

Os setores industriais diferenciam-se também pelo papel que desempenham nos fluxos intersetoriais de tecnologia: as inovações mais radicais são geradas por um grupo restrito de setores, que usa intensamente recursos científicos e técnicos. Estas inovações são transmitidas aos demais setores que as incorporam em novos produtos ou processos (ERBER, 2001, p. 3).

Ainda sobre os impactos causados pela indústria,

Para se obter um setor produtivo líder, é necessário organizar todo o espaço físico em que ele estará inserido. E para isso é necessário que, junto com as políticas de industrialização, haja também políticas paralelas de urbanização. Consequentemente, haverá um desenvolvimento paralelo da infra-estrutura, dos transportes e de comunicação, garantindo que não ocorra um estrangulamento no abastecimento e no mercado de insumos e produtos. Isso fará com que a região passe de uma fase de crescimento regional setorial para uma fase de crescimento global (BOTEGA et. al, 2006, p. 83).

Exigindo assim, investimentos induzidos que aproveitem as vantagens locais, quebrando o ciclo vicioso⁶ que embaraça o progresso do desenvolvimento e passe a estabelecer um processo de auto reforço capaz de manter o desenvolvimento.

⁶ Nurkse (1957, p.7) exemplifica esse conceito, afirmando: “um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho é baixa, o que

2.1 FRANÇOIS PERROUX (1955)

De acordo com Souza (2009, p. 55), “o objetivo da teoria do crescimento polarizado é conhecer as razões pelas quais determinadas indústrias e regiões crescem mais do que a média, trazendo um desequilíbrio não previsto pelo modelo neoclássico⁷”.

Para Cavalcante (2008), além da crítica ao modelo teórico de desenvolvimento equilibrado, a teoria de Perroux é marcada pela influencia de Marshall, mas principalmente por Schumpeter (1911) e sua noção de crescimento a partir da inovação e progresso tecnológico. Sobre esse ponto, a teoria de Perroux visualiza a inovação, assim como Schumpeter, porém diferencia-se dela por assimilar o ambiente desequilibrado e por considerar as iniciativas do estado, enquanto Schumpeter focaliza sua teoria na atividade dos empresários privados em um ambiente estável.

De acordo com Perroux (1977), não há como o crescimento ocorrer de uma forma equilibrada, devido o fato de que as mudanças estruturais são caracterizadas pelo aparecimento e desaparecimento de indústrias. “O fato, rude mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p. 146).

Perroux observa que no processo de crescimento certas indústrias possuem destaque, ele as denomina de indústria motrizes, e assim as caracteriza: “elas apresentam, durante períodos determinados, taxas de crescimento de seu próprio produto mais elevadas que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional” (PERROUX, 1977, p. 147-148). A indústria motriz desempenha o papel de indústria-chave em um complexo de indústrias à medida que aumenta as vendas de uma outra indústria (indústria movida) com suas próprias vendas.

A indústria motriz pode,

Promover a difusão setorial e espacial dos efeitos de encadeamento em direção das atividades polarizadas, na região ou fora dela. Essa indústria pode empregar menos mão de obra do que os setores tradicionais. Entretanto, ela tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço, gerar novas tecnologias, empregar mão de obra especializada e melhor remunerada, além de gerar produtos com maior valor

significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transposta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre”.

⁷ O modelo neoclássico enfatizavam os fatores de equilíbrio de mercado, tem como representantes William Stanley Jevons (1835-1882), Léon Walras (1834-1910) Alfred Marshall (1842-1924), entre outros. Enfatizava a tomada de decisões e a determinação das variações na margem, por isso também denominados de marginalistas.

agregado. Ela apresenta, por definição, um poder industrializante capaz de modificar as estruturas econômicas e sociais, contribuindo com o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2009, p. 58).

A indústria motriz, inicialmente, devido aos progressos técnicos, apresenta maiores taxas de crescimento que diminuem no decorrer do tempo, atingindo seu limite e sequencialmente o declínio. Essa situação, onde a firma obtém lucros não apenas a partir da compra e venda de seus fatores, mas também da interação entre as firmas, é própria do crescimento desequilibrado. Sobre a interação entre as firmas, tipicamente representado pelas externalidades marshallianas, Perroux (1977, p. 148), afirma que “Ambas as firmas estão ligadas entre si pelas vendas de bens e serviços e pelas compras no mercado de fatores e, uma vez que estes elementos dependem da técnica e de suas mudanças, estão, também por elas ligadas”.

Outro aspecto de destaque na teoria de Perroux é a inovação, evidencia disso é que uma nova indústria impacta no produto global de uma economia, tanto que de acordo com Perroux (1977, p. 151) “o aparecimento de uma ou várias indústrias modifica “a atmosfera” de uma época, cria um “clima” favorável ao crescimento e ao progresso”. O aparecimento de novas indústrias origina encadeamentos, provocando inovações, que provocam inovações na “estrutura da economia, mais precisamente, mudanças nas características técnicas e econômicas das funções suscitam mudanças nas características jurídicas e políticas das instituições” (PERROUX, 1977, p. 151).

Então, à medida que surge uma indústria motriz é possível estabelecer um ambiente, caracterizado por desequilíbrios, que estimula e fortalece, de forma encadeada, o progresso através da interação entre as firmas, seguindo o fluxo da motriz para a movida, esse processo pode ocasionar o aumento do lucro das indústrias individualmente e da economia global.

Nesse sentido, o importante é compreender que no complexo industrial certas indústrias podem polarizam o progresso em determinadas regiões, propagando seus efeitos de forma subsequente para as indústrias movidas em seu entorno.

À medida que se expande o campo de alcance dos efeitos uma indústria motriz sobre as indústrias movidas pode intensificar suas atividades tornando-se um polo industrial complexo, que é um centro de acumulação e aglomeração de recursos. O polo industrial complexo por sua vez, pode modificar seu meio geográfico imediato e a estrutura inteira da econômica nacional em seu entorno, dando origem a outros centros de acumulação.

Uma indústria motriz pode originar um polo complexo industrial, que concentra e aglomera recursos, à medida que se expande gera novos centros de acumulação que interagem entre si, e o que orienta essa relação é o constante desequilíbrio.

As mudanças da técnica, as vicissitudes políticas, as orientações das correntes do tráfico mundial entre polos maiores favorecem ou desfavorecem os polos territorialmente aglomerados. Quando começa o declínio do polo, se fazem sentir as consequências das concentrações humanas de capitais fixos e fixados e da rigidez das instalações e das estruturas que haviam acompanhado o desenvolvimento desse polo. O polo, até então, fonte de prosperidade e de crescimento, passa a ser centro de estagnação (PERROUX, 1977, p. 155).

Nessa ótica, a economia nacional é composta por conjunto de forças (indústrias motrizes e movidas, polos, complexos industriais, etc) que interagem constantemente, essa relação existente na composição nacional se aplica na relação entre as nações, um “conflito” permanente de forças que combinam poderes privados e públicos.

2.2 GUNNAR MYRDAL (1957)

Inicialmente, Myrdal, concentrou seus estudos na teoria econômica, apenas posteriormente dedicou-se a estudar os problemas sociais.

Nesse ponto, sobre a mudança de foco na análise de Myrdal, é possível observar que,

A crise econômica mundial de 1929 foi determinante para que Myrdal alterasse seu foco de atuação como economista, passando da teoria à prática, participando ativamente da política e da ordenação de estratégias que suplantassem os obstáculos do desenvolvimento e dos problemas populacionais. Myrdal entendia que as regulamentações sociais, através da intervenção estatal, diferiam das antigas políticas de auxílio à pobreza, em que os investimentos eram vistos como custos e não para aumentar o nível de produtividade, e que essas políticas sociais eram vitais para o desenvolvimento econômico de uma nação (OLIVEIRA e STRASSBURG, 2016, p. 157).

No prefácio do livro *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (1974), Myrdal esclarece que o cenário de crescentes desigualdades econômicas, mudança na política internacional e o complexo de problemas que desafiam os países subdesenvolvidos no período pós-segunda guerra o motivaram a estudar o porquê e como sobrevivem tais desigualdades.

Myrdal, mostra sua preocupação ao evidenciar o cenário internacional de desigualdades, afirmando que nos países subdesenvolvidos o desenvolvimento ocorre mais lentamente e nas últimas décadas as desigualdades tem aumentado. Há um grupo pequeno de países prósperos e um grupo grande de países extremamente pobres, os países desse primeiro

grupo encontram-se em processo de desenvolvimento contínuo e o segundo grupo em processo, lento, por vezes de estagnação ou até mesmo de retrocesso.

A teoria tradicional torna-se inadequada diante desta realidade, e para Myrdal (1960, p. 23), “a teoria do comércio internacional e, na verdade, a teoria econômica, em geral, jamais foram elaboradas para servir ao propósito de explicar a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico”. Nesse ponto, a teoria de Myrdal se assemelha a de Hirschman e Perroux, ao criticar a teoria tradicional e defender o desenvolvimento como um processo caracterizado por desequilíbrios,

O equilíbrio estável é uma dessas premissas irrealistas. Em sua forma menos complicada, envolve as noções de que toda perturbação provoca reação dentro do sistema, dirigida no sentido de restaurar novo estado de equilíbrio, e a ação e a reação devem ocorrer no mesmo e único espaço-tempo. Um sistema econômico que não se encontre em estado de repouso está sempre, por essa razão, a mover-se para o equilíbrio, embora não o faça, necessariamente, de modo imediato (MYRDAL, 1960, p. 23-24).

Na perspectiva de Myrdal a noção de equilíbrio estável não gera a auto-estabilização automática no sistema social. Na verdade, segundo ele, essa hipótese não se aplica a realidade social, pois o sistema não se move em direção ao equilíbrio, ao contrário se afasta.

A concepção do equilíbrio com suas fortes conotações ideológicas tradicionais surge, então, como conveniente e oportuna; porque, enquanto uma teoria realista, que reconheça a predominância, no desenvolvimento social, da causação circular com efeitos acumulativos, propicia argumentos para o planejamento estatal do desenvolvimento econômico num país subdesenvolvido e para a intervenção estatal em larga escala, a teoria do equilíbrio, dadas as suas conotações ideológicas, tende a levar a conclusões de *laissez-faire* (MYRDAL, 1960, p. 189).

No jogo de força que compõe um sistema as transformações geram a princípio, uma mudança no mesmo sentido da mudança original, ou seja, o processo social tende a ser acumulativo. Essa hipótese se aplica em outro estudo realizado por Myrdal denominado de “*An American Dilemma: The Negro problem and modern democracy*”, realizado em 1944, onde se verifica o processo cumulativo nas relações entre o preconceito do branco e o baixo padrão de vida da população negra.

Nesse sentido, a base central de sua teoria gira em torno dos elementos que nutrem o processo de pobreza e desigualdade, criando um círculo vicioso que ele denomina de causação circular e cumulativa. O efeito de causação cumulativa exerce sua influência em fatores econômicos e não econômicos normalmente negligenciados pela teoria tradicional. Nas regiões pobres, à medida que existem pobreza e miséria maiores serão as dificuldades de criar os elementos necessários para o seu desenvolvimento. Myrdal exemplifica o quanto os

fatores não econômicos podem influenciar o processo de desenvolvimento de uma região, ao afirmar que:

[...] as regiões mais pobres, desassistidas, não podem financiar programas adequados de assistência médica, suas populações são menos sadias e apresentam menor eficiência produtiva. Há menos escola e estas são inferiores [...] Os habitantes dessas regiões são adeptos das mais primitivas religiões, aceitando costumes tradicionais por força de tabus e de magias, e são, geralmente, mais supersticiosos e menos racionais. Seus sistemas de valores, como um todo, tem tal cunho de pobreza e de atraso que os tornam menos suscetíveis às aspirações progressistas e ambiciosas de uma sociedade em desenvolvimento (MYRDAL, 1960, p.47).

Um evento, que cria efeitos subsequentes, seja ele positivo (efeitos propulsores) ou negativo (efeitos regressivos), também ocorre quando acontece o intercambio entre comunidades ou regiões, desta forma o jogo das forças do mercado geram as desigualdades regionais à medida que uma região interage e absorve os efeitos de outra região.

Sobre os efeitos propulsores e regressivos, Souza (2009) esclarece que,

Os efeitos propulsores são os efeitos de encadeamento da indústria motriz sobre atividades movidas de regiões vizinhas. Quando as primeiras adotam inovações e expandem a produção, aumentando as compras de outras regiões, ofertam produtos em alguns casos com menores preços. Os efeitos regressivos são a drenagem de fatores e valores de regiões periféricas pela região central. Suas indústrias motrizes concorrem no mercado de fatores, elevando seus preços, o que provoca distribuição criadora na periferia. Elas demandam crédito para a adoção de novas combinações e drenam recursos financeiros de outras áreas. Os dois efeitos agem simultaneamente e os efeitos propulsores podem superar ou não os efeitos regressivos (SOUZA, 2009, p. 70).

Complementando o debate em torno de efeitos propulsores e regressivos, conforme Vieira (2012, p. 33),

Os movimentos regressivos decorrem das relações de comércio e condições desfavoráveis de trocas entre as regiões mais ricas, exportadoras de mercadorias com alto valor agregado, e as regiões mais pobres produtoras de insumos básicos provenientes do setor primário com baixo valor agregado, como matéria-prima, produtos agrícolas e alimentos. Os movimentos propulsores oriundos de um polo industrial dinâmico, por exemplo, induzem o crescimento econômico com encadeamentos positivos sobre as exportações e a produção de insumos e mercadorias nas quais as reações subdesenvolvidas possuem maiores vantagens comparativas.

Nesse caso,

O problema das desigualdades torna-se, então, o problema dos diferentes níveis de progresso entre as regiões do país. Mas, em geral, mesmo nos países em rápido desenvolvimento muitas regiões se atrasarão, estagnarão, ou mesmo ficarão mais pobres; e haverá mais regiões nas duas últimas categorias se apenas as forças do mercado decidir quanto ao resultado (MYRDAL, 1960, p. 50).

Essa mesma lógica se aplica as desigualdades internacionais, onde os países ricos, em menor número, são capazes de produzir os efeitos propulsores, enquanto, os países pobres, em

maior número, são incapazes de fazê-lo. À medida que predomina o jogo de forças do mercado a desigualdade tende a aumentar, o que faz necessário medidas que visem o progresso econômico equilibrando o jogo de forças.

O efeito da causação circular e cumulativa pode criar efeitos positivos, com afirma Myrdal (1960, p. 41-42), “A decisão de localizar uma indústria em determinada comunidade, por exemplo, impulsiona seu desenvolvimento geral”, dessa forma, “o processo de expansão cria economias externas favoráveis para sua continuidade”.

O conjunto das atividades atua de forma articulada no sentido de causação circular cumulativa na transmissão dos impulsos de crescimento para toda estrutura da economia regional, especialmente para os polos (áreas urbanas), lugar da dinâmica mais expressiva da base econômica. (PIFFER, 2016, p. 118)

Desta forma, passa a existir um efeito de interdependência sequencial de elementos, criando um ciclo.

Assim, ressalta a existência de feitos cumulativos na realização de investimentos produtivos, considerando que o primeiro empreendedor cria facilidades para a implantação de novos empreendimentos, que por sua vez amplificam as perspectivas de sucesso de outros projetos (DALLABRIDA, 2010, p. 58).

Nesse contexto, o papel do Estado é fundamental, pois por meio de medidas políticas é possível criar interferências nas forças de mercado, estabelecendo efeitos propulsores, e conseqüentemente diminuindo as desigualdades, nesse ponto Myrdal (1960, p. 103) esclarece que “a mudança mais importante a ser realizada nas políticas estatais dos países subdesenvolvidos é a compreensão geral da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento econômico”.

2.3 ALBERT O. HIRSCHMAN (1958)

À medida que a teoria clássica econômica parecia inadequada para explicar as novas condições do desenvolvimento (crise de 1929 e período pós-guerra), surgiram autores com uma nova abordagem, entre eles o economista Albert Otto Hirschman, que possui como característica de sua obra a superação dos entraves ao desenvolvimento, e marcado também pela oposição a teoria do desenvolvimento equilibrado.

De acordo Bianchi (2013, p. 9), Hirschman “adota uma abordagem que é simultaneamente analítica e orientada para a definição de políticas”. Para Ocampo (2013, p. 17), a obra de Hirschman “se sobressai não apenas pelas suas contribuições à análise do desenvolvimento econômico, mas também pela sua propensão a “transcender” as fronteiras da

economia para ir ao encontro das outras ciências sociais”, e vai além, ao exaltar como característica do autor o “profundo senso crítico, incluindo o de suas próprias ideias e, por isso, o uso da dialética como recurso para entender a realidade”.

Quanto ao rompimento com a teoria clássica, sobre o desenvolvimento equilibrado (Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1944), Lewis (1969) e Scitovsky (1959)), Hirschman adotava a ideia de que não era necessário que os problemas da industrialização fossem solucionados simultaneamente, e que pelo contrário, a industrialização em países não desenvolvidos exigia a canalização adequada de energia humana (BIANCHI, 2013).

Para Hirschman (1961, p. 18) o desenvolvimento encontra “uma série de círculos viciosos entrelaçados”, que necessitam em partes do desenvolvimento econômico, mas principalmente de “provocar e mobilizar [...] os recursos e as aptidões, que se achem ocultos, dispersos ou mal empregados”.

Sobre a dificuldade de reunir de forma correta os recursos necessários para o desenvolvimento, superando os obstáculos ao desenvolvimento, Hirschman comenta:

Se o atraso é devido à insuficiência numérica, ou ritmo das decisões de desenvolvimento e à realização inadequada das tarefas desenvolvimentistas, então o problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e revigorar a ação humana em determinado sentido (HIRSCHMAN, 1961, p. 48).

Assim, Hirschman (1961, p. 50), descreve o quanto o processo de tomada de decisão é fundamental, “[...] então, as decisões desenvolvimentistas são entravadas, não por obstáculos físicos e carências, por imperfeições, porém, no processo de fazer tomar deliberações”.

Nessa lógica, competem às políticas de desenvolvimento verificar sob quais condições as decisões de desenvolvimento devem ser promovidas, motivando deliberações de caráter incentivador, promovendo investimento induzidos, tanto que nas palavras de Hirschman (1961, p. 69), em seu livro *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*, ele afirma que “Grande parte deste livro se relacionará, portanto, com a procura de alguns processos de incentivo, razoavelmente eficientes”.

Vieira esclarece que Hirschman defendia que:

[...] o foco principal era seguir uma política deliberada de crescimento não balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores chave da economia. Nesse sentido, defende a atuação do Estado com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento principalmente das regiões mais atrasadas (VIEIRA, 2010, p. 33).

O atraso dos países subdesenvolvidos se justifica principalmente pela insignificância do setor moderno, daí a importância da realização de investimentos induzidos.

Willers lembra que Hirschman,

[...] considera o processo de industrialização uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma série de encadeamentos para frente e para trás (*linkages*), os quais possibilitam o avanço das regiões atrasadas. Também é a partir do desenvolvimento industrial que se criam e se estimulam os mecanismos de “pressão” que induzem os governos a investir na construção de estruturas físicas e sociais necessárias à manutenção e à expansão do setor (WILLERS, 2016, p. 144).

O investimento que por ser multifário, desempenha três papéis na cena econômica, como gerador de rendas e criador de capacidade, além de regulador dos investimentos adicionais, constituindo-se como base da moderna teoria do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1961).

Dessa forma, é possível criar os elementos necessários para promover investimentos induzidos, que por sua vez, ocasionam novos investimentos. Esse mecanismo que pode canalizar novas energias para o processo de desenvolvimento, tornando possível quebrar o ciclo vicioso que confina o desenvolvimento, Hirschman denominou de efeito completivo do investimento.

Nessa lógica, o setor moderno apresenta esmagadora superioridade em relação às outras atividades, devido sua capacidade de gerar efeitos de encadeamento, sendo assim,

[...] a existência de efeitos favoráveis que o setor industrial e sua participação relativa na economia pode exercer em termos da dinâmica de crescimento nas diversas economias quando comparada aos demais setores (agricultura e serviços), sendo que tais efeitos estão associados a questões como maior dinâmica de incorporação dos avanços tecnológicos e inovações, ganhos de produtividade, maior remuneração dos fatores de produção (capital e trabalho), efeitos de transbordamento (*spillovers*), dentre outros (VIEIRA; AVELLAR; VERÍSSIMO, 2014).

A importância da industrialização é exaltada também por Prebisch (2000, p. 72), ao afirmar que “Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas”.

Hirschman teorizou que através de estratégias de desenvolvimento desequilibrado seria possível gerar estímulos que impulsionam o progresso econômico, idealizando os efeitos para a frente e para a trás (*backward and forward linkages*).

Dessa maneira, os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante. (CAVALCANTE, 2008, p. 22)

De acordo com Ferreira,

O efeito para trás resulta da implantação de indústrias que elevam a demanda de insumo e que viabilizam escalas mínimas de produção sendo responsáveis por remeter estímulos à setores fornecedores de insumo e realizar uma atividade industrial. Por sua vez, os efeitos para frente decorrem da oferta de insumo/produtos que induzem a realização de novas atividades (FERREIRA, 2016, p. 48).

Dessa forma, principalmente os efeitos pra trás ocasionam estímulos que estabelecem novas atividades,

Na concepção de Hirschman, encadeamentos para trás correspondiam a enviar estímulos para setores que forneciam os insumos requeridos por uma atividade qualquer, enquanto encadeamentos para frente induziam o estabelecimento de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta. A principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades com alto potencial de gerar encadeamentos, principalmente encadeamentos para trás. (BIANCHI, 2007, p 135)

De acordo com Syrquin (1992, apud BIANCHI, 2007), embora ideias similares à de Hirschman possam ser encontradas em autores como Rostow, Gerschenkron e Perroux, ele foi o primeiro economista a estabelecer a ideia de encadeamentos como a base de uma estratégia de desenvolvimento.

A ideia de que o desenvolvimento industrial deveria (e, de fato, iria) proceder amplamente por meio de encadeamentos para trás era revolucionária, na época, pois implicava que um país que quisesse industrializar-se não deveria fazer as coisas da forma convencional. Ao contrário, o desenvolvimento industrial encontraria seu caminho dos “últimos toques” à indústria intermediária e básica. A industrialização de setores líderes arrastaria atrás de si o resto da economia. Nessa perspectiva, não seria viável ou desejável suprimir as tensões e os desequilíbrios criados pelo processo de desenvolvimento, uma vez que haveria uma “virtude criativa” nos mesmos (BIANCHI, 2007, p. 135)

Dessa maneira, um desequilíbrio causa outros desequilíbrios, criando um efeito positivo de encadeamento de forma sequencial e complementar para a economia, promovendo o crescimento em determinados pontos ou setores. Conforme Lima e Simões (2009, p. 18) “O crescimento inicia-se nos setores líderes e transfere-se para os seguintes (satélites) de forma irregular/desequilibrada”.

Desta forma, Albert Hirschman definiu o desenvolvimento econômico como sendo uma sequência crescente de eventos que estimulam a acumulação e que levam à industrialização de uma região. O autor considera o processo de industrialização uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma série de encadeamentos para frente e para trás (linkages), os quais possibilitam o avanço das regiões atrasadas. Também é a partir do desenvolvimento industrial que se criam e se estimulam os mecanismos de “pressão” que induzem os governos a investir na construção de estruturas físicas e sociais necessárias à manutenção e à expansão do setor (PIFFER, 2016, p. 144).

Nesse sentido a implantação de uma indústria mestre num determinado ponto, pode induzir o surgimento de outras indústrias por meio de economias externas e complementariedades, esse efeito inicial em determinado ponto se expande para as

localidades subsequentes. Conforme Rippel (2016, p. 81), é preciso “Identificar o mecanismo capaz de induzir o crescimento econômico regional, pois o mesmo se dá por meio de uma sucessão de mecanismos, e induzi-los e mobilizá-los constitui-se no elemento essencial à dinâmica das economias regionais”.

Dallabrida (2010, p. 61), complementa, afirmando que “a principal fonte de desenvolvimento seria dada por atividades com alto poder de gerar encadeamentos, principalmente para trás. Com isso a industrialização de setores-chave arrastaria atrás de si o restante da economia”.

Corroborando com o pensamento anterior, e reforçando o papel do Estado como indutor de desenvolvimento, Duarte (2015, p. 202), esclarece que “[...] o Estado deve assumir o planejamento e a coordenação de todo o processo, incentivando o desenvolvimento de setores-chave da economia, com prioridade para aqueles cujos efeitos de encadeamento são maiores”.

Assim, as ações do estado devem priorizar os investimentos nos setores chaves da indústria, para promover o crescimento econômico e por fim melhorias na qualidade de vida da população. Nesse ponto o referencial teórico apresenta os argumentos de autores preocupados em criar as condições necessário para o estabelecimento da indústria, indicando que o enfoque tende para os conceitos do desenvolvimento mais ligados a fatores econômicos e menos aos conceitos mais elaborados e modernos.

O próximo capítulo apresenta uma retrospectiva histórica da formação econômica de Mato Grosso do Sul.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA DE MATO GROSSO DO SUL

Esse capítulo tem por objetivo apresentar a evolução da formação econômica de MS, desde seus primórdios até o período de análise (2000-2015), ressaltando os principais fatos que influenciaram a economia estadual.

No antigo estado de Mato Grosso⁸, que incluía também em sua porção sul o território que posteriormente seria de Mato Grosso do Sul, a colonização, ocupação e, por conseguinte seu desenvolvimento econômico ocorreu de certa forma a partir de ciclos econômicos, ou períodos específicos em que determinadas atividades predominavam e norteavam a atividade econômica. Nos quais, se destacavam algumas atividades específicas, que representavam o dinamismo econômico de certos momentos no decorrer da trajetória econômica de Mato Grosso do Sul.

Sobre a trajetória histórica de uma economia:

O evoluer histórico é demonstrativo da importância da consideração da dependência de trajetória, e de que a sociedade e a economia são resultados de processos cumulativos e dependentes de contextos particulares, o que remete, por sua vez, a relevância analítica das especificidades do objeto sob investigação (CARDOSO, 2012, p.139).

A partir dessa percepção, considerando as especificidades da trajetória e dos processos cumulativos no desenvolver histórico da economia sul-mato-grossense, é relevante considerar as etapas, ou ciclos, que no decorrer da história, somados, constituíram o cenário econômico no qual apenas nas últimas décadas, de forma mais significativa, desenvolveu-se o setor secundário no Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, Pavão (2005), destaca alguns períodos de importância, o primeiro deles, a descoberta e exploração do ouro a partir de 1720. Fato que inclusive originou a criação da Capitania de Mato Grosso, desmembrando-se da Capitania de São Paulo. Sinteticamente, o desenvolvimento do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul inicia-se com a descoberta de ouro durante o período colonial, que possibilitou a ocupação da região e a criação de Mato Grosso.

Com o declínio da mineração, os envolvidos na atividade de mineração passaram a desenvolver outras atividades, como pecuária e agricultura, formando a base na qual se desenvolveu a região, conforme Costa, (2014, p. 78), “era o início de um processo lento de fixação e ocupação efetiva do território hoje sul-mato-grossense. O começo da formação de uma classe, os ruralistas, que teriam importância e participação efetiva em toda a história do desenvolvimento econômico da região”. Após a estagnação e declínio da atividade de

⁸ Em 1977 o território foi desmembrado formando os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

mineração, um fato importante transforma a dinâmica econômica local, a abertura ao comércio fluvial a partir da abertura da navegação em 1856, permitindo o vínculo da atividade econômica ao mercado internacional através do transporte fluvial pelo Rio Paraguai, tornando o comércio fluvial importante no crescimento econômico da província de Mato Grosso, processo interrompido momentaneamente pela Guerra do Paraguai⁹ (PAVÃO, 2005).

Com o final do conflito, a região, aos poucos, retorna ao ritmo anterior, passando a atrair ex-combatentes que buscavam oportunidades e contribuíram para a ocupação da região.

A Guerra do Paraguai acabou por contribuir com a disseminação das qualidades da terra sul-mato-grossense entre os habitantes de outras regiões do Brasil, que antes não viam motivos para voltarem sua atenção para esta região do país. Os integrantes da Força Expedicionária voltaram às suas residências impressionados com a qualidade dos campos que viram, configurando uma ótima oportunidade para aqueles que buscavam empreender na agricultura e pecuária. Com isso, muitos foram atraídos para a região, fundando-se fazendas em diversas regiões, fazendas essas que dariam origem a vilas, comarcas e posteriormente cidades, era o início da configuração atual do território sul-mato-grossense (COSTA, 2002, p.56).

De acordo com Costa (2014), após o término do conflito, ocorre de forma mais significativa à exploração da erva-mate, planta nativa de boa parte do território sul de Mato Grosso. Nesse período, em 1883 foi criada a Companhia Matte Laranjeira¹⁰, não o único, mas o empreendimento mais significativo na exploração da erva mate, a atividade ditou a dinâmica do desenvolvimento econômico da região de forma expressiva até a década de 1930. A Companhia Matte Laranjeira proporcionou certa infraestrutura não existente antes de sua instalação no sul de Mato Grosso, como por exemplo, a criação do porto Três Barras, a margem do Rio Paraguai, que ocasionou um núcleo urbano, originando posteriormente o município de Porto Murtinho e estradas ligando o porto ao interior do estado. Apesar da infraestrutura proporcionada pelo empreendimento, a atividade de exploração dos ervais era exercida por meio da concessão de grandes áreas de terras devolutas da fronteira Brasil-Paraguai, conforme o Mapa 01.

⁹ A Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 e 1870. Nesta guerra o Paraguai lutou contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

¹⁰ De acordo com Abreu (2001), a Companhia Matte Laranjeira surgiu logo após a Guerra do Paraguai e formou seu império ocupando, entre as suas terras e os arrendamentos, pelo mesmo 1 milhão de hectares de terras na área de vegetação de campos, abrangendo o sul do então Mato Grosso, onde a erva-mate era nativa, exercendo, portanto, a atividade exploratória, voltada para a exportação.

Mapa 01 - Mato Grosso do Sul: área arrendada pela Matte Laranjeira



Extraído de: Abreu, 2001.

Essa característica da atividade ocasionava certo atraso local.

A extração de erva-mate foi um fator determinante no atraso do povoamento dessa região. Apesar da fixação dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, da volta dos pecuaristas e da vinda dos gaúchos, a região apresentava uma baixa densidade demográfica, sobretudo em função do monopólio de terras exercido pela Cia Matte-Laranjeira, influenciando uma região de aproximadamente 60.000 km² (PAVÃO, 2005, p. 96).

Para corroborar com a afirmação anterior, ainda sobre o atraso local provocado pela atividade, contrapondo a infraestrutura criada pelo empreendimento, analisando a forma de ocupação dessas áreas, de acordo com a explicação de Abreu (2001, p. 48), por ser uma atividade extrativista “tinha um caráter itinerante, provocando expansão e retração nas suas áreas de influência”. Isso pode ser explicado nas palavras de Pavão (2005, p.95), pelo fato de que “[...] as plantas eram nativas, não havia a preocupação com a reprodução das mesmas, pois existiam em abundância”. Oliveira (2013) comenta que “a maioria dos pesquisadores que estudou o Mato Grosso tende a atribuir a Matte Laranjeira a demora pela colonização e pelo desenvolvimento da região”, evidenciando o quanto a atividade do empreendimento afetou a região. Um elemento que contribui para esse pensamento é o fato da atividade ser de

exportação, destinada a atender a demanda do mercado platino, principalmente argentino, que recebia a erva-mate cancheada, industrializava e reexportava o produto.

Sobre esse aspecto e em relação aos impactos da Companhia Matte Laranjeira na região sul de Mato Grosso,

[...] nesse período criou-se uma relação de dependência do Estado para com a Matte Laranjeira, ficando o primeiro refém dos interesses da empresa privada. Fato esse que pode ter limitado em muito o desenvolvimento da região. Se tivesse conseguido o Estado usufruir da empresa, e vice-versa, em uma relação menos parasitária e mais mutualística, provavelmente o resultado teria sido mais benéfico para o desenvolvimento econômico da região (COSTA, 2014, p. 79-80).

A atuação da Companhia Matte Laranjeira, que antes, desde o final do século XIX monopolizava a atividade através de subsídios do governo federal por meio da concessão de terras, passa a ser decadente diante das medidas do governo central, que visavam fortalecer a produção nacional. Conforme Pavão (2005), o governo central passou a tratar a empresa Matte Laranjeira como “mais estrangeira que nacional [...] o que transferia para os países reexportadores a possibilidade de agregar valor ao produto, bem como não realizando o pagamento de tributos industriais ao país”, colaborando com o declínio total da empresa, que era a principal produtora no sul de Mato Grosso, no Brasil na década de 30.

Assim, embora a exploração de erva-mate possua grande importância histórica, a efetiva ocupação do sul de Mato Grosso, conforme Souza, Sonaglio e Zamberlan (2014), ocorreu através da pecuária e apenas posteriormente através da agricultura. Neste ponto, cabe destacar que a pecuária extensiva que está presente na região de Mato Grosso desde o século XVIII, como consequência direta da disponibilidade de pastagens (BERTHOLI, 2012). Embora sua origem acompanhe a gênese de desenvolvimento da região, a pecuária, sempre presente, ganha maior destaque com o a decadência da erva mate. Nas palavras de Costa (2002, p. 80), “Já em 1920 a participação da pecuária na economia mato-grossense ultrapassava a exploração da erva-mate, inclusive desenvolvendo-se uma latente indústria de charqueadas”.

A pecuária, assim como em outras regiões, constituiu-se como atividade econômica essencial na formação econômica de Mato Grosso do Sul. Conforme Pavão (2005, p. 16), “o desenvolvimento da pecuária permitiu a instalação de manufaturas de carne, além da exploração de um conjunto de produtos para exportação (borracha, erva-mate, ipecacuanha¹¹,

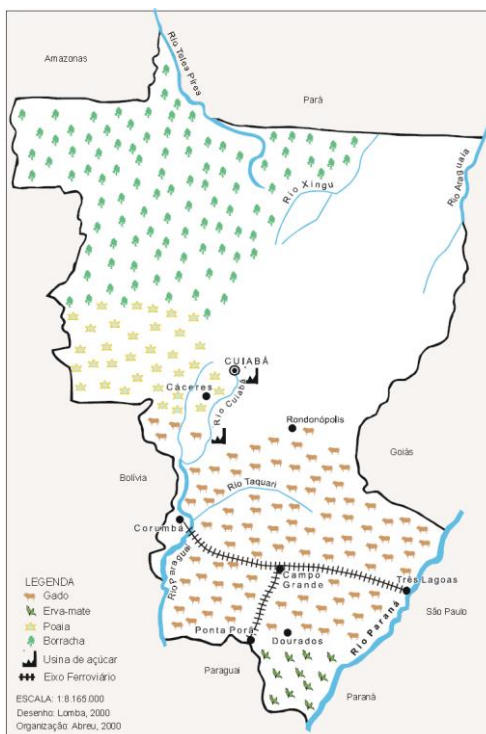
¹¹ A ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*), também chamada cagosanga, poaia, raiz-do-brasil e ipeca, é uma planta da família Rubiaceae, muito comum nos solos das florestas dos estados da Bahia e do Mato Grosso, no Brasil. As suas raízes contêm um poderoso emético (estimulante do reflexo do vômito) denominado "emetina" ou "ipecacuanha".

etc.), visando o mercado internacional”. Porém de acordo com Prado Júnior (1949), apesar da grande importância da pecuária em relação à colonização e ocupação de novos territórios, a pecuária desempenha atividade secundária e acessória. Em relação à secundariedade da pecuária.

Tudo leva a crer, portanto, que a pecuária bovina foi para as terras do hoje Mato Grosso do Sul a primeira atividade produtiva e de integração ao mercado nacional. Era, todavia, uma economia muito pobre em seu conjunto: o preço que o gado alcançava era baixo e por se tratar de pecuária extensiva sobre pastagens naturais, o gado circulava e com ele o produtor. Não permitia assim uma fixação humana de ordem mais massiva. Prova disso é que as únicas localidades relativamente importantes que surgem em decorrência direta da atividade pecuária no século XIX são Paranaíba e, bem mais tarde, já ao final do século, Campo Grande (LUCÍDIO, 1993 apud BERTHOLI, 2006, p. 49).

Sob a influência da pecuária é possível observar que o processo de industrialização de Mato Grosso do Sul, a princípio, no início do século XX constituía-se apenas por pequenas indústrias (charqueadas ou saladeiros¹²) vinculadas à produção pecuária e a extração mineral (manganês), ambas intimamente ligadas ao comércio internacional fluvial. Especificamente em relação ao minério, Souza (2002, p. 329) revela que “as exportações de manganês para os Estados Unidos revigoram o transporte fluvial; a exploração das minas de ferro e a produção do ferro-gusa, comercializado com o Centro-Sul, desencadeiam um impacto substancial na economia corumbaense”, ver Mapa 02.

Mapa 02 – Principais atividades econômicas em MT no início do século XX



Extraído de: Abreu, 2001. * poaia é o mesmo que ipecacuanha.

12 Estabelecimento onde se prepara a carne-seca; charqueada.

Sobre a utilização do transporte fluvial, em Souza (2002, p. 327) fica evidente a importância do Rio Paraguai para Corumbá, até então a principal cidade do sul de Mato Grosso,

Com o crescimento da navegação no rio Paraguai, o núcleo urbano projetou-se, no final do século XIX, como a principal cidade dentro da hierarquia urbana de Mato Grosso. A posição da rede hidrográfica da bacia do Paraguai possibilitou a expansão de sua área de influência por toda a Província de Mato Grosso, onde, ainda hoje, em muitas localidades, a via fluvial funciona como único meio de acesso. (apud ITO, 2000, p. 16)

Ainda sobre Corumbá, Le Bourlegat (2000, p. 210), destaca que “Corumbá tornou-se, do início do século até a Primeira Guerra Mundial, a cidade mais importante e populosa do estado de Mato Grosso, depois de Cuiabá, a capital do estado. Ocupava a cabeça da rede comercial, como a mais importante cidade econômica do estado”. A localização de Corumbá, próxima ao Rio Paraguai, e o fato de polarizar de certa forma as atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas à pecuária, tornaram a cidade um ponto estratégico da região. Segundo Souza (2002, apud ITO, 2000, p. 16) a história de Corumbá é marcada pela intervenção do poder público, o relato a seguir confirma sua importância:

Fundada para garantir o avanço da fronteira do Império do Brasil sobre terras espanholas, demonstra, desde sua origem, uma estreita ligação com questões estratégicas militares de ocupação e povoamento da fronteira oeste. Em sítio, estrategicamente escolhido, às margens do rio Paraguai, ao mesmo tempo em que se protegeu de suas cheias periódicas, ao longo do tempo tem organizado seu espaço conforme as diretrizes de projetos do Governo Federal.

Apenas com a implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Bauru - SP a Corumbá - MS, ocorre o deslocamento da dinâmica econômica regional para Campo Grande, que passa a receber pequenos investimentos industriais. A Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil foi criada em 1904, criada para construir o traçado entre Coxim (MT) e Uberaba (MG), apenas em 1908 o traçado foi modificado, de Bauru (SP) até Corumbá (MT), passando pelo sul de Mato Grosso até a fronteira com a Bolívia, foi iniciada em 1914 e completada em 1943, com 1273 km, destes apenas 106 no estado de São Paulo. No ano de 1938 foi iniciada a expansão da ferrovia, sendo acrescentado um trecho entre Ponta Porã até Campo Grande, passando por Maracaju, a primeira parte da obra foi concluída em 1994, ligando Campo Grande a Maracaju, somente em 1953 foi completada chegando a Ponta Porã (PAVÃO, 2005). Sobre os objetivos da implantação da ferrovia é possível observar que:

[...] foi o de integrar o sul do Mato Grosso ao espaço de relações do país, redirecionando os fluxos de comercialização ao centro dinâmico brasileiro, sem passar pela bacia do Prata. Desse modo, buscou-se um processo de integração com

São Paulo, através do restabelecimento de rotas de comunicação e transporte terrestre (LE BOURLEGAT, 2000, p. 215).

Ainda sobre a ferrovia é possível destacar sua relevância nesse período:

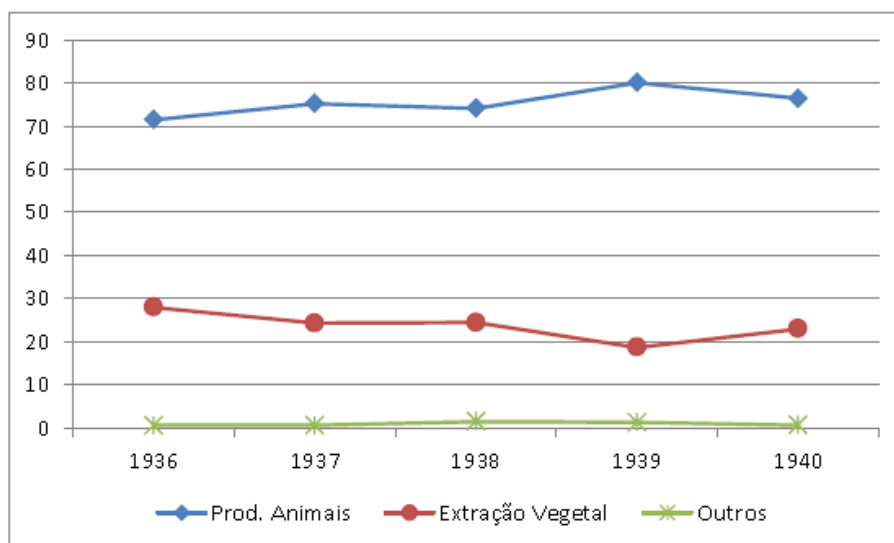
O papel que a ferrovia cumpre nesse período é relevante para a inserção, ou melhor, para a maior articulação do Extremo Oeste (incluindo-se aí o Sul de Mato Grosso) numa divisão territorial do trabalho, na escala do território nacional. Produz-se, nesse sentido, uma porção do território no âmbito da formação socioespacial brasileira (em aproximação a Santos, 1982) que se estrutura de forma a atender a demanda das porções territoriais que adquiriram centralidade (econômica, política e cultural) no decorrer da formação do território brasileiro, ou seja, o Sudeste do país (Gomes, I, 2016, p. 56).

Ainda que seja possível concordar com Abreu (2001, p.55), que afirma que a construção da ferrovia “ratificou uma economia já existente, que se voltava para a exportação e que estava internamente calcada na existência de grandes fazendas de criação de gado, principalmente no seu entorno [...]”. As mudanças na dinâmica econômica provenientes da implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, foram:

[...] ocorrendo de forma dinâmica, ao longo dos anos, levando desenvolvimento econômico às regiões que antes estavam fadadas ao isolamento por conta das dificuldades de transporte e comunicação. Por outro lado, é necessário ressaltar que ao mesmo tempo em que dinamizava cidades como Campo Grande e Três Lagoas, retirava a importância estratégica e econômica que Corumbá possuía, migrando o capital dessa cidade para os novos centros de comercialização da região (COSTA, 2014, p 65).

Assim, aos poucos, a partir da ferrovia a dinâmica econômica do sul de Mato Grosso é alterada, deslocando-se de Corumbá, fronteira oeste, para Campo Grande no centro do atual Estado de Mato Grosso do Sul, facilitando o transporte de mercadorias entre São Paulo e Mato Grosso, beneficiando a pecuária, o comércio, e a indústrias, todas elas diretamente relacionadas ao desempenho da pecuária. O Gráfico 01, mostra a exportação dos produtos por origem nas décadas de 1930 e 1940.

Embora espacialmente tenha ocorrido uma alteração, a base econômica manteve-se em torno da pecuária e da exportação, tanto para outros estados como para outros países, apenas posteriormente deu-se início esforços mais significativos objetivando o desenvolvimento do setor secundário. Entre a década de 30 e década de 1970 a maior parte dos produtos exportados em MT era de origem animal, conforme Gráfico 01 a seguir.

Gráfico 01 – Exportações dos produtos por origem no MT (1936-1940)

Extraído de: Costa, 2014.

Além das mudanças ocasionadas pela instalação da ferrovia, há que se destacar outro fato relevante, que ocorreu na primeira metade do século XX, que afeta de forma expressiva a trajetória econômica da região do sul de Mato Grosso e no geral de todo o Centro-Oeste, que foi a integração com as regiões centrais do país, que ocorreu através do processo de ocupação planejada a partir da década de 1930.

Fatores como a crise de 1929, as mudanças ideológicas da Revolução de 1930, e estrangulamento advindo da primeira guerra mundial ocasionaram os elementos necessários para o surgimento de uma nova política territorial brasileira, que visava à integração e interação nacional. Em relação à ocupação de Mato Grosso do Sul, foi somente na Era Vargas (1930 até 1945) que surgiram programas de colonização agrícola e povoamento das regiões norte e centro-oeste do Brasil, promovendo a “Marcha para o Oeste¹³”. Com o objetivo de dar unidade territorial ao país, para tal era necessário povoar os espaços vazios promovendo a integração política, solucionando conflitos políticos e fortalecendo o poder do estado (DINIZ, 2006).

De acordo com Pádua (2007), a partir da década de 1930, o governo federal passa a preocupar-se com os espaços vazios do território nacional, período em que a densidade populacional do país adquiriu maior importância e passou a compor os projetos governamentais que visavam à plena ocupação do Planalto Central.

¹³ Pádua (2007) define a Marcha para o Oeste como a concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional.

A política da Marcha para Oeste foi fundamental para o processo de colonização e de povoamento da região sul de Mato Grosso, com destaque para o Decreto n. 5.812/1943, que criou o Território Federal de Ponta Porã, bem como para o Decreto n. 5.941/1943, que criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Dessa maneira, tornou-se possível a distribuição gratuita de 8.800 lotes de terra, medindo 30 hectares, a cada família que migrou para a área da CAND. Tal fato desencadeou a implantação da pequena propriedade na região onde, até então, a Matte Laranjeira explorava os ervais, em uma grande extensão de terra, assemelhando-se a um expressivo latifúndio (OLIVEIRA, 2013, p. 209).

Visando subsidiar a industrialização e a oferta de alimentos para as regiões centrais, o governo incentivou a migração para o Centro-Oeste. De acordo com Oliveira (2013, p. 202), A Marcha para o Oeste, “na verdade, por trás da ideia de promover a volta ao campo, havia o proposito de incentivar a indústria nacional, impulsionado pelo novo regime”.¹⁴

A Marcha para o Oeste dividia-se em diferentes projetos de colonização. Em 1941 foi criada em Ceres (GO) a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e no ano de 1943, em Dourados, na época MT, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Apesar disso, somente em 1948 o governo fez as demarcações dos limites e áreas para a instalação dessas colônias (FERREIRA, 2016). Com a implantação da CAND, foi possível expandir a fronteira agrícola em uma região até então ocupada apenas pela extração da erva mate e da pecuária.

Durante o século XX, a região sul de Mato Grosso recebe de forma expressiva duas etapas de ocupação. A primeira, Marcha para o Oeste, de caráter mais político, durante as décadas de 1930 e 1940, visava marcar presença nas áreas de fronteira ocupando os vazios demográficos. A segunda, por sua vez, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, caracterizada pela expansão e modernização agrícola, possuía como característica marcante o fator econômico, estabelecendo latifúndios monocultores, até mesmo sobrepondo-se aos territórios da primeira etapa (GOMES, I., 2016).

Após alteração da dinâmica econômica local para Campo Grande, iniciaram os primeiros esforços em criar condições para o desenvolvimento do setor industrial, de acordo com Le Bourlegat (2000), durante os governos de Fernando Correa da Costa a Pedro Pedrossian (décadas de 50 e 60) Mato Grosso empenhou-se em estreitar seu vínculo com a área industrial através de infraestrutura como transporte rodoviário e energia elétrica, objetivando expandir a indústria paulista em direção a Campo Grande e Cuiabá.

¹⁴ Nesta citação o termo novo regime se refere ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Contudo, entre o período de 1930 a 1970 o setor industrial sul-mato-grossense apresentava pouca representatividade, na época ainda Mato Grosso, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 - Participação dos setores produtivos na geração de renda interna MT – 1959 até 1975

| Anos | Primário | Secundário | Terciário |
|-------------|-----------------|-------------------|------------------|
| 1959 | 45% | 9% | 46% |
| 1970 | 48% | 6% | 46% |
| 1971 | 47% | 6% | 47% |
| 1972 | 51% | 5% | 44% |
| 1973 | 50% | 5% | 45% |
| 1974 | 61% | 4% | 35% |
| 1975 | 67% | 4% | 29% |

Extraído de: Souza, 2002, p. 19.

Entre os obstáculos para o desenvolvimento industrial pode-se considerar:

A falta de infraestrutura (como energia, suficiente e a preços competitivos, e estradas asfaltadas), de trabalhadores de cultura industrial por parte da mão de obra (precária na informação e no conhecimento, por falta de escolas profissionalizantes; e na conduta, não afeita a horários rígidos, ao trabalho em turnos e nos feriados) desestimulou, no passado, qualquer iniciativa no sentido de se instalarem aqui indústrias, permanecendo, assim, a economia do sul de Mato Grosso uno alicerçada quase que unicamente na pecuária. (CAMPESTRINI, 2011, p. 393-394).

Ainda sobre as barreiras para o desenvolvimento do setor industrial encontradas em Mato Grosso do Sul, em específico em Campo Grande, Souza cita a falta de maiores incentivos federais:

[...] um industrial optaria por investir no Nordeste ou na Zona Franca de Manaus, em detrimento de Campo Grande, porque nestas áreas, além dos incentivos e isenções municipal e estadual, acrescem-se ainda os da alçada federal (SOUZA, 2002, p. 137).

Conforme Silva (2016, p. 71) a concentração econômica brasileira “acontece no Sul e Sudeste, sobretudo, em São Paulo, e os médios e baixos índices de atividades industriais, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste”. Embora devido as suas condições geográficas o estado de Mato Grosso do Sul não participou efetivamente do processo de industrialização do Brasil iniciado na década de 1930, participou desse processo dando suporte à economia do Sudeste, por meio de fornecimento de matéria-prima ou como fronteira-agrícola (GOMES, T. 2016).

Durante as décadas de 1950 até 1970 ocorreu de maneira mais significativa a industrialização brasileira, o que ocasiona, conforme afirma Pavão :

[...] necessidade de aumentar a quantidade de matérias-primas e alimentos destinados ao setor industrial das regiões desenvolvidas do país, e para cumprir metas de exportação, [...] fez-se necessário a ampliação da produção agropecuária nacional, visando baixar os preços dos alimentos, mantendo os salários nas regiões urbanas do centro-Sul sob controle, além de diminuir pressões sociais, com a concessão de terras para plantio (PAVÃO, 2005, p. 151 e 153).

Apoiando a afirmação anterior, Ferreira (2016) explica que a necessidade de uma região voltada à produção de alimentos para suprir as necessidades dos estados industrializados implicou na forma como o governo impulsionou o desenvolvimento e influenciou a formação das instituições e o comando político da região sul do estado do Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, Mato Grosso do Sul, dentro de uma divisão nacional do trabalho, recebe a atribuição de produzir alimentos para suprir as necessidades das grandes áreas industrializadas. Contudo, mesmo com a forte inclinação, ou melhor, a indução para a produção agropecuária, a localização do Estado, próximo aos grandes centros atraiu para si de certa forma um pequeno reflexo, mesmo que tardio, da industrialização nacional.

A proximidade com os centros industriais, principalmente São Paulo, fez do sul de Mato Grosso região com maior dinamismo econômico em relação ao norte, atual Mato Grosso. Diante desta ocasião iniciou antes mesmo da década de 1970 o desejo pela divisão do estado, conforme comentário de Pavão (2005, p. 165):

O desenvolvimento econômico da região Sul de Mato Grosso era o principal motivo para a pressão dos sulistas, para o desmembramento do Mato Grosso. Além do desenvolvimento econômico, ocorria o crescimento do conjunto de cidades existentes na região, como Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana, principalmente devido ao vínculo com a economia paulista, cujos intercâmbios permitiam o desenvolvimento comercial e da agropecuária da região.

Nesse contexto Mato Grosso do Sul e os estados da região centro-oeste foram incorporados à economia nacional a partir da década de 1970, mediante políticas federais que visavam à expansão e a modernização da fronteira agrícola. Nesse mesmo período houve o desmembramento de Mato Grosso e a criação do estado de Mato Grosso do Sul em 1977, através da Lei Complementar nº 31, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979.

Em relação à divisão do estado, Oliveira (2003), esclarece que Mato Grosso do Sul ao nascer, era originário da política de incentivos à exportação e produto direto do financiamento estatal ao setor agropecuário. A divisão do estado beneficiaria ambos os lados, tanto o norte quanto o sul do estado, desobstruindo as barreiras que impediam o progresso de ambos. A parte sul, atual Mato Grosso do Sul, ficou com 74% da arrecadação do velho estado enquanto a porção norte foi beneficiada pelos programas governamentais de colonização de fronteira e expansão agrícola. Cabe, ainda, destacar a grande oportunidade de sequenciar ações voltadas

para o crescimento econômico que Mato Grosso do Sul teve no início de sua história, conforme Costa (2014, p.74):

O Mato Grosso do Sul teve a oportunidade de iniciar sua história política com endividamento zero, com uma estrutura administrativa toda ainda a ser montada, ou seja, com um orçamento livre, que poderia ser usado para levar o estado a um processo de rápido desenvolvimento econômico.

Sobre as políticas de desenvolvimento implementadas para fortalecer a economia, destacam-se as que de modo geral, nas décadas de 1970 e 1980 foram intensificados os investimentos objetivando desenvolver as regiões menos favorecidas e, com isso, muitas dessas políticas passaram a incorporar o estado sul-mato-grossense. Entre as iniciativas que influenciaram diretamente o Mato Grosso do Sul, é relevante destacar as realizadas conjuntamente com o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), respectivamente nos períodos de 1972-1974 e 1975-1979, e também a Superintendência de Desenvolvimento de Centro Oeste (SUDECO¹⁵) criada em 1967.

Antes da existência da SUDECO, porém, já se haviam estabelecido órgãos de atuação semelhante, como a Fundação Brasil Central¹⁶(FBC) de 1943, Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU¹⁷) de 1954, Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País ¹⁸(PVEFRSP) criado em 1956 que influenciaram direta ou indiretamente o Centro-Oeste (ABREU, 2001).

Entre as iniciativas, que consideravam a integração de Mato Grosso com as regiões centrais como alternativa de desenvolvimento, surgiram as de caráter local, que, inclusive incluía políticas voltadas para o desenvolvimento do setor secundário.

Assim, constatada a necessidade de industrialização e sua importância na política econômica regional, o então governador mato-grossense, José Fragelli¹⁹, traçou, entre outros, o objetivo prioritário de aumento da participação do setor secundário na composição do produto interno. Para tanto implementou um "Programa de Promoção Industrial", tendo como instrumentos básicos a implantação de distritos

¹⁵ Em 1967, a Fundação Brasil Central (FBC) é extinta e, em 1º de dezembro, por meio da Lei nº 5365/67, é criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) - autarquia vinculada ao então Ministério do Interior, no governo Costa e Silva. Mesmo sem incentivos fiscais, a Sudeco colabora na implementação de programas especiais para as áreas de cerrado e do pantanal mato-grossense e na integração rodoviária da região com o resto do País.

¹⁶ Criada no ano de 1943, representa a iniciativa do Estado para ocupação e exploração de territórios ainda não incorporados pela sociedade nacional, na Amazônia e no Centro-Oeste.

¹⁷ De acordo com Chiquito (2011) por iniciativa da oligarquia cuiabana, na pessoa do governador Fernando Correa da Costa, em 1951, antes mesmo da SUDECO, surgiu a CIBPU- Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, buscando o desenvolvimento integrado dessa região e a de Cuiabá, como integrante da região geo-econômica de São Paulo.

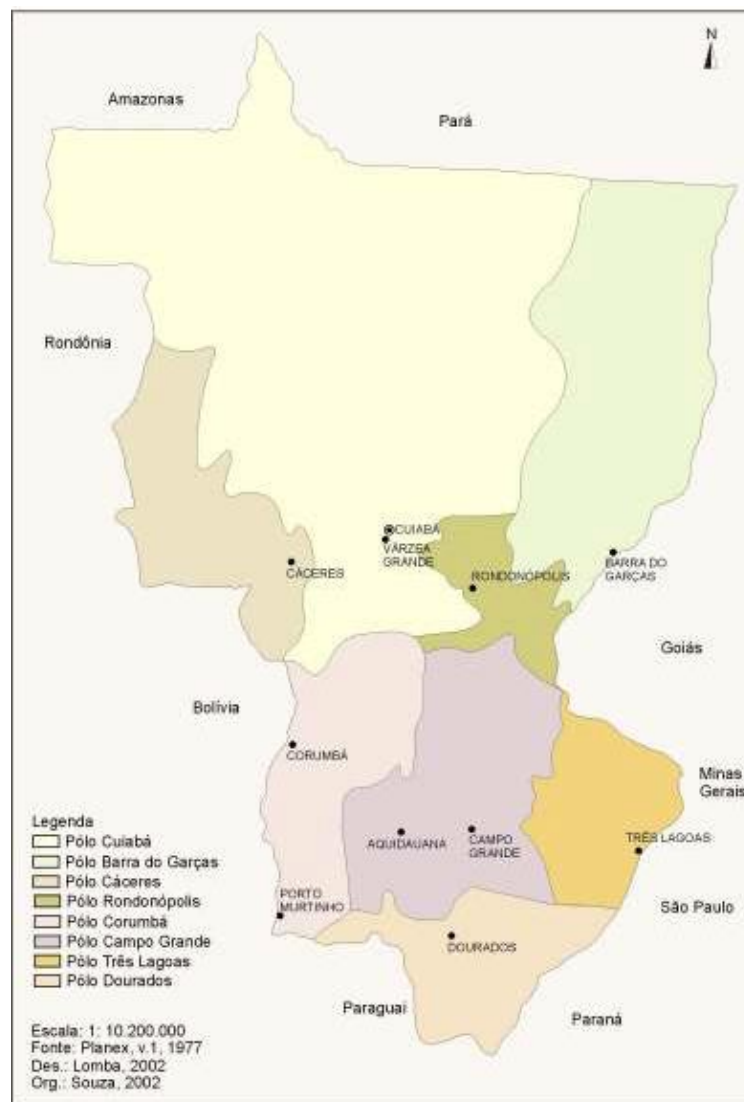
¹⁸ Foi criada em 1959, com o objetivo de elevar o padrão de vida da população da região e a integrá-la na economia nacional (FILHO, MESSIAS E ALMEIDA, 2017).

¹⁹ José Manuel Fontanillas Fragelli (1915-2010), foi o 42º governador de Mato Grosso, durante o período de 1970-1974.

industriais; a criação do Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso e uma política de incentivos fiscais visando atrair empresários (SOUZA, 2002, p. 20).

Essa iniciativa visou selecionar áreas de destaque, que seriam objeto de aplicação de recursos, concentrando os esforços do poder público para instalar distritos industriais, desenvolvendo a economia local a partir deles, propagando o crescimento econômico para suas áreas de influência. As áreas consideradas como polos de desenvolvimento em 1977, base para o planejamento são apresentadas no Mapa 03.

Mapa 03 – Polos de desenvolvimento em MT (1977)



Extraído de: Souza, 2002.

Sobre essas áreas, Campo Grande devido seu dinamismo econômico, em 1963 foi selecionada por técnicos do CIBPU para participar de estudos com o objetivo de identificar centros urbanos capazes de, com incentivo, evoluírem e dinamizarem a região sob sua área de influência, a partir de conceitos de polo de desenvolvimento regional para a implantação do

primeiro distrito industrial do Estado, o que ocorreu apenas na década seguinte (LE BOURLEGAT, 2000).

No projeto, de acordo com Correa (1969, *apud* Le Bourlegat, 2000, p. 293):

[...] houve intenção em se incentivar a dinamização desse polo regional, dotando-o de estrutura agro-industrial, para beneficiamento dos produtos regionais, visando a recepção de incentivos governamentais, e interligando-o aos circuitos nacionais e internacionais, através dos fluxos já existentes. Ainda dentro da mesma política do CIBPU, dez anos depois, a nível micro-regional, foram implantados mais três distritos industriais nas cidades mais importantes do ponto de vista econômico, depois de Campo Grande: Corumbá (junto à área de mineração de ferro e manganês), Três Lagoas (junto ao complexo hidrelétrico de Urubupungá) e Dourados (junto à principal área agrícola do estado).

Conforme destacado por Souza (2002), foi somente na década de 1970 que o governo de Mato Grosso através da CODEMAT²⁰, realizou ações mais concretas com a elaboração do Plano Piloto, submetido à análise da SUDECO, para a operacionalização do empreendimento, objetivando a implantação do Distrito Industrial de Campo Grande. Ainda sobre o plano piloto, Souza (2002) relata que o de Campo Grande, demonstrou conter elementos fundamentais do desenvolvimentismo e do industrialismo. Criando mecanismos para dinamizar a economia tornando o DICG²¹ essencial para um plano de desenvolvimento estadual e regional.

Na cidade de Três Lagoas, localizada na porção leste do Estado de Mato Grosso do Sul desde a década de 1970 (II PND), como visto anteriormente, é considerado cidade-polo devido sua posição fronteiriça ocupando posição particular na articulação entre os mercados tradicionais da produção secundária e terciária nacional e o mercado interno sul-mato-grossense (JURADO, 2008).

Durante a década de 1970 foi implantado o primeiro Distrito Industrial de Três Lagoas, que nas diretrizes de seu plano de implantação obedecia à ordem econômica, visava um efetivo e planejado desenvolvimento industrial contando com apoio financeiro do governo municipal e estadual. Por sua vez, o município conta com dois distritos industriais, a partir deste ponto, denominados de DITL I e DITL II (implantado apenas em 2000), que apresentam características diferentes. O primeiro, da década de 1970, comporta maior quantidade de indústrias de capital local, enquanto o segundo atraiu diversas unidades industriais, de grande porte e tecnologicamente modernas, originárias principalmente do Estado de São Paulo (SOUZA, 2002).

²⁰ Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

²¹ Distrito Industrial de Campo Grande

Nos mesmo período, década de 1970, Corumbá é reconhecida como polo, centralizando toda a região do Pantanal Mato-Grossense, considerada como capaz de depois de receber investimentos públicos, propagar o crescimento por todo Pantanal. Sobre sua localização, fica evidente que a presença do porto fluvial representa fator muito significativo para a implantação de um distrito industrial. Nesse contexto, cabe ressaltar a participação da PRODEPAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal sob coordenação da SUDECO, que destinou recursos para os distritos industriais de Mato Grosso, entre eles Corumbá, Cuiabá, Campo Grande e Rondonópolis, com maior prioridade para o polo de Corumbá por ser o de maior evidência dentro do PRODEPAN. (SOUZA, 2002).

Dourados que possui em sua origem uma forte inclinação ao setor primário, teve seu distrito industrial sistematizado de forma diferente dos outros, apenas na década de 1990. A importância da CAND, e conseqüentemente da agricultura, na constituição do município é exaltada por Pavão:

O município de Dourados, criado em meados da década de 1930, ganha importância com a criação (1943) e implantação (1948) da Colônia Agrícola de Dourados, que permitiu a instalação de mais de 9.000 famílias em pequenas propriedades para a produção de cereais, bovinos, suínos, etc. A cidade recebeu migrantes até a década de 1970. Com terras bastante férteis, a região atraiu produtores de diversas partes do país, que passaram a comprar os lotes dos antigos colonos e formaram fazendas para o cultivo de diversos produtos agrícolas (PAVÃO, 2005, p. 170).

Assim como os outros três polos de desenvolvimento (Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas), em Dourados o local escolhido para a implantação de um distrito industrial foi inaugurado oficialmente apenas em 20 de dezembro de 1981.

O DID apresentou uma estrutura industrial relacionada fundamentalmente ao beneficiamento e transformação de matérias-primas vinculadas a agropecuária, portanto, semelhante ao conjunto da estrutura industrial da Região Centro-Oeste e coerente com a “função” que essas áreas ocupam no contexto da divisão territorial do trabalho, ao nível nacional (SOUZA, 1995, p. 179).

De acordo com Souza (1995), no ano de 1977 foram realizados os primeiros estudos para verificar qual localização ideal para a implantação do Distrito Industrial de Dourados (DID). Sendo somente em 10 de outubro de 1979, adquiridas as terras (quatrocentos hectares), destinadas para a implantação do DID, por intermédio da CODESUL²² (SOUZA, 1995). Posteriormente em maio de 1981, através da CODESUL a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração apresentou uma proposta de implantação de infraestrutura para o DIDI, uma vez que segundo Souza (1995, p. 73) por se localizar na zona rural, o DID “constituía-se em um “enclave” para o suprimento de equipamentos infra-estruturais: a

²² Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul (CODESUL), criada em 01 de janeiro de 1979, pelo Decreto n. 29 (SOUZA, 1995).

energia elétrica, água e esgoto, rede telefônica, e principalmente, para os trabalhadores, dificulta o acesso”. Esse quadro demonstra a dificuldade de implantação do DID, Souza (1995), exemplifica essa dificuldade ao salientar que a proposta de implantação do DID ocorreu em 1975 e o projeto de loteamento foi aprovado apenas em 1985, uma longa década entre a ideia e sua realização.

Embora existissem iniciativas de planejamento local, a região do antigo Mato Grosso passou a ser incluída de forma relevante no planejamento econômico e de integração nacional durante os I e II PND. Durante o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) de 1971, visando a ampliação do mercado nacional, visando impulsionar a agricultura e a exploração mineral objetivando a exportação, foram desenvolvidas entre outras iniciativas o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), que objetivava principalmente a ampliação da rede rodoviária, pois a região Centro-Oeste é o território de ligação entre o norte e o sul do país.

De acordo com Pavão (2005) o

[...] objetivo principal era a integração das regiões Centro-Oeste e Amazônica. Devido à necessidade de aumentar a quantidade de matérias-primas e alimentos destinados ao setor industrial das regiões desenvolvidas do país, e para cumprir metas de exportação, o Governo Federal lança o Programa “Corredores de Exportações” incluído no I PND, em 1972, visando “aumentar e diversificar a exportação de excedentes agropecuários, modernizar a economia agrária com a formação de infra-estrutura de produção e comercialização e incentivar o mercado interno” (PAVÃO, 2005, p. 153).

Nesse mesmo período, é imprescindível destacar a atuação da SUDECO, que segundo Abreu (2001), foi desenvolvida a partir da teoria dos polos de desenvolvimento e que:

Cabia a SUDECO, portanto, os levantamentos potenciais e os estudos pertinentes a elaboração de uma programação de ações a serem realizadas em polos de desenvolvimento definidos para induzir o crescimento de áreas vizinhas diante dos escassos recursos disponíveis e maior eficácia dos dispêndios. Seria seu papel também desenvolver a atividade agropecuária com vistas a exportação, bem como absorver os excedentes de população interna, principalmente de nordestinos, atuando inclusive nas políticas de atração de imigrantes (de colonização) com vistas a fixação de população em áreas consideradas “despovoadas” – como é o espaço mato-grossense, notadamente em sua parte norte. (ABREU, 2001 p. 77)

Um dos programas desenvolvido pela SUDECO foi o Plano de Desenvolvimento Econômico-social do Centro-Oeste (PLADESCO), que visava integrar e alinhar diferentes polos regionais aos objetivos nacionais, nele é possível observar a indução do território de Mato Grosso do Sul ao modelo agroexportador, atendendo os interesses nacionais, que predomina até hoje, conforme Quadro 01.

Quadro 01 – Compatibilização da programação regional em função da nacional

| PRIORIDADES NACIONAIS | PROGRAMAÇÃO REGIONAL | LOCALIZAÇÃO |
|--------------------------|---|---|
| 1-Integração nacional | 1- Incorporação de novas áreas de produção | <u>Área de incentivo</u> Ji-Paraná (em RO) Aripuanã, Peixoto, Xingu e Cáceres (em MT) Gurupi e Araguaína (em GO) |
| 2- Migrações internas | 2- Fixação de populações e desenvolvimento urbano | <u>Área de fixação</u> Toda a região Centro-Oeste, principalmente Paraná (GO) |
| 3-Corredor de exportação | 3- Tecnicificação da agropecuária Industrialização da produção | <u>Área de exportação</u> Cuiabá-Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande/Dourados (em MT) Ceres-Anápolis e Rio Verde-Itumbiara (em GO) |

Extraído de: Abreu, 2001.

O estado de Mato Grosso do Sul obteve uma série de incentivos que proporcionaram, entre outras, a melhoria na infraestrutura através de programas específicos como Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado (POLOCENTRO) e Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), que foram os programas que mais colaboraram para o crescimento e desenvolvimento da agricultura e pecuária no Mato Grosso do Sul e Centro-Oeste.

Mais especificamente, segundo Pavão (2005), os programas do II PND (1975-1979) podem ser assim identificados:

- a) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN) - lançado em Abril de 1976 com a finalidade de modernizar a agricultura e a pecuária na região de Dourados (abrangia vinte e dois municípios). Na justificativa da Sudeco, essa era uma área altamente produtiva que se encontrava sob influência direta do estado de São Paulo. Vislumbrava-se, pois, a ampliação da agropecuária, objetivando a exportação em consonância com os objetivos do II PND.
- b) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) - desenvolvido pela Sudeco no período de 1974 a 1978 com o objetivo de expandir estradas, pontes, armazéns e frigoríficos, entre outros.
- c) Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) - criado em 1975, abrangia inicialmente quatro áreas selecionadas: Campo Grande/Três Lagoas; Bodoquena; e Xavantina e Parecis. No último trimestre de 1979, foi criada também a área de Cuiabá-Rondonópolis. O

objetivo era desenvolver áreas desocupadas através da modernização agropecuária e das atividades florestais. Não obstante, na agricultura, incentivava-se o cultivo da soja.

d) Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC) - criado em 1974, que vigorou até 1983, visando a criação de distritos florestais, para ampliar a produção de papel e celulose..

e) Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) - criado em 1975, foi o último programa na década de 1970 e tinha como objetivo principal a substituição do petróleo importado. O governo subsidiou a instalação das destilarias para a produção do álcool etílico nas regiões Norte e Leste de Mato Grosso do Sul.

f) Construção do Sistema Hidrelétrico de Urubupungá (Usina de Ilha Solteira e Jupia) – Concluída em 1974, permitindo a provisão de energia elétrica para parte da economia e expansão urbana de Mato Grosso do Sul .

Com o I e II PND e seus diversos programas de desenvolvimento toda a região Centro-Oeste, incluindo ai o Mato Grosso do Sul, que de forma significativa a partir da década de 1970 foi incorporado à economia nacional por meio da expansão da fronteira agrícola e da modernização da agricultura. Para Le Bourlegat (2000), a processo de expansão da fronteira agrícola e de modernização agrícola, nos moldes capitalista, correu em duas fases. A primeira delas a partir da década de 1970 até 1985, em especial durante o período de 1975-1979 (II PND), caracterizado pela forte integração econômica. E a segunda fase, pós 1985 que visava maior produtividade e diversificação. Nesse lógica, a modernização agrícola possibilitou o estado tornar-se um grande produtor de matéria-prima, que posteriormente, a partir da década de 1980, constitui-se como fator de grande importância para a sua agroindustrialização.

De acordo com Jurado (2008), o início do processo de desconcentração industrial no Brasil, ocorrido durante a década de 1970, coincide com os pressupostos da industrialização em Mato Grosso do Sul. Sobre o processo de modernização da agricultura em Mato Grosso do Sul e conseqüentemente a possibilidade de expansão do setor agroindustrial, Terra (2006) comenta que:

[...] é a partir da década de 1970, dentro do contexto das grandes transformações da formação social brasileira, em decorrência de sua inserção em uma nova divisão internacional do trabalho – comandada por grandes oligopólios transnacionais - que Mato Grosso do Sul se integra definitivamente à expansão do capitalismo no campo, consubstanciando assim numa modernização da produção agrícola, destinada à produção de culturas para a agroindústria e principalmente para exportação. (TERRA, 2006, p. 3).

Para Oliveira (2003, p. 46), a primeira fase da indústria (frigoríficos e destilarias) foi à base para o desenvolvimento de uma segunda fase, e atuou como “motriz histórica do

processo de investimento agroindustrial e industrial que se erguerá no segundo lustro dos anos oitenta”.

O crescimento da agropecuária, base histórico-econômica de Mato Grosso do Sul, possibilitou o desenvolvimento do setor secundário, a começar da década de 1970 e de forma um pouco mais acentuada nas décadas seguintes, “num primeiro momento com unidades de pequeno porte – raras as de médio porte- e, no segundo lustro dos oitenta, com unidades de médio e grande portes” (OLIVEIRA, 2003, p. 227).

Nesse contexto, a partir da base agropecuária desenvolve-se o setor secundário em Mato Grosso do Sul, conforme Ferreira (2016, p. 115):

A economia industrial de Mato Grosso do Sul foi formada a partir da modernização e do avanço da fronteira agrícola. O setor industrial acabou se direcionando para os produtos agropecuários como para o beneficiamento das monoculturas da soja e milho, da pecuária (carnes, couros e leite), além do processamento da cana e extração de minério e madeiras.

Le Bourlegat (2000), indica que o surgimento da agroindústria em Mato Grosso do Sul ocorreu na década de 1970 com as primeiras indústrias de o setor alimentar, as usinas de álcool, porém se concretiza de fato a partir de 1985 com os incentivos fiscais e de financiamento federal e estadual²³.

A partir de 1985, surgiram incentivos fiscais e de financiamento, em nível federal e estadual, para a indústria, voltados especialmente à instalação de unidades de beneficiamento da soja no estado, como forma de agregar valor ao produto e exportar derivados de soja (LE BOURLEGAT, 2000, p. 331).

Nesse mesmo período, a pecuária sul-mato-grossense envolvida por incentivos estaduais na década de 1980 e acentuada na década seguinte, segue a mesma tendência da agricultura, e passa a participar do processo de industrialização. A concentração do rebanho incide na atração de frigoríficos, principalmente próximo a vias de escoamento, sobretudo nas regiões de Campo Grande, Dourados e Iguatemi.

Nesse sentido, Oliveira (2003), destaca dois tipos de indústrias de porte médio que se instalaram na primeira fase da indústria de Mato Grosso do Sul, os frigoríficos e as destilarias.

De acordo com o autor, a produção da monocultura de soja atuou de forma importante para a implantação das agroindústrias, afirmando assim que, “a agroindústria da soja se constitui no principal segmento industrial de Mato Grosso do Sul” (OLIVEIRA, 2003, p.

²³ Surgiu em 1984, a Lei Pró-Indústria, concedendo benefícios fiscais aos novos empreendimentos industriais no Estado. Em 1987, foi implantado o Programa de Desenvolvimento Industrial – PDDI, concedendo isenções de até 67 % do ICMS durante cinco anos. Pela Constituição de 1988, foi criado o FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste (1988), voltado a desenvolver as atividades rurais e industriais do Centro-Oeste (LE BOURLEGAT, 2000, p. 331).

245). No mesmo sentido, além da soja, Pavão (2005), destaca como as principais potencialidades da indústria no estado a qualidades dos bovinos, as reservas de manganês e ferro de Corumbá, calcário e mármore e o maciço florestal na região de Três Lagoas.

Desse modo, a partir dos avanços da economia sul-mato-grossense foi possível estabelecer os elementos necessários para o estabelecimento das agroindústrias que iniciaram o processo ampliação da participação do setor industrial.

A economia do Mato Grosso do Sul após 1980 apresentou modificações e avanços econômicos, em especial na agropecuária e na agroindústria. Motivadas pela modernização e incorporação de tecnologias no campo, resultando em uma maior produtividade de grãos que levou o estado a ser um grande produtor de matéria-prima. O impulso voltado às agroindústrias no estado favoreceu o valor agregado da produção estadual, assim como possibilitou a ampliação de empregos e renda. Desse modo, o setor industrial no estado expressou nas últimas décadas crescimento na sua participação econômica (FERREIRA, 2016, p. 124).

A década de 1980 pode ser considerada como marco no processo desenvolvimento da indústria em Mato Grosso do Sul. Para Pavão (2005),

A promoção da industrialização em Mato Grosso do Sul aconteceu efetivamente a partir de 1984, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), e da implantação do Programa Estadual de Incentivos à Industrialização - PRÓ-INDÚSTRIA, (Lei n.º 440 de 21/03/84) – cujos objetivos principais foram o de diversificar e integrar setorialmente a economia; aumentar a renda, o emprego e a receita pública – através de incentivos fiscais (carência de 36 meses para recolhimento do ICMS devido) e de fomento à infra-estrutura do Parque Industrial do Estado (PAVÃO, 2005, p. 218).

Todavia, para Oliveira (2003, p 227) o marco na promoção industrial do Estado ocorre com a Lei 701²⁴, de 1987, que segundo o autor permitiu ao Estado “garantir o seu sucesso de industrialização, passou também a garantir formas outras de ampliação e melhoramento das redes de transmissão de energia elétrica e comunicação telefônica, principalmente para o setor rural, ampliação e melhoramento da produção rural, etc”.

No período pós década de 1980, a indústria passa a apresentar sinais de expansão, conforme Le Bourlegat (2000, p. 330), “a partir de 1990, passaram a atuar no Mato Grosso do Sul, os grandes complexos agroindustriais, integrando-se ao complexo produtivo do farelo de soja, acoplado à cadeia produtiva da carne de frango e suíno”. Durante a década de 1990, motivado pelo consumo internacional de ferro e aço, o setor mineral de Mato Grosso do Sul adquiriu maior significância e participação no setor secundário, embora o reconhecimento de sua relevância e sua exploração seja anterior.

²⁴ Publicado no DOE em 9 de março de 1987, a Lei N° 701 dispõe sobre a política de desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Mato Grosso do Sul.

A partir de 1988, através do II PSN - Plano Siderúrgico Nacional do governo federal, tentou-se nortear o desenvolvimento do setor siderúrgico para o Estado, projetando-se três polos siderúrgicos ao longo da ferrovia (Corumbá, Campo Grande e Ribas do Rio Pardo), vinculando-os aos outros recursos já existentes no estado, calcário (Bodoquena) e carvão vegetal (LE BOURLEGAT, 2000, p. 339).

Ainda na década de 1990 o estado dá início a uma série de incentivos fiscais que se intensificariam posteriormente nos anos 2000.

Para exemplificar essa questão, Mato Grosso do Sul, segundo o relatório de assuntos econômicos do Senado, foi o primeiro estado a criar, em 1997, um ato normativo instituindo benefícios relativos ao ICMS sem a prévia e necessária celebração de convênio entre os estados e o Distrito Federal, contrariando os dispositivos constitucionais por meio da lei 1.798/97, que buscava diversificar a atividade industrial no estado com até 90% de isenção, chamado plano PROAÇÃO do governo estadual (STF-Pleno ADI 2.439/MS) durante o governo de Wilson Barbosa Martins (1995-1998).

Durante o período de 2000 a 2015 os incentivos fiscais influenciaram positivamente a economia sul-mato-grossense e contribuiu principalmente para a expansão recente da indústria foram os incentivos estaduais, os incentivos de maior destaque são o MS Empreendedor²⁵ e MS - Forte Indústria²⁶, conforme SILVA, 2017, p. 125,

Entre os anos de 2001 e 2013, 46 dos 79 municípios receberam novos estabelecimentos industriais em resultado do fomento da política de incentivos fiscais, dentre eles destacam-se setores intensivos de mão de obra como calçadista e têxtil, máquinas e equipamentos e o setor sucroalcooleiro.

Os incentivos fiscais se tornaram estímulos para a atração de novas plantas industriais, tornando o estado atrativo para indústrias de outros estados, como São Paulo e Paraná, que passaram a influenciar principalmente áreas próximas as divisas com esses estados, com as microrregiões de Três Lagoas e Paranaíba.

A política de incentivos fiscais do governo de Mato Grosso do Sul, fundamentada na Lei “MS Empreendedor”, que fornece um desconto de 67% no ICMS para as indústrias dos setores priorizados, complementada pela “MS-Forte Indústria”, visam atrair indústrias para o território a fim de desenvolver o parque industrial do estado e lograr uma produção diversificada e de alto valor agregado (GOMES. T., 2016, p. 176).

Além dos estaduais, existem também os incentivos municipais que oferecem normalmente doação de áreas em núcleos industriais, terraplanagem, capacitação de mão de obra, isenção de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e de Imposto Sobre Serviços (ISS).

²⁵ O Programa Estadual de Fomento a Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda - MS Empreendedor, foi instituído pelo Governo Estadual, através da Lei Complementar Nº 093, de 05 de novembro de 2001 (SEFAZ, 2017).

²⁶ Criado pela lei nº 4.049, de 30 de junho de 2011, que “Dispõe sobre o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial MS Forte-Indústria”, visando incentivar o setor secundário através de incentivos fiscais.

Outra forma de incentivo a produção industrial são os créditos e incentivos direcionados para a indústria, além das linhas de crédito como (BNDES Automático, FINAME²⁷ e PROGER²⁸), o Estado de Mato Grosso Sul conta ainda com alternativa, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO²⁹.

[...] a indústria em Mato Grosso do Sul, munida de incentivos fiscais, segue uma regionalização que leva em conta a expertise regional em determinadas atividades produtivas, geralmente de exploração de recursos naturais, fatores como proximidade com as cidades polo, condições edafoclimáticas, proximidade com mercado consumidor e até localização de matéria-prima forçam essa estrutura regional (SILVA, 2017, p. 118).

Em Campo Grande, capital do Estado, existe o Programa para Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande - PRODES³⁰, que objetiva atrair empreendimentos, aumentar a oferta de emprego e aumentar a renda da população campo-grandense.

Enfim, entre os anos de 2001 e 2013, foram 289 unidades industriais que receberam algum incentivo fiscal que variam em até 90%, com possibilidade de aumento ou redução até 2028. Apenas em 2014, foram cerca de 121 unidades que receberam incentivos para se instalarem no estado ou ampliarem a planta industrial. Entre os anos de 2001 e 2013, 46 dos 79 municípios receberam novos estabelecimentos industriais em resultado do fomento da política de incentivos fiscais, dentre eles destacam-se setores intensivos de mão de obra como calçadista e têxtil, máquinas e equipamentos e o setor sucroalcooleiro. Já no segundo caso (2014), são 29 municípios envolvidos em processos de implantação de novas unidades industriais e ampliação das já existentes (SILVA, 2017, p. 125).

Esses estímulos podem ser percebidos positivamente, por exemplo, na composição do PIB setorial de Mato Grosso do Sul no período mais recente entre 2000 e 2015, que apresenta notável aumento da participação do setor secundário, conforme Tabela 2 e Tabela 3 a seguir.

Tabela 02 – Valor adicionado do PIB dos setores de atividade econômica - 2000-2015

| Anos | Agropecuária | Indústrias | Serviços |
|-------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| 2000 | 1.965,26 | 1.894,14 | 6.209,64 |
| 2001 | 2.674,98 | 2.042,77 | 6.900,41 |
| 2002 | 3.704,29 | 2.414,31 | 8.496,06 |
| 2003 | 5.603,81 | 3.179,52 | 10.575,53 |

²⁷ O FINAME é um financiamento do BNDES feito por intermédio de instituições financeiras credenciadas para produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional para empresas que estejam credenciadas no BNDES.

²⁸ O Programa de Geração de Emprego e Renda é uma linha de financiamento instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, com a finalidade de financiar projetos de investimentos com ou sem capital de giro associado, para micro, pequenas e médias empresas com faturamento anual de até R\$ 7.500.000,00, que visem a geração de emprego e renda.

²⁹ O Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) é um fundo de crédito criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal), mediante programas de financiamento aos setores produtivos, buscando maior eficácia na aplicação dos recursos.

³⁰ Instituído pela Lei Complementar 29/99 de 25 de outubro de 1999.

| | | | |
|------|-----------|-----------|-----------|
| 2004 | 4.928,54 | 3.868,51 | 11.579,74 |
| 2005 | 3.492,88 | 3.731,94 | 13.168,60 |
| 2006 | 3.614,58 | 4.406,88 | 14.864,20 |
| 2007 | 4.288,22 | 4.270,98 | 17.166,62 |
| 2008 | 5.946,53 | 5.305,44 | 19.516,03 |
| 2009 | 5.968,61 | 6.212,92 | 21.969,69 |
| 2010 | 7.151,61 | 9.380,76 | 24.963,64 |
| 2011 | 8.475,22 | 10.946,62 | 28.924,05 |
| 2012 | 9.672,43 | 12.318,09 | 32.650,06 |
| 2013 | 10.848,01 | 13.534,62 | 36.864,10 |
| 2014 | 12.195,26 | 15.220,13 | 42.957,22 |
| 2015 | 13.644,48 | 16.375,34 | 44.296,53 |

Fonte: SEMAGRO, 2017.

A seguir, a Tabela 03 complementa a Tabela 2, indicando o quanto cada setor representa percentualmente no PIB. Em ambas é possível observar que a participação do setor terciário tem se mantido como a principal responsável pelo PIB estadual e que há uma inversão entre o PIB secundário e o PIB primário. Nos primeiros anos da análise, aproximadamente até 2004, o desempenho do setor primário supera o setor secundário, contudo no final do período, principalmente a partir de 2011 essa lógica se inverte, e o PIB secundário passa a ser superior ao primário. Ou seja, o setor terciário se manteve em primeiro, como principal responsável pelo PIB de Mato Grosso do Sul em todo o período, já o PIB industrial saiu da terceira e última posição ultrapassando o setor primário e conquistando a segunda posição em participação no PIB.

Tabela 03 – Evolução da participação relativa no Valor Adicionado do PIB (em %)

| Ano | Setores de Atividade | | | Total |
|------|----------------------|------------|-----------|--------|
| | Primário | Secundário | Terciário | |
| 2000 | 19,52 | 18,81 | 61,67 | 100,00 |
| 2001 | 23,02 | 17,58 | 59,39 | 100,00 |
| 2002 | 25,35 | 16,52 | 58,13 | 100,00 |
| 2003 | 28,95 | 16,42 | 54,63 | 100,00 |
| 2004 | 24,19 | 18,98 | 56,83 | 100,00 |
| 2005 | 17,13 | 18,30 | 64,57 | 100,00 |
| 2006 | 15,79 | 19,26 | 64,95 | 100,00 |
| 2007 | 16,67 | 16,60 | 66,73 | 100,00 |
| 2008 | 19,33 | 17,24 | 63,43 | 100,00 |
| 2009 | 17,48 | 18,19 | 64,33 | 100,00 |
| 2010 | 17,23 | 22,61 | 60,16 | 100,00 |
| 2011 | 17,53 | 22,64 | 59,83 | 100,00 |
| 2012 | 17,70 | 22,54 | 59,76 | 100,00 |
| 2013 | 17,71 | 22,10 | 60,19 | 100,00 |
| 2014 | 17,33 | 21,63 | 61,04 | 100,00 |
| 2015 | 18,36 | 22,03 | 59,61 | 100,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SEMAGRO, 2017.

Nesse período de análise alguns fatores contribuíram para as oscilações do PIB, de acordo com Vieira (2012), nos anos de 2004 e 2005 a economia de MS entra em retração devido a diminuição na produção das principais culturas no estado provocadas pela insuficiência de chuvas, afetando principalmente as áreas produtoras ao sul do estado, e influenciada também pelo aparecimento de focos de febre aftosa em alguns municípios do estado, ocasionando dificuldades de comercialização para produtos da pecuária.

Os impactos negativos desse período passaram a ser superados a partir de 2007, com a retomada da aceleração da economia, e conforme Vieira (2012), esse processo foi influenciado por investimento privados no setor de papel e celulose, no setor siderúrgico e sucroalcooleiro que ocasionam no aumento da produção de eucalipto, minério de ferro, manganês e calcário.

Posteriormente, 2009, outro evento influencia o desempenho do PIB estadual, a crise financeira internacional que afetou o mercado consumidor nacional e internacional.

Tabela 04 – Evolução do PIB/MS e PIB Industrial de MS (R\$ milhões) e taxa de crescimento em relação ao ano anterior

| Ano | PIB/MS | Taxa de crescimento (%) | PIB Industrial de MS | Taxa de crescimento (%) |
|------|-----------|-------------------------|----------------------|-------------------------|
| 2000 | 11.320,38 | - | 1.894,14 | - |
| 2001 | 13.151,44 | 16,17 | 2.042,77 | 7,85 |
| 2002 | 16.440,42 | 25,01 | 2.414,31 | 18,19 |
| 2003 | 21.846,56 | 32,88 | 3.179,52 | 31,69 |
| 2004 | 23.372,30 | 6,98 | 3.868,51 | 21,67 |
| 2005 | 23.725,25 | 1,51 | 3.731,94 | -3,53 |
| 2006 | 26.667,89 | 12,40 | 4.406,88 | 18,09 |
| 2007 | 30.084,76 | 12,81 | 4.270,98 | -3,08 |
| 2008 | 36.219,26 | 20,39 | 5.305,44 | 24,22 |
| 2009 | 39.517,74 | 9,11 | 6.212,92 | 17,10 |
| 2010 | 47.270,65 | 19,62 | 9.380,76 | 50,99 |
| 2011 | 55.133,16 | 16,63 | 10.946,62 | 16,69 |
| 2012 | 62.013,20 | 12,48 | 12.318,09 | 12,53 |
| 2013 | 69.203,20 | 11,59 | 13.534,62 | 9,88 |
| 2014 | 78.950,13 | 14,08 | 15.220,13 | 12,45 |
| 2015 | 83.082,33 | 5,23 | 16.375,34 | 7,59 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SEMAGRO, 2017.

Para Souza (2002), os incentivos concedidos no programa MS Empreendedor, estão relacionados aos pressupostos da teoria dos polos de desenvolvimento e atribui especial

atenção a exportação e a indústria motriz. Destaca ainda o fato do desenvolvimento industrial em Mato Grosso do Sul estar concentrando nas quatro cidade-polo (Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas), sendo que entre 1999 e 2002 foram investidos R\$ 551 milhões no setor industrial, 90% do valor concentrado em cerca de 10 municípios e 20% só em Campo Grande.

De acordo com dados do Seprotur ³¹ apresentados por Silva (2017), no Estado entre 2001 até 2013 foram implantados 289 estabelecimentos com o incentivo oriundo da lei de incentivos à industrialização, desse total 103 deles estabelecidos em Campo Grande, aproximadamente de 35% e Três Lagoas com 14%, e na sequência, em terceiro lugar, Dourados com 19 estabelecimentos.

Como visto nos incisos das leis de incentivos à industrialização, inciso V da Lei 93/2001, uma das prerrogativas é a geração de emprego, portanto a cada projeto com fomento, estabelece-se uma meta de geração de empregos diretos. [...] Três Lagoas, com 41 projetos fomentados, gerou cerca de 5.052 [...] Dourados, em terceiro, com 19 estabelecimentos industriais, (7%) gerou 3.273 empregos diretos, representados em larga medida por empresas do setor alimentício e sucroalcooleiro. Somente a São Fernando Açúcar e Álcool gerou 2.200 vagas de emprego no município, seguida da Fertipar Fertilizantes, com 130 vagas e Bunge, com 100.

E apesar de certa mudança locacional, as indústrias ainda se encontram localizadas principalmente em torno dos mesmos polos de desenvolvimento definidos desde a década de 1970, principalmente Campo Grande e Três Lagoas. Embora nas últimas décadas, através de incentivos governamentais, o setor industrial tenha se expandido, apresentando bons resultados, ainda está subordinada ao setor primário. Nesse contexto, Ferreira (2016), evidencia que a indústria de Mato Grosso do Sul, está diretamente vinculada a atividades relacionadas com a produção de alimentos, influenciada principalmente pelo acesso à matéria-prima do estado.

Em síntese, os investimentos realizados no setor industrial no estado estão alinhados à sua formação econômica, uma vez que a indústria existente no estado é, em grande parte, associada ao agronegócio, (produção de alimentos, celulose, açúcar e álcool). Inclusive, as indústrias químicas que vêm se destacando são em grande maioria indústrias de fertilizantes (FERREIRA, 2016, p. 144).

A Tabela 05 a seguir mostra o percentual de participação do PIB por setor em cada uma das 11 microrregiões, demonstrando a contribuição significativa que o setor secundário possui principalmente nas Microrregiões de Campo Grande, Três Lagoas e Paranaíba.

³¹ Secretaria de Estado Desenvolvimento Agrário da Produção da Indústria do Comércio e Turismo

Tabela 05 – PIB setorial por MRGs de MS de 2000 – 2015 (em %)

(continua)

| MRGs | 2000 | | | 2001 | | | 2002 | | | 2003 | | | 2004 | | |
|----------------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|
| | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 33,65 | 13,47 | 52,88 | 33,14 | 12,12 | 54,73 | 25,42 | 8,51 | 66,07 | 26,67 | 8,85 | 64,48 | 23,46 | 9,25 | 66,29 |
| Aquidauana | 39,02 | 13,70 | 47,28 | 43,25 | 10,23 | 46,52 | 28,15 | 6,06 | 65,79 | 31,11 | 7,08 | 61,68 | 27,67 | 8,76 | 63,57 |
| Alto Taquari | 49,10 | 14,60 | 36,29 | 52,84 | 12,02 | 35,13 | 44,04 | 8,82 | 47,14 | 46,52 | 8,84 | 44,64 | 46,22 | 7,31 | 46,46 |
| Campo Grande | 8,28 | 32,02 | 59,70 | 11,31 | 31,58 | 57,11 | 6,27 | 16,28 | 72,44 | 7,57 | 16,52 | 75,91 | 6,60 | 17,70 | 75,70 |
| Cassilândia | 47,30 | 20,26 | 32,06 | 52,33 | 15,05 | 32,61 | 45,66 | 11,20 | 43,14 | 49,60 | 10,06 | 40,35 | 46,66 | 8,95 | 44,39 |
| Paranaíba | 37,41 | 23,44 | 39,15 | 40,38 | 19,01 | 40,60 | 17,85 | 51,84 | 30,31 | 18,72 | 53,44 | 27,85 | 21,24 | 53,54 | 25,25 |
| Três Lagoas | 38,64 | 25,21 | 36,15 | 43,28 | 24,50 | 32,22 | 46,24 | 25,34 | 28,42 | 46,86 | 26,29 | 26,85 | 38,95 | 31,93 | 29,12 |
| Nova Andradina | 30,29 | 30,21 | 39,49 | 32,12 | 29,29 | 38,64 | 27,83 | 16,35 | 55,82 | 27,65 | 20,18 | 52,17 | 21,14 | 29,34 | 49,52 |
| Bodoquena | 39,27 | 16,95 | 43,78 | 42,50 | 14,65 | 42,85 | 31,77 | 7,01 | 61,22 | 36,89 | 6,52 | 56,59 | 31,49 | 8,66 | 59,85 |
| Dourados | 30,53 | 22,38 | 47,09 | 36,63 | 20,99 | 42,38 | 31,33 | 12,46 | 56,21 | 38,08 | 11,54 | 50,38 | 28,09 | 13,34 | 58,58 |
| Igatuemi | 40,63 | 18,45 | 40,91 | 44,46 | 14,39 | 41,15 | 33,07 | 11,34 | 55,59 | 37,31 | 11,48 | 51,21 | 33,05 | 16,37 | 50,57 |
| MRGs | 2005 | | | 2006 | | | 2007 | | | 2008 | | | 2009 | | |
| | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 18,64 | 10,32 | 71,04 | 15,23 | 15,47 | 69,30 | 15,14 | 11,43 | 73,43 | 16,83 | 19,53 | 63,65 | 18,10 | 11,31 | 70,59 |
| Aquidauana | 20,58 | 9,99 | 69,43 | 18,36 | 11,55 | 70,09 | 18,98 | 9,97 | 71,05 | 24,20 | 7,92 | 67,87 | 22,58 | 7,72 | 69,69 |
| Alto Taquari | 33,25 | 8,58 | 58,17 | 29,19 | 10,21 | 60,60 | 32,30 | 8,02 | 59,68 | 36,60 | 8,66 | 54,75 | 35,84 | 8,81 | 55,35 |
| Campo Grande | 4,63 | 15,75 | 79,62 | 4,42 | 16,16 | 79,42 | 4,26 | 14,48 | 81,26 | 5,27 | 15,37 | 79,36 | 4,58 | 16,57 | 78,85 |
| Cassilândia | 34,73 | 9,75 | 55,51 | 29,24 | 9,39 | 61,37 | 34,70 | 7,13 | 58,16 | 39,96 | 5,41 | 54,63 | 36,51 | 8,34 | 55,16 |
| Paranaíba | 19,31 | 52,32 | 28,37 | 12,07 | 56,60 | 31,33 | 12,59 | 51,04 | 36,37 | 23,28 | 45,14 | 31,58 | 13,48 | 53,73 | 32,79 |
| Três Lagoas | 26,55 | 35,35 | 38,11 | 27,86 | 34,02 | 38,12 | 24,96 | 32,38 | 42,66 | 21,57 | 35,45 | 42,98 | 24,87 | 36,61 | 38,52 |
| Nova Andradina | 15,94 | 27,78 | 56,28 | 13,79 | 31,49 | 54,72 | 13,30 | 29,07 | 57,63 | 16,95 | 26,46 | 56,59 | 17,99 | 22,99 | 59,02 |
| Bodoquena | 25,12 | 7,22 | 67,66 | 21,90 | 9,44 | 68,66 | 21,97 | 9,02 | 69,01 | 27,88 | 9,24 | 62,88 | 26,11 | 9,20 | 64,69 |
| Dourados | 20,32 | 11,83 | 67,86 | 21,10 | 13,02 | 65,88 | 23,99 | 11,26 | 64,74 | 26,96 | 11,39 | 61,65 | 23,00 | 12,26 | 64,74 |
| Igatuemi | 25,28 | 14,76 | 59,96 | 23,13 | 14,06 | 62,81 | 24,67 | 12,81 | 62,51 | 28,70 | 13,96 | 57,33 | 26,58 | 14,38 | 59,04 |

Tabela 05 – PIB setorial por MRGs de MS de 2000 – 2015 (em %)

(conclusão)

| MRGs | 2010 | | | 2011 | | | 2012 | | | 2013 | | | 2014 | | | 2015 | | |
|----------------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-----------|----------|------------|-------|
| | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | |
| Baixo Pantanal | 10,83 | 25,30 | 63,87 | 12,45 | 24,11 | 63,44 | 12,52 | 27,30 | 60,18 | 12,41 | 25,88 | 61,71 | 11,93 | 26,58 | 61,48 | 15,35 | 17,16 | 67,49 |
| Aquidauana | 23,78 | 7,88 | 68,33 | 22,67 | 8,61 | 68,73 | 20,85 | 8,68 | 70,46 | 21,71 | 7,56 | 70,69 | 21,14 | 8,82 | 70,04 | 28,64 | 8,77 | 62,59 |
| Alto Taquari | 31,75 | 12,46 | 55,79 | 31,24 | 10,73 | 58,03 | 34,89 | 9,53 | 55,58 | 33,07 | 10,07 | 56,86 | 30,96 | 10,30 | 58,74 | 32,76 | 11,07 | 56,22 |
| Campo Grande | 4,30 | 19,50 | 46,20 | 3,65 | 21,62 | 74,73 | 4,83 | 20,15 | 75,03 | 4,65 | 17,17 | 78,18 | 4,48 | 18,70 | 76,82 | 5,00 | 16,98 | 78,02 |
| Cassandã | 32,96 | 12,20 | 54,84 | 35,20 | 12,43 | 52,37 | 37,48 | 12,35 | 50,18 | 36,83 | 14,13 | 49,05 | 35,39 | 12,57 | 52,04 | 36,16 | 16,30 | 47,55 |
| Paranaíba | 23,56 | 50,86 | 25,58 | 17,62 | 53,64 | 28,74 | 13,25 | 56,24 | 30,51 | 17,21 | 54,02 | 28,78 | 15,39 | 54,56 | 29,85 | 15,78 | 52,58 | 31,64 |
| Três Lagoas | 21,96 | 43,15 | 34,89 | 25,37 | 39,18 | 35,45 | 20,32 | 42,87 | 36,82 | 19,40 | 44,08 | 36,52 | 22,73 | 40,67 | 36,60 | 20,01 | 23,33 | 55,97 |
| Nova Andradina | 19,42 | 29,14 | 51,44 | 19,13 | 27,66 | 53,21 | 19,63 | 24,57 | 55,81 | 21,02 | 24,28 | 54,71 | 22,46 | 24,57 | 52,97 | 20,69 | 23,33 | 55,97 |
| Bodoquena | 26,65 | 10,78 | 62,57 | 24,98 | 12,24 | 62,78 | 23,75 | 13,46 | 62,80 | 23,82 | 10,81 | 65,37 | 24,82 | 10,30 | 64,80 | 26,69 | 10,08 | 63,23 |
| Dourados | 23,50 | 15,78 | 60,72 | 25,00 | 16,05 | 58,95 | 25,94 | 15,92 | 58,13 | 24,66 | 16,73 | 58,61 | 23,28 | 14,43 | 62,29 | 24,55 | 16,32 | 59,14 |
| Igatuermi | 28,75 | 17,05 | 54,20 | 29,39 | 16,24 | 54,37 | 27,58 | 17,17 | 55,29 | 29,07 | 17,19 | 53,73 | 27,78 | 16,43 | 55,79 | 29,30 | 17,17 | 53,53 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE e SEMAGRO.

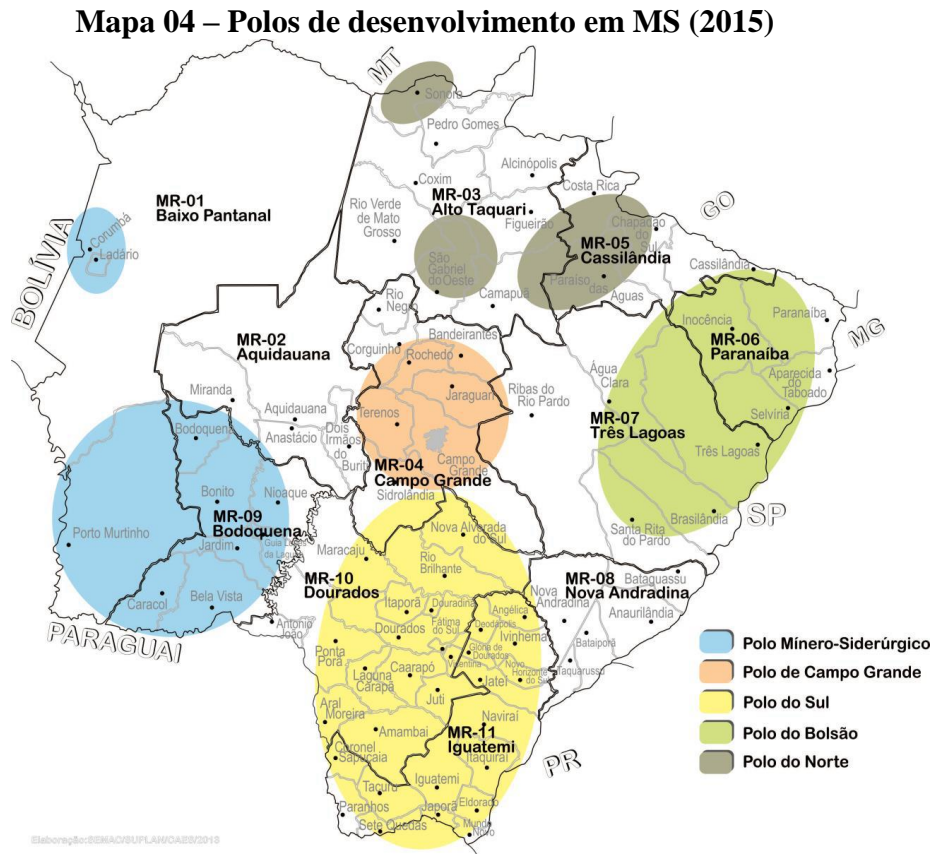
Conforme a Tabela 5, a composição setorial demonstra que o setor secundário vem ganhado mais participação na participação do PIB, as microrregiões que possuem maior participação do PIB secundário são Campo Grande, Três Lagoas, Nova Andradina, Iguatemi, Baixo Pantanal e Paranaíba.

A partir da base agropecuária e apoiada por incentivos fiscais, incentivos que por sua vez são questionados por muitos autores, o setor industrial em Mato Grosso do Sul desenvolveu-se, inicialmente depois de 1970 e especialmente entre 1980 e 1990, mas mantendo sempre uma estreita relação com o setor primário.

3.1 POLOS DE DESENVOLVIMENTO E OS SETORES ECONÔMICOS DE MS

Desde a década de 1970 existem estudos voltados para o planejamento econômico que já visualizavam polos de desenvolvimento no estado de mato grosso do sul. Atualmente a SEMAGRO (2015), considerando a situação produtiva potencial, identifica cinco polos no estado de Mato Grosso do Sul. O polo Minero-siderúrgico, que compreende as microrregiões de Bodoquena e Baixo Pantanal, caracterizado pela presença de agroindústria frigorífica e láctea, indústria de calcário dolomítico, turismo e pesca, extração de rochas ornamentais, indústria de cerâmica, indústria de artefatos de cimento, indústria minero-siderúrgica, cimento, de turismo ecológico e de pesca e indústria de refrigerantes. O polo de Campo Grande, situado na microrregião de Campo Grande, caracterizada por agroindústria frigorífica e láctea, têxtil e confecções, metalúrgica, de material plástico, curtumes, moagem de soja refinado, beneficiamento de arroz, gráfica, bens de capital e bebidas e refrigerantes, compensados e chapas de madeira, turismo de ventos, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens e indústria de café. O polo do Sul, localizada nas microrregiões de Iguatemi, Dourados, Campo Grande e Nova Andradina, apresenta agroindústria frigorífica e láctea, indústria de alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja, bebidas, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens, erva-mate, fiação de algodão, açúcar e álcool, beneficiamento de trigo, gráfica, indústria do pescado e indústria do biodiesel. O polo do Bolsão, envolvendo as microrregiões de Três Lagoas e Paranaíba, apresenta agroindústria frigorífica e láctea, indústria de alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja, embalagem, indústria de açúcar e álcool, beneficiamento de algodão, gráfica, indústria de pescado, derivados de plástico, metalurgia e siderurgia, indústria de madeira, turismo,

indústria de calçados, indústria do café e indústria do papel e celulose. E o polo do norte, nas microrregiões de Cassilândia e Alto Taquari, apresentando agroindústria frigorífica e láctea, indústria de cerâmica, indústria de alimentos, beneficiamento de algodão, rações, metalúrgica e indústria de açúcar e álcool. Os polos estão representados a seguir no Mapa 04.



Quanto às características das atividades econômicas o setor primário de Mato Grosso do Sul apresenta forte tradição e vocação para a agropecuária, se destacando como uns dos maiores produtores de grãos e de carnes do Brasil. A produção agropecuária do estado possui o predomínio da produção extensiva, tanto na pecuária como na agricultura. Uma das microrregiões que mais se destaca nesse setor é a microrregião de Dourados.

O setor secundário, a partir de um grande potencial no fornecimento de matérias primas para a agroindústria e da existência de uma grande reserva mineral, de acordo com o relatório da SEMAGRO (2015) o estado de Mato Grosso do Sul vem desenvolvendo ações voltadas para acelerar o processo de industrialização, modernizando e diversificando a logística de transportes, oferecendo incentivos fiscais e políticas voltadas para a qualificação da mão de obra.

Contudo, os estabelecimentos industriais do estado estão predominantemente voltados para o beneficiamento de produtos oriundos do setor primário, como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca, minérios e madeiras.

A atividade industrial ainda se encontra em fase de expansão e consolidação dentro da economia do Estado. Isto pode ser observado principalmente quando comparada à participação da indústria de transformação na composição do Produto Interno Bruto-PIB/MS – por ser este segmento voltado para o beneficiamento da produção primária, que vem da cadeia dos complexos de grãos, carnes, leite e demais produtos agropecuários e derivados, além do complexo mineral localizado principalmente em Corumbá. (SEMAGRO, 2015, p. 78)

Entre as microrregiões de destaque do setor secundário se encontram Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba e Nova Andradina.

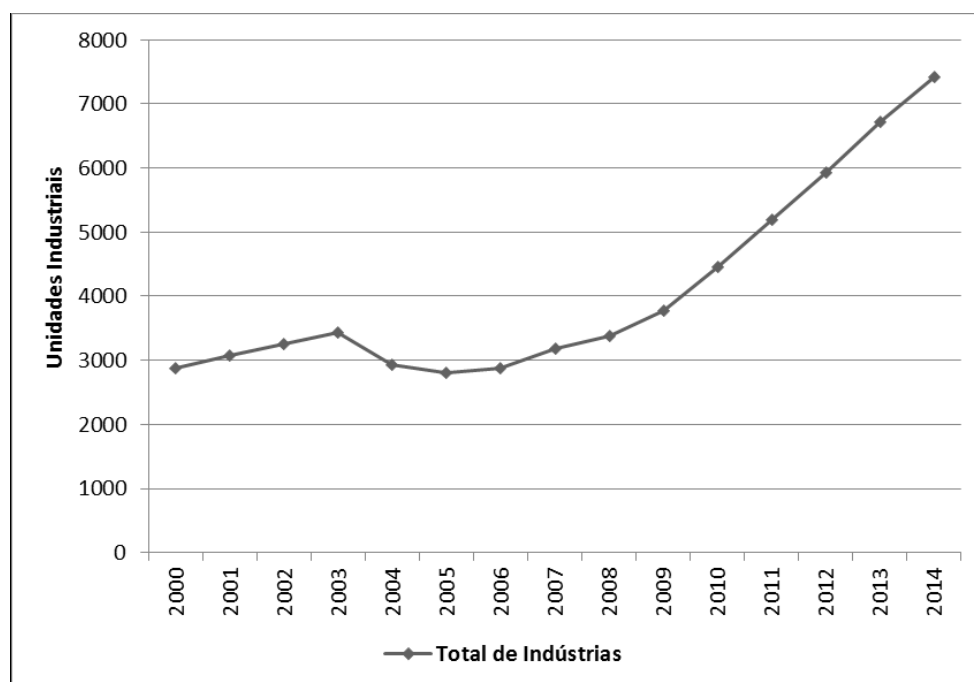
Já o setor terciário é constituído pelo comércio interno e exterior e áreas de serviços, esse último tanto no caráter público como privado. O comércio varejista é representado pelo ramo de produtos alimentícios, vestuários, comércio de veículos e de peças e acessórios e material de construção. O comércio atacadista está associado principalmente ao ramo de alimentos, mas também a produtos diversos, farmacêuticos e produtos extrativos de origem vegetal. Quanto sua presença regional e importância são de grande significância em todas as microrregiões do estado. O capítulo a seguir, apresentará dados do setor secundário no período mais recente.

4. SETOR SECUNDÁRIO EM MS ENTRE 2000-2015

O propósito desta seção é caracterizar o perfil dos estabelecimentos industriais instalados no Estado no período de análise da pesquisa. É de grande contribuição buscar apresentar de forma mais detalhada as características desses estabelecimentos, principalmente por considerar que “nas abordagens acadêmicas sobre a industrialização, deposita-se nos incentivos fiscais um destaque considerável, mas pouco se sabe de quantos e quais estabelecimentos gozam de créditos dos incentivos ou benefícios fiscais nos estados (SILVA, 2017, p. 117)”.

No período pós anos 2000, o setor secundário tem apresentado bons resultados, de acordo com Gomes, T. (2016), o setor secundário cresceu 38,8% em Mato Grosso do Sul no período entre 2000 a 2014 conforme Figura 1, passando de 2.882 plantas indústrias em 2000 para 7.419 em 2014.

Figura 1 – Evolução do total de indústrias em Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014



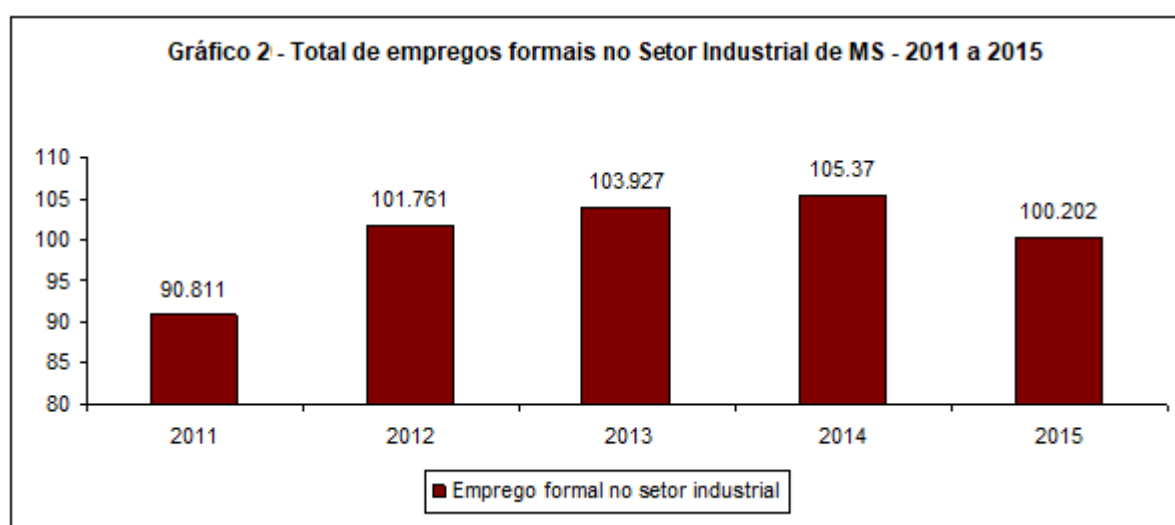
Extraído de: GOMES T, 2016.

Conforme a Figura 1 é possível observar que em uma perspectiva geral a partir de 2000 a instalação de empreendimento que atuam no setor secundário seguiu de forma crescente, com uma pequena oscilação negativa entre 2003 e 2006, porém logo acompanhada de grande crescimento no número de indústria. Essa oscilação negativa, nesse período, se reflete nos resultados do PIB industrial de MS na Tabela 4, os valores do PIB indicam que

apenas em dois períodos o PIB industrial apresentou taxa de crescimento negativo em relação ao ano anterior, exatamente em 2005 e 2007.

O aumento do número de estabelecimentos industriais apresentado no período final da Figura 1 pode explicar o aumento da participação relativa do PIB de MS. A partir do ano de 2011 os valores referentes ao PIB do setor secundário ultrapassaram e se mantiveram acima de 20% de participação no PIB total.

Os dados apresentados anteriormente em relação ao PIB, número de estabelecimentos, e crescimento dos setores é corroborado com dados do Gráfico 1 a seguir.



Fonte: RAIS/CAGED/MTE, 2017.

O Gráfico 1 apresenta dados sobre as ocupações do setor industrial em Mato Grosso do Sul, os dados são compostos por um total de 514 ocupação com empregos formais, tudo a partir da classificação brasileira de ocupações CBO. De 2011 até 2014 houve um crescimento contínuo no número de empregos formais no setor secundário, já em 2015 diminuiu 5168 empregos formais, diminuindo 4,9% em relação ao ano anterior.

Na Tabela 06 é possível observar a evolução do crescimento acumulado dos setores da indústria em MS. Todos os índices apresentaram crescimento durante o período de análise, os mais significativos são referentes à indústria extrativa e indústria de transformação.

Tabela 06 – Evolução do índice acumulado do crescimento dos setores e das atividades econômicas em MS de 2002-2015

| Atividade Econômica | Índice acumulado do crescimento dos setores de atividade econômica – 2002 = 100,00 | | | | | | |
|-----------------------------|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Indústria | 100,00 | 104,87 | 111,89 | 113,88 | 122,16 | 129,49 | 143,90 |
| Indústria extrativa mineral | 100,00 | 109,65 | 111,09 | 137,84 | 192,12 | 185,14 | 193,56 |

| | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Indústria de transformação | 100,00 | 113,60 | 117,62 | 128,08 | 130,14 | 140,49 | 160,35 |
| Serviços da indústria de utilidade pública – SIUP | 100,00 | 102,77 | 107,31 | 111,78 | 119,15 | 128,17 | 142,79 |
| Construção civil | 100,00 | 97,47 | 111,50 | 97,75 | 111,40 | 113,47 | 120,86 |
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Indústria | 151,56 | 177,90 | 188,42 | 201,07 | 215,26 | 213,72 | 204,38 |
| Indústria extrativa mineral | 184,60 | 202,90 | 220,46 | 294,13 | 367,38 | 366,53 | 341,42 |
| Indústria de transformação | 161,73 | 184,63 | 194,67 | 199,22 | 220,74 | 223,03 | 225,85 |
| Serviços da indústria de utilidade pública – SIUP | 169,74 | 206,51 | 216,64 | 234,21 | 233,22 | 229,98 | 229,68 |
| Construção civil | 120,11 | 140,53 | 150,67 | 163,44 | 170,83 | 164,85 | 135,30 |

Fonte: SEMAGRO, 2018.

De acordo com CNAE 2.0 a seção da indústria extrativa é composta pelas seguintes divisões: extração de carvão mineral, extração de petróleo e gás, extração de minerais metálicos, extração de minerais não metálicos e atividades de apoio à extração de minerais. Cada divisão é composta por grupos, classes e subclasses.

Já a seção da indústria de transformação é composta pelas seguintes divisões: fabricação de produtos alimentícios, fabricação de bebidas, fabricação de produtos do fumo, fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, fabricação de produtos de madeira, fabricação de celulose, papel e produtos de papel, impressão e reprodução de gravações, fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, fabricação de produtos de borracha e de material plástico, fabricação de produtos de minerais não-metálicos, metalurgia, fabricação de produtos de metais, exceto máquinas e equipamentos, fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos, fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, fabricação de máquinas e equipamentos, fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, fabricação de móveis, fabricação de produtos diversos, manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. Lembrando que cada divisão é composta por vários outros grupos, classes e subclasses.

Quanto ao número e o tipo estabelecimento para o ano de 2012, conforme Ferreira 2016, a principal divisão do setor secundário em MS era a de produtos alimentícios com 1114 estabelecimentos, seguidos da confecção e da construção. Nesse período as microrregiões que mais concentram a atividade industrial eram Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. Quanto

a distribuição microrregional a Tabela 7 demonstra como se configurava a distribuição dos estabelecimentos industriais por ramo de atividade.

**Tabela 07 – Distribuição dos Estabelecimentos Industriais, Por Ramo De Atividade –
Por Microrregião – 2012**

| Microrregião | Bodoquena | Campo Grande | Cassilândia | Aquidauana | Ignatemi | Três Lagoas | Alto Taquari | Paranaíba | Baixo Pantanal | Dourados | Nova Andradina |
|---|-----------|--------------|-------------|------------|----------|-------------|--------------|-----------|----------------|----------|----------------|
| Bebidas | 2 | 17 | 1 | 0 | 1 | 6 | 2 | 0 | 1 | 5 | 0 |
| Celulose, papel e produtos de papel | 0 | 13 | 0 | 1 | 8 | 20 | 2 | 6 | 0 | 6 | 3 |
| Combustíveis e biocombustíveis – fabricação de álcool | 0 | 8 | 4 | 0 | 9 | 1 | 1 | 1 | 0 | 20 | 5 |
| Confecção de vestuário, calçados e outros | 18 | 301 | 16 | 10 | 102 | 36 | 25 | 26 | 14 | 125 | 32 |
| Construção | 16 | 400 | 22 | 14 | 47 | 74 | 42 | 12 | 10 | 157 | 20 |
| Impressão e reprodução de gravações | 11 | 145 | 13 | 11 | 28 | 20 | 9 | 17 | 13 | 64 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 1 | 31 | 0 | 0 | 10 | 8 | 3 | 1 | 0 | 33 | 4 |
| Máquinas, aparelhos e materiais elétricos | 1 | 15 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 5 | 0 | 3 | 4 |
| Metalurgia | 18 | 113 | 26 | 5 | 43 | 46 | 24 | 43 | 18 | 77 | 24 |
| Minerais metálicos | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| Minerais não metálicos | 31 | 143 | 25 | 17 | 54 | 89 | 58 | 18 | 18 | 110 | 32 |
| Mobiliário | 3 | 116 | 15 | 7 | 35 | 18 | 9 | 14 | 3 | 61 | 10 |
| Couros e similares | 3 | 42 | 5 | 2 | 2 | 7 | 3 | 15 | 2 | 11 | 6 |
| Produtos alimentícios | 36 | 381 | 44 | 44 | 126 | 58 | 77 | 62 | 30 | 191 | 65 |
| Produtos de borracha e material plástico | 1 | 66 | 1 | 0 | 7 | 20 | 4 | 11 | 2 | 26 | 5 |
| Produtos farmoquímicos e farmacêuticos | 0 | 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Produção florestal – carvão vegetal e outros | 6 | 11 | 0 | 6 | 2 | 19 | 2 | 2 | 3 | 0 | 3 |
| Produção de madeira | 15 | 73 | 8 | 24 | 21 | 112 | 16 | 16 | 4 | 48 | 12 |
| Produtos químicos | 4 | 52 | 0 | 0 | 10 | 14 | 3 | 4 | 0 | 25 | 3 |
| Produtos têxteis | 8 | 41 | 3 | 2 | 13 | 13 | 16 | 7 | 1 | 17 | 6 |
| Veículos automotores, reboques e carrocerias | 2 | 14 | 5 | 1 | 6 | 5 | 2 | 4 | 3 | 13 | 0 |
| Diversos | 7 | 167 | 26 | 4 | 41 | 40 | 9 | 12 | 4 | 81 | 21 |
| Total | 183 | 2155 | 214 | 148 | 566 | 614 | 307 | 276 | 132 | 1073 | 265 |

Extraído de: FERREIRA, 2016.

A Tabela 7 mostra a distribuição dos estabelecimentos por microrregião, mostrando que as microrregiões com maior participação no número de estabelecimentos industriais no ano de 2012 eram Campo Grande, Dourados, Três Lagoas.

Ainda sobre a dinâmica regional, conforme diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul,

O parque industrial do Estado é constituído basicamente por quatro polos em fase de expansão e consolidação que podem ser assim distribuídos: Polo de Campo Grande com segmentos industriais de frigoríficos, lácteos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário, etc., liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia; Polo de Dourados com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, etc., destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brilhante; Pólo de Três Lagoas com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, indústrias de bebidas, siderurgia, madeira, etc., com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado, e Polo Industrial de Corumbá com indústria extrativa mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário. (SEMAGRO, 2015, p.81).

A Tabela 8 a seguir mostra a participação dos setores industriais na composição do PIB estadual.

Tabela 08 – Dinâmica dos setores industriais na composição do PIB/MS – 2002-2012

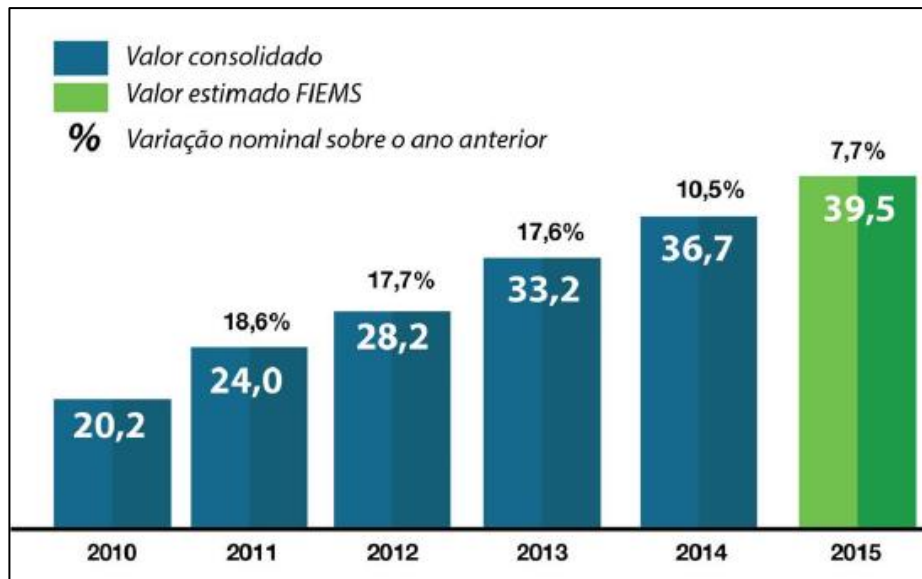
| Setor de Atividade | Participação relativa (%) | | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| Total da indústria | 16,71 | 15,70 | 19,21 | 17,24 | 18,46 | 16,68 | 17,64 | 18,48 | 22,13 | 22,82 | 21,69 |
| Extrativa mineral | 0,47 | 0,41 | 0,24 | 0,45 | 0,60 | 0,36 | 1,17 | 0,44 | 1,25 | 1,02 | 0,84 |
| Transformação | 7,79 | 8,72 | 9,96 | 8,52 | 9,12 | 8,16 | 8,36 | 9,02 | 11,58 | 11,98 | 11,73 |
| Construção civil | 6,57 | 4,29 | 5,94 | 5,21 | 5,66 | 5,89 | 5,93 | 6,20 | 6,42 | 6,90 | 6,39 |
| SIUP | 1,88 | 2,27 | 3,07 | 3,06 | 3,07 | 2,28 | 2,18 | 2,82 | 2,90 | 2,92 | 2,73 |

Fonte: SEMAGRO, 2015.

Os dados demonstram que no geral a participação da indústria aumentou no período, principalmente para o setor de atividade de transformação e construção civil, conforme demonstrando anteriormente na Tabela 6 e 7.

Quanto ao faturamento do setor industrial, conforme Figura 01, entre 2010 e 2015 houve um aumento do faturamento em relação aos anos anteriores, mesmo que entre 2014 e 2015 o crescimento não tenha sido menor que no período anterior.

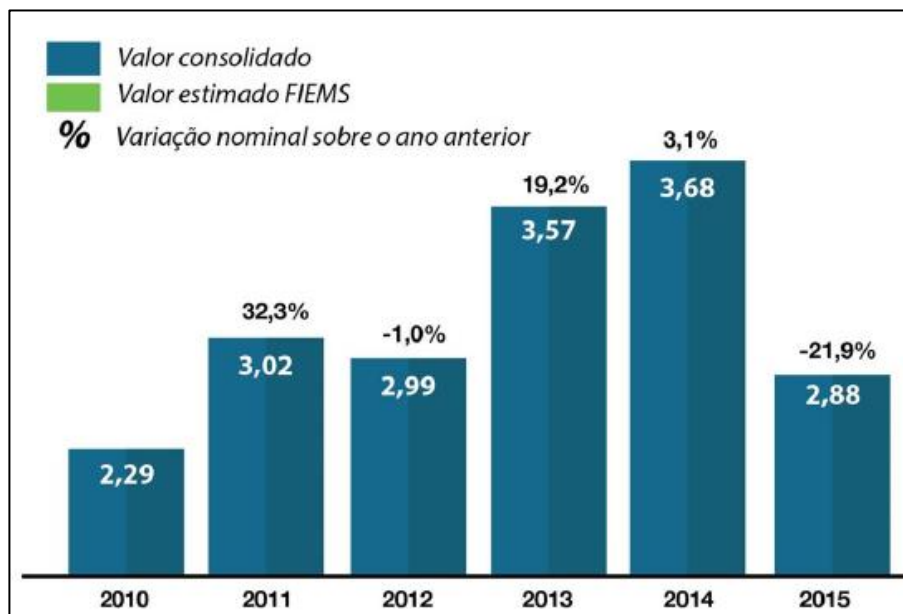
Figura 02 – Faturamento do setor industrial em MS – 2010-2015 (em Bilhões R\$)



Fonte: Radar Industrial/FIEMS, 2016.

A Figura 02 a seguir mostra os valores referentes à exportação de produtos industriais, os dados seguem a mesma tendência do faturamento. Apresentado crescimento contínuo a partir de 2010, interrompido em 2015, com uma queda significativa de -21,9% em relação a 2014.

Figura 03 – Exportações de produtos industrial em MS – 2010-2015 (em Bilhões R\$)



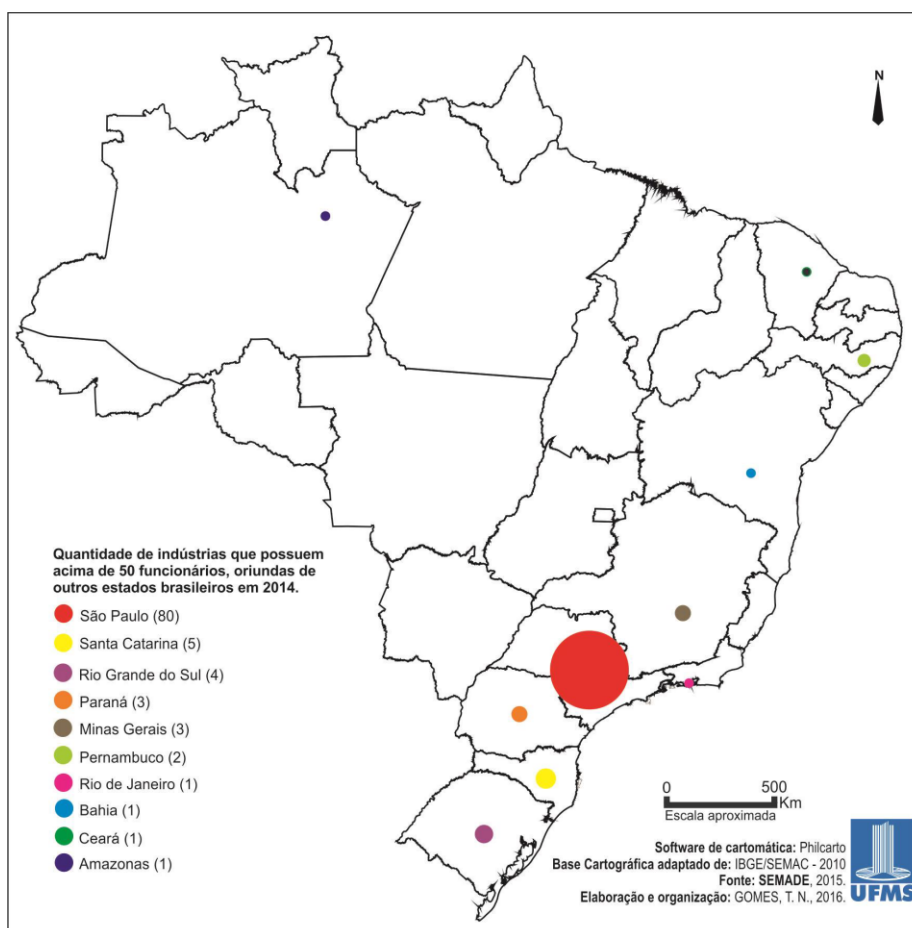
Fonte: Radar Industrial/FIEMS, 2016.

Os dados demonstram que no geral a participação da indústria aumentou no período, principalmente para o setor de atividade de transformação e construção civil, conforme demonstrando anteriormente na Tabela 6 e 7.

No ano de 2013, de acordo com dados da CNI, os estabelecimentos do setor secundário eram 5991, representavam 10,1% do total de estabelecimentos de Mato Grosso do Sul, e 1,2% do total de indústrias do país. Quanto ao porte dos estabelecimentos, 85,6% microempresas (até 19 funcionários), 11% de pequenas empresas (de 20 até 99 empregados), 2,6% de empresas de médio porte (100 a 499 empregados) e 0,8% de grandes empresas (com 500 ou mais empregados).

Quanto à origem dos estabelecimentos, vale lembrar que muitas empresas foram atraídas para o estado por meio de incentivos fiscais, a maior parte delas oriundas de São Paulo e Paraná, instalando suas indústrias principalmente na região leste do estado. Essa relação completa referente ao ano de 2014 está presente a seguir no Mapa 05.

Mapa 05 – Indústrias oriundas de outros estados presentes em MS em 2014



Extraído de: GOMES, T. 2016.

Para 2015, o relatório da SEMAGRO, por meio da pesquisa anual de empresa apresentou algumas informações sobre número de unidades, receitas e custos do setor industrial, a seguir na Tabela 09.

Tabela 09 – Pesquisa industrial anual – Empresas MS (2015)

| Descrição | Valores | Unidade |
|---|----------------|----------------|
| Número de unidades locais | 1.776 | - |
| Pessoal ocupado em 31.12 | 88.562 | pessoas |
| Salários, retiradas e outras remunerações | 2.351.462 | mil reais |
| Encargos sociais e trabalhistas, indenizações e benefícios | 1.070.147 | mil reais |
| Custos e despesas | 33.387.515 | mil reais |
| Receita líquida de vendas | 31.873.177 | mil reais |
| Receita líquida de vendas industrial | 30.071.015 | mil reais |
| Receita líquida de vendas não industrial | 1.802.161 | mil reais |
| Custos das operações industriais | 20.206.470 | mil reais |
| Custos de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes | 18.064.174 | mil reais |
| Valor bruto da produção industrial | 31.325.202 | mil reais |
| Valor da transformação industrial | 11.118.729 | mil reais |

Fonte: SEMAGRO, 2015.

E finalizando esse tópico, a Tabela 10, mostra a relação de estabelecimentos industriais entre 2013 e 2016 em Mato Grosso do Sul.

Tabela 10 – Indústria por ramo de atividade em MS segundo a CNA (2013-2016)

| Ramos de Atividade | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Total | 6.719 | 7.419 | 7.940 | 8.337 |
| Bebidas | 38 | 42 | 44 | 48 |
| Celulose, papel e produtos de papel | 55 | 59 | 67 | 74 |
| Combustíveis e biocombustíveis - fabricação de álcool | 44 | 44 | 37 | 36 |
| Confecção de artigos vestuário - roupas íntimas | 171 | 169 | 171 | 171 |
| Confecção calçados, artigos viagem, bolsas | 58 | 52 | 57 | 61 |
| Confecção de roupas e artigos vestuário e acessórios | 552 | 632 | 662 | 659 |
| Construção de edifício | 669 | 792 | 855 | 918 |
| Construção de rodovias e ferro | 63 | 96 | 112 | 119 |
| Construção de estações e redes de distr. de energia elétrica | 29 | 38 | 37 | 43 |
| Construção de obras de infraestrutura em geral | 70 | 80 | 110 | 107 |
| Construção - outras obras de engenharia civil | 207 | 212 | 208 | 201 |
| Diversos | 475 | 586 | 694 | 796 |
| Impressão e reprodução de gravações | 373 | 393 | 411 | 428 |
| Máquinas e equipamentos | 102 | 105 | 115 | 112 |
| Máquinas, aparelhos e materiais elétricos | 37 | 39 | 38 | 37 |
| Metalúrgica - artigos de serralheria, exceto esquadrias | 58 | 67 | 63 | 59 |
| Metalúrgica - estruturas metálicas | 71 | 84 | 87 | 90 |

| | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|
| Metalúrgica - esquadrias de metal | 95 | 104 | 108 | 115 |
| Metalúrgica - ferro-gusa | 26 | 19 | 21 | 22 |
| Metalúrgica - outros prod. metal, exceto máquinas e equipam. | 277 | 295 | 321 | 424 |
| Minerais metálicos - extração de minério de ferro | 8 | 8 | 8 | 7 |
| Minerais metálicos - extração e benefic. de outros minerais | 1 | 1 | 1 | - |
| Minerais não-metálicos - prod. concreto, cimento, gesso, sem. | 236 | 249 | 263 | 259 |
| Minerais não-metálicos – cerâmica, barro cozido p/ construção | 118 | 120 | 123 | 128 |
| Minerais não-metálicos - azulejos e pisos | 22 | 18 | 18 | 19 |
| Minerais não-metálicos - extração, britamento e aparel. pedras | 85 | 86 | 89 | 90 |
| Minerais não-metálicos - estrut. pré-moldadas de concreto arm. | 56 | 61 | 62 | 65 |
| Minerais não-metálicos - extração de areia, cascalho/ pedreg. | 45 | 52 | 57 | 63 |
| Minerais não-metálicos - fabricação de produtos cerâmicos | 24 | 32 | 35 | 37 |
| Minerais não-metálicos - fabricação de cimento | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Minerais não-metálicos - extração de outros min. não-metálicos | 14 | 15 | 15 | 15 |
| Outros produtos não-metálicos | 48 | 58 | 61 | 65 |
| Móveis com predominância de madeira | 309 | 362 | 390 | 402 |
| Móveis com predominância de metal | 35 | 41 | 49 | 57 |
| Preparações de couros - curtimento e outras prepar. de couro | 18 | 19 | 19 | 19 |
| Preparação de couros - calçados de couro | 37 | 38 | 39 | 41 |
| Preparação de couros - artigos para viagens e calçados | 54 | 61 | 72 | 71 |
| Produtos alimentícios - abate de bovinos | 34 | 31 | 27 | 23 |
| Produtos alimentícios – açúcar | 5 | 7 | 8 | 8 |
| Produtos alimentícios - abate de suínos, aves e peq. animais | 16 | 16 | 19 | 21 |
| Produtos alimentícios - farinha de milho e derivados, exc. óleos | 14 | 14 | 13 | 19 |
| Produtos alimentícios – laticínios | 270 | 310 | 330 | 429 |
| Prod. alimentícios - moagem e fabric. prod. de origem vegetal | 147 | 156 | 152 | 174 |
| Produtos Alimentícios - Moagem de Trigo e Fabr. de Derivados | 6 | 8 | 9 | 3 |
| Produtos alimentícios - produtos de panificação | 95 | 96 | 98 | 101 |
| Produtos alimentícios - óleos vegetais refinados | 10 | 10 | 10 | 14 |
| Produtos alimentícios - produtos de carne | 18 | 17 | 17 | 20 |
| Produtos alimentícios - sorvetes e outros gelados comestíveis | 125 | 126 | 135 | 133 |
| Produtos alimentícios - torrefação e moagem de café | 446 | 481 | 544 | 483 |
| Produtos alimentícios - outros produtos | 20 | 21 | 24 | 21 |
| Produtos de borracha e material plástico | 151 | 173 | 193 | 140 |
| Produtos farmoquímicos e farmacêuticos | 4 | 6 | 6 | 5 |
| Produção florestal - carvão vegetal - florestas plantadas | 56 | 60 | 56 | 61 |
| Produção florestal - outros produtos de produção florestal | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Produção de madeira - serrarias sem desdobr. de madeira | 133 | 120 | 128 | 125 |
| Produção de madeira - serrarias com desdobr. de madeira | 82 | 79 | 78 | 76 |

| | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|
| Produção de madeira - outros produtos de madeira | 160 | 189 | 182 | 193 |
| Produtos químicos | 125 | 126 | 131 | 127 |
| Produtos têxteis - produtos diversos | 154 | 170 | 183 | 221 |
| Produtos têxteis - preparação e fiação de fibras de algodão | 8 | 8 | 8 | 7 |
| Veículos automotores, reboques e carrocerias | 57 | 63 | 67 | 72 |

Fonte: SEMAGRO, 2017.

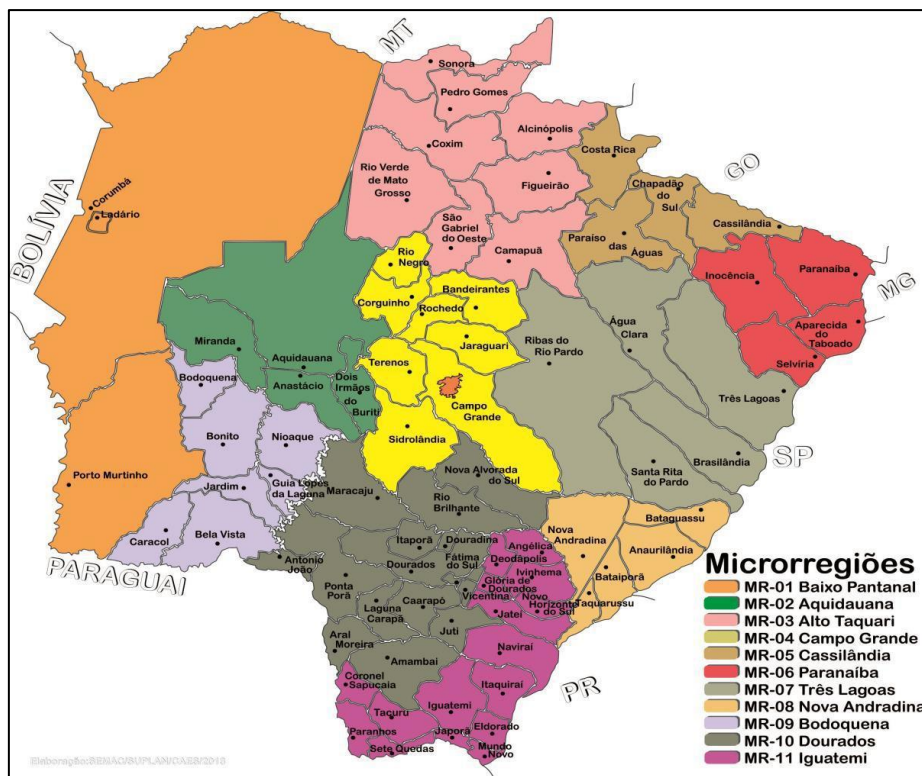
De acordo com a tabela anterior, predominantemente os estabelecimento em destaque são os relacionados a produtos alimentícios, confecção e da construção. A respeito das Microrregiões, o tópico a seguir é dedicado a caracterizar brevemente cada uma das 11 microrregiões de Mato Grosso do Sul.

4,1 CARACTERIZAÇÃO DAS MICRORREGIOES DE MS

As Microrregiões Geográficas foram estabelecidas pela Resolução da Presidência do IBGE nº. 11, de 5 de junho de 1990, publicada no Boletim de Serviço da Instituição nº. 1.774, semanas 026 a 030, ano XXXVIII, de circulação interna. De acordo com o IBGE as Microrregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos que

(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...). A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

O Estado de Mato Grosso do Sul está dividindo em 11 microrregiões geográficas, conforme disposto no Mapa 05 a seguir.

Mapa 06 – Divisão Político-Administrativa e Microrregional

Fonte: SEMAGRO, 2017.

A microrregião do Baixo Pantanal, faz fronteira com Paraguai e Bolívia, é composta por 3 municípios, Ladário, Porto Murtinho e Corumbá, que é o maior municípios de MS. Essa microrregião possui cerca de 138.794 habitantes, com densidade demográfica de 1,7 habitantes por km^2 , com uma área total de aproximadamente 83.048 km^2 é a microrregião com maior área e com menor densidade entre todas as 11 microrregiões. Nessa microrregião o setor secundário está representado especialmente pela extração de ferro, manganês e calcário.

A microrregião de Aquidauana tem quatro municípios, Aquidauana, Anastácio, Miranda e Dois Irmãos do Buriti. Possui 105,446 habitantes em uma área de 27.730 km^2 , com densidade demográfica de 3,8 habitantes por km^2 .

Alto Taquari é a microrregião formada pelos municípios de Coxim, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Sonora, Camapuã, Pedro Gomes, Alcinópolis e Figueirão. Essa microrregião possui 117.215 habitantes com uma área de 41.667 km^2 e com densidade demográfica de 2,8 habitantes por km^2 .

A microrregião de Campo Grande é composta pelos municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Terenos, Bandeirantes, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo e Corguinho. Com uma área total de 28.261 km^2 , população de 874.205 habitantes e densidade demográfica de 30,9 habitantes por km^2 , é entre todas as 11 microrregiões a mais populosa e com maior densidade

demográfica. É também a principal em termos econômicos, sendo o município de Campo Grande o principal polo econômico.

A microrregião de Cassilândia conta com uma área de aproximadamente 12.872 km², com população de 60.275 habitantes e densidade demográfica de 4,7 km². É composta pelos municípios de Cassilândia, Costa Rica e Chapadão do Sul. Essa microrregião está localizada no leste do território estadual, próximo a São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A microrregião de Paranaíba é formada pelos municípios de Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Selvíria. Com população de 76.442 habitantes, com área estimada em 17.187 km², correspondendo a 4,81% do estado, densidade demográfica de 4,4 habitantes por km².

A microrregião de Três Lagoas é composta por Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Possui área de 50.496 km², com população de 156.176 e densidade demográfica de 3,6 habitantes por km².

A microrregião de Nova Andradina é composta por 5 municípios, Nova Andradina, Bataguassu, Batayporã, Anaurilândia e Taquarussu. Com área de 13.456 km², com população de 88.368 habitantes e com densidade demográfica de 6,6 habitantes por km².

A microrregião de Bodoquena é composta pelos Municípios de Jardim, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Bonito, Caracol e Bodoquena. Tem área total de 22.611 km², população de 105.286 habitantes e densidade demográfica de 4,7 aproximadamente habitantes por km². A região possui como característica o agronegócio, o turismo e também a extração de calcário. Conforme dados da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL), para o ano de 2015 o Estado de Mato Grosso do Sul produziu 6,82% do total de calcário produzido no Brasil, valor significativo considerando que o maior produtor, Minas Gerais, produziu 17,92% do total, sendo a maior parte desse calcário localizada na microrregião de Bodoquena. Os dados do Anuário Mineral Brasileiro de 2010 mostram que os municípios de Bodoquena, Belas Vista e Bonito possuem juntos 93% das reservas lavradas de calcário do Estado de Mato Grosso do Sul.

A microrregião de Dourados é formada por 15 municípios, Dourados, Rio Brillhante, Maracaju, Itaporã, Ponta Porã, Amambai, Caarapó, Fátima do Sul, Aral Moreira, Antônio João, Laguna Carapã, Vicentina, Juti e Douradina. Sua área é de 37.362 km², com população de 500.955 habitantes e densidade demográfica de 13,4 habitantes por km². É a segunda maior em participação no PIB estadual, perdendo apenas para Campo Grande, com destaque para os municípios de Dourados e Ponta Porã.

A microrregião de Iguatemi é a microrregião que possui o maior número de municípios, são 16 no total, entre eles Naviraí, Ivinhema, Itaquiraí, Mundo Novo, Iguatemi, Coronel Sapucaia, Paranhos, Deodápolis, Eldorado, Sete Quedas, Tacuru, Glória de Dourados, Angélica, Japorã e Novo Horizonte do Sul. Possui área de 22.456 km², com população de 226.179 habitantes e densidade demográfica de 10,1 habitantes por km².

Tabela 11 – Contribuição das MRGs no PIB de MS 2000 – 2015 (em %)

| MRGs/Ano | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Baixo Pantanal | 4,99 | 5,28 | 6,43 | 6,77 | 6,82 | 7,75 | 8,95 | 8,18 |
| Aquidauana | 2,86 | 2,85 | 2,72 | 2,56 | 2,77 | 2,94 | 2,99 | 2,88 |
| Alto Taquari | 6,46 | 6,52 | 6,32 | 6,31 | 6,08 | 5,67 | 5,31 | 5,41 |
| Campo Grande | 34,7 | 32,39 | 34,87 | 31,93 | 33,59 | 35,19 | 35,36 | 34,95 |
| Cassilândia | 4,56 | 4,39 | 4,09 | 4,65 | 4,43 | 3,57 | 3,11 | 3,60 |
| Paranaíba | 3,64 | 3,61 | 2,98 | 2,7 | 3,07 | 3,16 | 3,23 | 3,08 |
| Três Lagoas | 8,21 | 8,92 | 7,10 | 7,20 | 7,99 | 8,14 | 8,17 | 7,54 |
| Nova Andradina | 3,85 | 4,13 | 3,44 | 3,64 | 4,27 | 4,18 | 4,34 | 3,91 |
| Bodoquena | 3,54 | 3,63 | 3,15 | 3,03 | 3,12 | 3,14 | 3,19 | 3,05 |
| Dourados | 19,5 | 20,87 | 22,29 | 24,27 | 20,57 | 19,63 | 18,81 | 20,79 |
| Iguatemi | 7,67 | 7,40 | 6,61 | 6,86 | 7,29 | 6,63 | 6,53 | 6,60 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

| MRGs/Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Baixo Pantanal | 9,51 | 8,42 | 4,72 | 4,56 | 4,62 | 4,56 | 4,69 | 3,98 |
| Aquidauana | 2,70 | 2,69 | 2,34 | 2,18 | 2,09 | 2,15 | 2,10 | 2,34 |
| Alto Taquari | 5,29 | 5,44 | 4,74 | 4,46 | 4,77 | 4,71 | 4,52 | 4,76 |
| Campo Grande | 34,82 | 35,18 | 34,92 | 34,75 | 33,97 | 32,78 | 33,18 | 32,20 |
| Cassilândia | 3,41 | 3,59 | 3,46 | 3,77 | 3,94 | 4,17 | 4,26 | 4,47 |
| Paranaíba | 3,11 | 3,04 | 5,77 | 5,01 | 4,74 | 5,08 | 4,81 | 4,48 |
| Três Lagoas | 7,62 | 8,52 | 10,79 | 10,89 | 10,89 | 11,78 | 11,90 | 12,55 |
| Nova Andradina | 3,58 | 3,55 | 3,65 | 3,77 | 3,58 | 3,59 | 3,69 | 3,32 |
| Bodoquena | 3,10 | 3,08 | 2,56 | 2,60 | 2,61 | 2,55 | 2,62 | 2,60 |
| Dourados | 20,24 | 19,78 | 20,42 | 21,50 | 22,42 | 21,74 | 21,64 | 22,47 |
| Iguatemi | 6,52 | 6,72 | 6,51 | 6,51 | 6,38 | 6,89 | 6,60 | 6,82 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SEMAGRO e Vieira 2012.

As duas principais microrregiões são Campo Grande e Dourados, juntas somaram 54,7% do PIB estadual em 2015, a primeira se destaca pela sua força no setor de comércio e serviços e atividade industrial, a segunda pelo seu impacto agropecuário, tendo destaque na produção de grãos e cana-de-açúcar e também tem importância na agroindústria. Outras microrregiões de destaque são Três Lagoas e Iguatemi, que somam juntas 19,4% no PIB em 2015. Três Lagoas tem destaque pela atividade industrial e tem como polo o município de Três Lagoas, e Iguatemi tem forte presença da pecuária, lavouras e agroindústria. As outras 7

microrregiões somam 25,9% do PIB estadual, destacando os polos industriais de Nova Andradina e Paranaíba, e o turismo na Microrregião de Bodoquena.

5. METODOLOGIA

A teoria mostra que o desenvolvimento ocorre de forma desigual, por isso é preciso concentrar o investimento nas atividades capazes de polarizar, gerar encadeamentos e provocar um efeito de causação circular cumulativo positivo na economia local.

Quanto à natureza do trabalho o método utilizado é descritivo e caracterizado como pesquisa quantitativa. Considerando o embasamento teórico, buscou-se alinhar a metodologia escolhida ao objeto e contexto do trabalho. Para isso, optou-se pela utilização do método diferencial-estrutural. Buscando verificar quais as regiões e setores são capazes de dinamizar a economia estadual, e, a partir desse ponto colaborar para o progresso econômico do estado.

O método diferencial-estrutural (*shift-share*) analisará o desempenho das microrregiões do estado, verificando em quais setores e regiões existem vantagens locacionais capazes de garantir o dinamismo e bom desempenho dessas regiões na economia estadual. A análise será baseada na variável PIB, extraída do IBGE e da SEMAGRO, no período de 2000 a 2015, os dados estão desagregados nos três grandes setores (primário secundário e terciário), para cada uma das 11 microrregiões do estado de Mato Grosso do Sul.

Além do método diferencial-estrutural a análise é composta por medidas de análise regional, o Quociente Locacional e Coeficiente de Especialização, essas medidas visam colaborar na identificação da estrutura produtiva e no padrão de concentração e dispersão do PIB setorial nas microrregiões de MS.

5.1 MÉTODO DE ANÁLISE ESTRUTURAL-DIFERENCIAL

À medida que algumas regiões crescem mais que outras, a tendência é que o crescimento econômico se concentre no espaço agravando as desigualdades regionais. As regiões que crescem abaixo da média podem apresentar setores com maior dinamismo, identificar esses setores torna-se fundamental para impulsionar o crescimento dessas regiões. Nesse contexto, as medidas regionais se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região. Para Souza (2009) o crescimento regional se origina em dois fatores, os fatores regionais, que surgem a partir das peculiaridades internas e constituem-se como vantagens locacionais para determinados setores, e existem também os fatores nacionais, que caracterizam por atividades locais que ao nível nacional estão crescendo rapidamente.

Para conhecer os padrões regionais de crescimento econômico, utilizam-se, medidas de análise regional, que visam compreender o padrão de comportamento de uma economia, entre elas o método de análise diferencial-estrutural. Segundo Sobral, Peci e Souza (2006), o método de análise diferencial-estrutural, ou *shift-share*, foi desenvolvido por Creamer (1943) e consiste basicamente na decomposição do crescimento de uma variável numa determinada área em componentes diferentes desse crescimento. Embora tenha sido utilizada na análise regional desde a década de 1940, a Dunn (1960) é atribuída sua versão atual (SILVA E MONTE, 2011).

Conforme Haddad e Andrade (1989), o método de análise estrutural-diferencial busca descrever o crescimento econômico de uma região a partir de sua estrutura produtiva, identificando os componentes desse crescimento. Vale ressaltar que o objeto de análise deste trabalho é o PIB, embora o método originalmente tenha sido idealizado para analisar o emprego, também pode ser utilizado na análise do PIB. Por isso em alguns momentos na descrição do método optou-se em manter a palavra emprego em vez de ousar a palavra PIB, apenas para manter a originalidade na descrição do método, mas fica aqui esclarecido que a variável analisada foi o PIB.

Para Simões (2005, p. 10), o método Diferencial-Estrutural (*shift-share*) consiste,

[...] basicamente, na descrição do crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva. O método é composto por um conjunto de identidades – com quaisquer hipóteses de causalidade – que procuram identificar e desagregar componentes de tal crescimento, numa análise descritiva da estrutura produtiva.

O modelo *shift-share* é basicamente um método descritivo e prático para avaliar os impactos de mudanças estruturais em economias locais ou regionais, separando os componentes do crescimento de uma determinada região, refletindo o crescimento nacional, as atividades de dentro da região e sua posição competitiva (SILVA e MONTE, 2011).

O método diferencial-estrutural divide o crescimento em regional e três componentes, componente nacional, componente estrutural e efeito diferencial ou competitivo.

Adotando a metodologia presente em Vieira, Missio e Dathein (2013, p. 11), e considerando que a economia de referência é o estado de Mato Grosso do Sul, os três componentes do *shift-share* podem ser descritos como:

a) componente nacional: refere-se à variação do PIB de uma região provocada pelo crescimento dessa mesma variável na economia de referência (no caso a estadual);

b) componente estrutural (ou proporcional): representa a parcela do crescimento do PIB obtida por uma região devido à sua estrutura produtiva. O resultado será positivo para

regiões que apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, que demonstrem taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores na economia de referência. Já regiões compostas principalmente de setores estagnados, com baixas taxas de crescimento, apresentarão um resultado negativo. Se o efeito estrutural apresentar sinal positivo significa que há especialização em setores dinâmicos no âmbito estadual. Caso negativo, parte da produção foi realizada por setores com baixa taxa de crescimento;

c) efeito diferencial ou competitivo: indica a parte do crescimento do PIB regional gerada por vantagens locacionais que fazem com que determinados setores possam crescer mais rapidamente em determinada região do que no âmbito estadual. O sinal apresentado pode ser positivo (negativo) para um dado setor, indicando que a região apresenta vantagens (desvantagens) em relação à economia de referência na produção desse setor. Se for positivo indica que na região o setor cresce a taxas superiores ao do estado, em função de possíveis vantagens locacionais como mão de obra qualificada, incentivos fiscais, fonte de matéria-prima etc.

O efeito total é obtido pela soma dos efeitos estrutural e diferencial, medindo a diferença entre o crescimento real ou efetivo apresentado pela região e o crescimento teórico (ou aquele que a região deveria apresentar, caso evoluísse à mesma taxa da economia de referência).

A partir dos dados da matriz de informação para o ano base e o ano final, é possível aplicar o método, que, na sua formulação original, é descrito como segue:

a) a variação real é igual ao nível do PIB do fim do período (E_{ij}^t) menos o nível do PIB no início do período (E_{ij}^0):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^t - E_{ij}^0 \quad (1)$$

b) o volume do PIB do ano final do setor i na região j pode ser expresso em termos do emprego do ano inicial, multiplicado por sua taxa de crescimento no período (e_{ij}):

$$E_{ij}^t = E_{ij}^0 \cdot E_{ij}^0 \div E_{ij}^0 \cdot E_{ij}^0 e_{ij} \quad (2)$$

c) substituindo a equação 2 na 1 obtém-se a variação real do PIB do setor i na região em função da quantidade inicial desse PIB e de sua taxa de crescimento ($e_{ij} - 1$):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 e_{ij} - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e_{ij} - 1) \quad (3)$$

d) a taxa do crescimento do PIB total estadual entre o ano base e o ano final é $e = E^t \div E^0$ e a do crescimento do PIB do setor i do estado no mesmo período é $e_i = E_i^t \div E_i^0$. Logo, somando e subtraindo essas taxas na equação 3, obtém-se:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (4)$$

e) da substituição da equação 4 na 1, tem-se, finalmente, que:

$$EE_{ij}^t = E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (5)$$

f) Na equação 5, a variação real do PIB do setor i na região j ($E_{ij}^t - E_{ij}^0$) é igual à variação teórica $E_{ij}^0(e - 1)$ mais a variação estrutural $E_{ij}^0(e_i - e)$ e a diferencial $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$.

Caso a variação real seja superior à teórica, $(E_{ij}^t - E_{ij}^0) > E_{ij}^0 (e-1)$, a região j cresce acima da média estadual e apresenta elementos dinâmicos internos e/ou externos atuando positivamente na região. Porém, se a variação real for inferior à teórica, a região j apresentará maior número de setores estagnados, uma vez que seu crescimento é inferior ao estadual. Logo, essa região estará perdendo participação na economia estadual.

O maior dinamismo sugere que a região oferece vantagens locacionais específicas para a atividade i , como incentivos fiscais, economias de transporte pelo fácil acesso a fontes de matérias-primas e aos mercados, economias de aglomeração e vantagens comparativas na produção (HADDAD, 1989).

A variação líquida total (T_{ij}) poderá ser positiva ou negativa. Essa variação é encontrada pela diferença entre a variação real e a variação teórica setorial do PIB, que é a soma dos efeitos estrutural e diferencial:

$$T_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0) - E_{ij}^0 (e - 1) = E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (6)$$

A equação pode ser assim explicada da seguinte forma:

$$\text{Variação real} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0)$$

$$\text{Variação teórica setorial} = E_{ij}^0 (e - 1)$$

$$\text{Efeito estrutural} = E_{ij}^0 (e_i - e)$$

$$\text{Efeito diferencial} = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$$

Assim, neste trabalho E_{ij} representa o PIB no setor i (primário, secundário ou terciário) na região j (Estado de Mato Grosso do Sul), t representa o período final (2015) e 0 representa o período inicial (2000).

Em síntese, a aplicação do método estrutural-diferencial consiste em desagregar os componentes responsáveis pelo crescimento de uma região e setores de forma a verificar quais desses setores crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação com os outros. Assim, podem-se definir quais regiões ou setores são mais dinâmicos na geração de crescimento. Sobre as limitações do método, Haddad (1989), evidencia que o *shift-share* é uma forma analítica de gerar informações e incapaz de explicar as tendências e regularidades

evidenciadas em seus resultados, ou seja, não foi idealizado para produzir contribuições teóricas. Outra limitação considerável é o fato do método não considerar as mudanças ocorridas na estrutura do PIB durante o período em análise. Diversos estudos foram elaborados com a intenção de superar essas limitações, o próximo item descreve uma dessas contribuições.

5.1.1 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL AMPLIADO

O método diferencial-estrutural simples devido o fato de não considerar as possíveis mudanças ocorrida na estrutura das variáveis durante o período de análise, por isso recebeu as contribuições de Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1977). De acordo com Vieira 2012, além dos já existentes efeitos de estrutural e diferencial as contribuições de Esteban-Marquillas (1972) acrescentou o efeito alocação na análise para avaliar os componentes do crescimento regional, para isso estabeleceu o emprego homotético, que representa o volume de pessoal ocupado que o setor i da região j teria se a estrutura da economia fosse igual a da economia de referencial.

A partir disso o método *shift-share* pode ser representado por:

$$\Delta E = EN_{ij} + ES_{ij} + EC_{ij}^* + EA_{ij} \quad (7)$$

Em que,

$$EN_{ij} = E_{ij}r_{ij} \text{ (efeito nacional)} \quad (8)$$

$$ES_{ij} = E_{ij}(r_{ij} - r_n) \text{ (efeito setorial ou estrutural)} \quad (9)$$

$$EC_{ij}^* = E_{ij}^*(r_{ij} - r_{in}) \text{ (efeito competitivo ou regional)} \quad (10)$$

$$EA = (E_{ij} - E_{ij}^*)(r_{ij} - r_{in}) \text{ (efeito alocação)} \quad (11)$$

Utilizando o emprego homotético para obter o efeito competitivo (EC_{ij}^*), esse perderá a influência do efeito estrutural conforme equação 4, Ainda na análise do efeito competitivo, o método inclui o efeito alocação para observar o resíduo entre EC_{ij} e EC_{ij}^* , conforme equação 11.

O efeito de alocação foi reformulado por Herzog e Olsen (1977), inserindo uma mudança no peso na composição do emprego final. Depois da alteração o efeito alocação tem como componentes explicativos a composição do emprego no ano inicial e final e suas taxas de crescimento respectivas, resultando na seguinte equação:

$$EA = (E_{ij}^t - E_{ij}^t)(E_{ij}^o - E_{ij}^o)(r_{ij} - r_{in}) \quad (12)$$

Assim, o efeito de alocação indica se uma determinada região é especializada ($E_{ij}^0 > E_{ij}^0 *$), apresenta também quais setores apresentam as melhores vantagens competitivas ($r_{ij} > r_n$). Para melhor explicar os resultados Herzog e Olsen (1977) resumem as possíveis definições na análise do efeito alocação, representado na Tabela 12.

As regiões mais dinâmicas apresentam vantagens competitivas e locacionais, isso significa que uma determinada região possui taxas de crescimento acima de determinada região de referencia. Assim, um efeito alocação positiva pode indicar duas situação, primeiro que a região é mais especializada da produção do setor i (+) e que esse setor cresce mais nessa região que na região de referencia (+), ou que esse setor que mais nessa região que na região de referencia (+), embora a região não seja especializada nesse setor (-).

Tabela 12 – Sinais de possíveis efeitos alocação

| Definição | Efeito alocação A_{ij} | Especialização $(E_{ij}^o - E_{ij}^o *)$ | Vantagem competitiva $(r_{ij} > r_n)$ |
|---|------------------------------------|--|---|
| Desvantagem competitiva especializada | - | + | - |
| Desvantagem competitiva não especializada | - | - | - |
| Vantagem competitiva não especializada | - | - | + |
| Vantagem competitiva especializada | + | + | + |

Fonte: Herzong e Olsen (1977) e Souza e Souza (2009) apud Vieira, Missio e Dathein (2013).

Outro acréscimo no método feito por Herzog e Olsen (1977), foi introduzir o componente t no efeito alocação, assim o efeito competitivo fica:

$$EC_{ij}^{**} = (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^0 * - E_{ij}^0 *)(r_{ij} - r_{in}) \quad (13)$$

Com isso tem-se a variação líquida total (VLT) do emprego no setor i da região j igual à soma do efeito estrutural ponderado pelo ano base, o efeito competitivo modificado (equação 13) e o efeito alocação. Representado por:

$$VLT = E_{ij} (r_{in} - r_n) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^t * - E_{ij}^0 *)(r_{ij} - r_{in}) + (E_{ij}^t - E_{ij}^t *)(E_{ij}^0 - E_{ij}^0 *)(r_{ij} - r_{in}) \quad (14)$$

5.2 MEDIDAS DE LOCALIZAÇÃO E DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL

As medidas de localização são utilizadas para conhecer os padrões regionais de crescimento econômico, e de acordo com Haddad (1989) as medidas de localização se

preocupam entre dois ou mais períodos. Entre as medidas mais utilizadas na análise regional estão o quociente locacional, coeficiente de localização, coeficiente de associação geográfica e coeficiente de redistribuição. As medidas de localização são

Um conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratória são comumente utilizadas em diagnóstico do processo de mudança estrutural dos setores produtivos, definindo os padrões regionais da distribuição espacial da atividade econômica. Tais medidas podem ser divididas entre medidas de localização, de natureza setorial, que procuram verificar padrões de concentração ou de dispersão espacial, e medidas de especialização, que concentram a análise na estrutura produtiva de cada região com o objetivo de analisar o grau de especialização regional, assim como sua mudança entre determinados períodos de tempo (VIEIRA, 2012, p. 60).

De acordo com Haddad (1989) a primeira etapa na realização de medidas de localização e especialização é a elaboração de uma matriz contendo as informações, que relacionam a distribuição setorial-espacial de uma variável, neste trabalho a variável é o PIB de cada microrregião, extraídos do banco de dados do IBGE e SEMADE. As informações devem estar dispostas na matriz de forma que cada linha represente a distribuição total da variável de um determinado setor entre as diferentes regiões de um estado ou país. E as colunas devem representar como uma variável total de uma região é distribuída nos diferentes setores. As variáveis podem ser representadas por:

E_{ij} = PIB no setor i (primário, secundário e terciário) da região j (uma das 11 microrregiões);

$\sum_i E_{ij}$ = PIB em todos os setores da região j ;

$\sum_j E_{ij} \sum_j E_{ij}$ = PIB no setor i de todas as regiões;

$\sum_i \sum_j E_{ij}$ = PIB em todos os setores de todas as regiões;

A matriz de informações pode ser apresentada da seguinte forma:

Tabela 13 – Matriz de informações

| | | | | |
|------------------|-----------------|-----------------|---|------------------------|
| | ← Regiões j → | | | |
| | | ↑ | | |
| ↑ Setores i | ← | E_{ij} | → | $\sum_i E_{ij}$ |
| | | ↓ | | |
| ↓ | | $\sum_i E_{ij}$ | | $\sum_i \sum_j E_{ij}$ |

Fonte: Haddad (1989)

O Quociente Locacional QL_{ij} para Haddad (1989) é usado para comparar a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia total. Se o valor encontrado for maior que 1 significa que a região é mais importante, no contexto nacional, em termos de setor, do que em termos gerais de todos os setores. O Quociente Locacional é representado formalmente por:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_i}}{\frac{E_j}{E}} = \text{quociente de locacional do setor } i \text{ da região } j. \quad (15)$$

Se o valor encontrado para QL_{ij} for menor que 1 significa que a microrregião j está menos especializada no setor i que no conjunto de todas as regiões em análise.

O Coeficiente de Redistribuição $CRed_j$, explica Haddad (1989), por sua vez trata de relacionar a distribuição de uma variável, em dois períodos de tempo, nesse caso a variável é o PIB das microrregiões e o período é o de 2000-2015, verificando se existe algum padrão de concentração ou dispersão ao longo do tempo. Os valores obtidos podem variar entre 0 e 1, sendo que próximo de zero significa que não houve mudança no padrão espacial de localização do setor e 1 quando ocorrer a situação oposta. O Coeficiente de Redistribuição pode ser representado da seguinte forma:

$$CRed_j = \frac{\sum_i (|j_{ei}^{t1} - j_{ei}^{t0}|)}{2} \quad (16)$$

As medidas de especialização regional focam na estrutura produtiva, para Haddad (1989), elas investigam o grau de especialização ou diversificação num determinado período.

Para investigar o grau de especialização ou diversificação de uma economia regional num determinado período é utilizado o Coeficiente de Especialização CE_j , representado por:

$$CE_j = \frac{\sum_i (|i_{ej} - i_e|)}{2} \quad (17)$$

Onde,

CE_j = Coeficiente de Especialização;

CE_j = Somatória dos setores na microrregião j ;

i_{ej} = Distribuição percentual do PIB na microrregião j ;

i_e = Distribuição percentual do PIB no MS.

De acordo com Haddad (1989), o Coeficiente de Especialização permite comparar a estrutura produtiva da região j com a estrutura produtiva nacional, nesse caso a região j representa uma das microrregiões e a estrutura produtiva nacional é o Estado de Mato Grosso

do Sul. Os valores obtidos com o Coeficiente de Especialização quando próximos de 0 indicam que a região (microrregião) possui composição setorial idêntica a da nação (MS), caso o valor obtido seja 1, a região j (microrregião) possui especialização ligada a um determinado setor ou possui uma composição setorial diferente da nacional (MS).

Coeficiente de Reestruturação CR_j permite relacionar se houve mudança na estrutura em dois períodos diferentes, tornando possível verificar o grau de especialização. Pode ser representado da seguinte forma:

$$CR_j = \frac{\sum_i (|i e_j^{t1} - i e_j^{t0}|)}{2} \quad (18)$$

Se o coeficiente obtido for igual a 0 não houve mudança na composição setorial, se for próximo de 1 significa que houve uma reestruturação setorial.

Para Vieira (2012), uma forma de minimizar as limitações metodológicas das medidas de localização e especialização é a utilização do método diferencial-estrutural, dessa forma os métodos juntos podem se completar permitindo uma melhor interpretação dos dados.

Na próxima seção serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos métodos descritos na metodologia.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados obtidos após a aplicação dos métodos, bem como discutir os resultados.

O primeiro indicador a ser analisado é o Quociente Locacional, seus resultados tornam possível verificar a importância de cada setor na composição do PIB. A Tabela 14 mostra os valores obtidos para o Quociente Locacional no ano 2000.

Tabela 14 – Quociente Locacional do PIB setorial por microrregião de MS em 2000

| MRGs/Setor | Quociente Locacional | | |
|----------------|----------------------|--------------|--------------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 1,217 | 0,555 | 1,100 |
| Aquidauana | 1,411 | 0,565 | 0,984 |
| Alto Taquari | 1,776 | 0,602 | 0,755 |
| Campo Grande | 0,299 | 1,320 | 1,242 |
| Cassilândia | 1,711 | 0,835 | 0,667 |
| Paranaíba | 1,353 | 0,966 | 0,814 |
| Três Lagoas | 1,397 | 1,039 | 0,752 |
| Nova Andradina | 1,096 | 1,245 | 0,822 |
| Bodoquena | 1,420 | 0,698 | 0,911 |
| Dourados | 1,104 | 0,922 | 0,980 |
| Iguatemi | 1,469 | 0,761 | 0,851 |

Elaborado pelo autor.

Os valores acima de 1 demonstram que a microrregião em questão é mais especializada em determinado setor que os demais setores do Estado. Os resultados para o ano de 2000 demonstram que o setor primário é o setor que mais é especializado, foram obtidos valores acima de 1 em quase todas as microrregiões, a única exceção é a Microrregião de Campo Grande. O setor terciário apresenta especialização em duas microrregiões, Campo Grande e Baixo Pantanal, embora em outras microrregiões os valores foram próximos de 1.

No que se referem ao setor industrial, apenas três microrregiões apresentaram grau de especialização, foram às microrregiões de Campo Grande, Três Lagoas e Nova Andradina.

Quando comparado à mesma análise, porém no período de 2015, basicamente os resultados são similares, conforme Tabela 15. O setor primário continua como o setor de maior especialização nas microrregiões, porém agora são 8 microrregiões especializadas no setor, antes eram 10. O setor terciário que antes possuía 2 microrregiões especializadas, em 2015 passa a ter 4, Baixo Pantanal, Campo Grande e a adição de Bodoquena e Aquidauana.

O setor secundário foco deste trabalho, manteve 3 microrregiões especializada, porém Campo Grande deixa de demonstrar especialização e é substituída por Paranaíba que se junta a Três Lagoas e Nova Andradina.

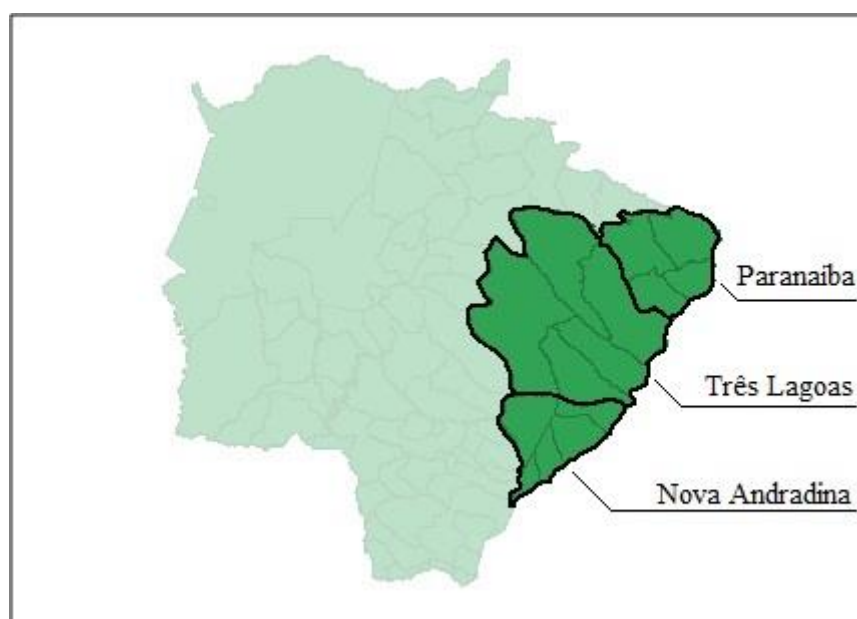
Tabela 15 – Quociente Locacional do PIB setorial por microrregião de MS em 2015

| MRGs/Setor | Quociente Locacional | | |
|----------------|----------------------|--------------|--------------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 0,836 | 0,779 | 1,132 |
| Aquidauana | 1,560 | 0,398 | 1,050 |
| Alto Taquari | 1,784 | 0,500 | 0,943 |
| Campo Grande | 0,272 | 0,771 | 1,309 |
| Cassilândia | 1,969 | 0,740 | 0,798 |
| Paranaíba | 0,859 | 2,386 | 0,531 |
| Três Lagoas | 1,090 | 2,171 | 0,539 |
| Nova Andradina | 1,127 | 1,059 | 0,939 |
| Bodoquena | 1,454 | 0,457 | 1,061 |
| Dourados | 1,337 | 0,741 | 0,992 |
| Iguatemi | 1,596 | 0,779 | 0,898 |

Elaborado pelo autor.

Todas as três microrregiões com especialização no setor secundário (Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina) se localizam no leste do estado, na divisa com São Paulo, conforme abaixo no Mapa 06.

Mapa 07 – MRGs com especialização no setor secundário



Elaborado pelo autor.

O Coeficiente de Redistribuição, ao contrário do Quociente Locacional, permite realizar uma verificação ao longo do tempo, entre dois períodos, tornando possível averiguar o grau de especialização. Se o coeficiente obtido for igual a 0 não houve mudança na composição setorial, se for próximo de 1 significa que houve uma reestruturação setorial. Quanto aos resultados se os valores obtidos forem próximos de zero significa que não houve mudança no padrão de localização espacial do setor, a Tabela 11 a seguir mostra os resultados para o período de 2000 até 2015.

Tabela 16 – Coeficiente de Redistribuição do PIB setorial por MRG 2000-2015

| MRGs/Setor | Coeficiente de Redistribuição | | |
|----------------|-------------------------------|--------------|-----------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 0,026 | 0,004 | 0,009 |
| Aquidauana | 0,006 | 0,008 | 0,005 |
| Alto Taquari | 0,041 | 0,019 | 0,009 |
| Campo Grande | 0,015 | 0,197 | 0,004 |
| Cassilândia | 0,005 | 0,007 | 0,003 |
| Paranaíba | 0,011 | 0,076 | 0,006 |
| Três Lagoas | 0,038 | 0,204 | 0,014 |
| Nova Andradina | 0,006 | 0,015 | 0,002 |
| Bodoquena | 0,016 | 0,015 | 0,007 |
| Dourados | 0,076 | 0,021 | 0,024 |
| Iguatemi | 0,003 | 0,002 | 0,000 |

Elaborado pelo autor.

No geral não ocorreram mudanças significativas quando ao padrão de dispersão ou concentração espacial nas microrregiões, o único destaque possível é para as microrregiões de Campo Grande e Três Lagoas, no setor secundário, que apresentaram os maiores valores, indicando maiores mudanças estruturais.

A seguir, a Tabela 17, mostram os valores obtidos para o Coeficiente de Especialização que permite comparar a estrutura produtiva das microrregiões com a estrutura produtiva de Estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 17 – Coeficiente de Especialização do PIB setorial das MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Coeficiente de Especialização | | | | | |
|----------------|-------------------------------|------------|-----------|----------|--------------|-----------|
| | 2000 | | | 2015 | | |
| | Primário | Secundário | Terciário | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 0,060 | 0,108 | 0,048 | 0,030 | 0,049 | 0,079 |
| Aquidauana | 0,114 | 0,106 | 0,008 | 0,103 | 0,133 | 0,030 |
| Alto Taquari | 0,215 | 0,097 | 0,118 | 0,144 | 0,110 | 0,034 |
| Campo Grande | 0,194 | 0,078 | 0,116 | 0,134 | 0,051 | 0,184 |
| Cassilândia | 0,196 | 0,040 | 0,160 | 0,178 | 0,057 | 0,121 |
| Paranaíba | 0,098 | 0,008 | 0,089 | 0,026 | 0,305 | 0,280 |
| Três Lagoas | 0,110 | 0,009 | 0,119 | 0,016 | 0,258 | 0,275 |

| | | | | | | |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Nova Andradina | 0,026 | 0,059 | 0,086 | 0,023 | 0,013 | 0,036 |
| Bodoquena | 0,116 | 0,073 | 0,043 | 0,083 | 0,120 | 0,036 |
| Dourados | 0,029 | 0,019 | 0,010 | 0,062 | 0,057 | 0,005 |
| Iguatemi | 0,130 | 0,058 | 0,072 | 0,109 | 0,049 | 0,061 |

Elaborado pelo autor.

Os valores obtidos com o Coeficiente de Especialização quando próximos de 0 indicam que a microrregião possui composição setorial idêntica a de MS, caso o valor obtido seja 1, a microrregião possui especialização ligada a um determinado setor ou possui uma composição setorial diferente de MS.

Os resultados demonstram que os valores de maior significância representam o setor secundário das Microrregiões de Paranaíba e Três Lagoas, indicando que em 2015 essas microrregiões apresentavam composição setorial diferente da estadual, com maior destaque no setor industrial.

No geral os valores indicam que no período de 2000 a 2015 as economias regionais têm apresentado características similares a da economia estadual, com raras exceções.

Tabela 18 – Coeficiente de Reestruturação do PIB setorial das MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Coeficiente de Reestruturação | | |
|----------------|-------------------------------|--------------|-----------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| Baixo Pantanal | 0,183 | 0,037 | 0,146 |
| Aquidauana | 0,104 | 0,049 | 0,153 |
| Alto Taquari | 0,163 | 0,036 | 0,199 |
| Campo Grande | 0,033 | 0,150 | 0,083 |
| Cassilândia | 0,111 | 0,040 | 0,155 |
| Paranaíba | 0,216 | 0,291 | 0,075 |
| Três Lagoas | 0,186 | 0,226 | 0,040 |
| Nova Andradina | 0,096 | 0,069 | 0,165 |
| Bodoquena | 0,126 | 0,069 | 0,194 |
| Dourados | 0,060 | 0,061 | 0,121 |
| Iguatemi | 0,113 | 0,013 | 0,126 |

Elaborado pelo autor.

O Coeficiente de Reestruturação permite relacionar se houve mudança na estrutura em dois períodos diferentes, tornando possível verificar o grau de especialização, valores próximos a 0 indicam que não ocorreu mudança na composição setorial, valores próximos a 1 indicam que houve uma reestruturação setorial.

Os principais valores de maior significância foram os valores para o setor secundário das microrregiões de Paranaíba e Três Lagoas, indicando que houve mudanças na estrutura setorial. O que pode influenciar esses resultados é o fato de indústrias do sudeste e sul tenham

se estabelecido na região leste do estado devido sua posição próxima ao grande centro consumidor e graças aos incentivos fiscais do estado.

Tabela 19 – Matriz da taxa de crescimento do PIB setorial de MS das MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Primário | Secundário | Terciário | Total |
|----------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| Baixo Pantanal | 2,60 | 7,25 | 7,26 | 5,69 |
| Aquidauana | 3,95 | 3,45 | 7,13 | 5,39 |
| Alto Taquari | 3,10 | 3,50 | 7,19 | 4,64 |
| Campo Grande | 3,93 | 3,46 | 8,52 | 6,52 |
| Cassilândia | 4,90 | 5,15 | 9,50 | 6,41 |
| Paranaíba | 3,62 | 19,23 | 6,93 | 8,57 |
| Três Lagoas | 6,30 | 23,10 | 10,82 | 12,17 |
| Nova Andradina | 3,93 | 4,45 | 8,16 | 5,76 |
| Bodoquena | 3,27 | 2,86 | 6,94 | 4,80 |
| Dourados | 6,16 | 5,59 | 9,63 | 7,67 |
| Iguatemi | 4,72 | 6,10 | 8,57 | 6,55 |
| Total | 4,61 | 6,30 | 8,60 | 6,94 |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 19 mostra o crescimento setorial do PIB das microrregiões. Para o setor primário as microrregiões que apresentaram maior expansão do PIB foram as microrregiões de Dourados, Três Lagoas, Iguatemi e Cassilândia, todas acima da média do crescimento estadual. Com destaque especial para Três Lagoas e Dourados com valores referentes à taxa de crescimento bem acima das demais. Para o setor terciário as únicas microrregiões acima da média estadual foram Dourados, Três Lagoas e Cassilândia. Referente ao setor secundário as três microrregiões que apresentaram crescimento acima da média estadual foram Baixo Pantanal, Cassilândia e Três Lagoas, as últimas com valores muito acima da média, demonstrando o quanto tem crescido a participação do setor secundário nessas regiões.

Tabela 20 – Decomposição setorial da variação diferencial do PIB por setor nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Primário | Secundário | Terciário | Total |
|----------------|-----------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Baixo Pantanal | -361537,34 | 68303,99 | -379182,55 | -666882,86 |
| Aquidauana | -84973,62 | -130442,06 | -232004,84 | -517319,79 |
| Alto Taquari | -562784,80 | -310306,93 | -388617,70 | -1742675,04 |
| Campo Grande | -197892,26 | -3230454,43 | -181035,36 | -1491789,17 |
| Cassilândia | 71003,98 | -120604,12 | 149130,08 | -276272,77 |
| Paranaíba | -152273,79 | 1244497,54 | -269212,05 | 671246,02 |
| Três Lagoas | 515765,23 | 3336074,36 | 631899,01 | 4121877,70 |
| Nova Andradina | -86648,58 | -237726,66 | -74187,13 | -500871,23 |

| | | | | |
|-----------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|
| Bodoquena | -216786,25 | -240064,59 | -300011,32 | -877910,67 |
| Dourados | 1038591,26 | -349041,02 | 1053968,19 | 1589928,22 |
| Iguatemi | 37536,18 | -30236,07 | -10746,33 | -309330,42 |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 20 apresenta o efeito diferencial, se o valor obtido apresentar sinal positivo significa que o setor de determinada microrregião possui vantagens em relação à economia estadual. Se o sinal for negativo indica que o setor de determinada microrregião apresentada desvantagens quando comparada a economia estadual.

Todos os setores apresentaram valores negativos, isso indica que as microrregiões não apresentam vantagens. As únicas exceções, onde os valores foram positivos foram em Cassilândia, Dourados e Iguatemi no setor primário. No setor secundário as microrregiões do Baixo Pantanal, Paranaíba e Três Lagoas apresentaram valores positivos indicando vantagens. E no setor terciário Dourados Paranaíba e Três Lagoas apresentaram vantagens quando comparados à economia estadual.

Tabela 21 – Decomposição setorial da variação estrutural do PIB por setor nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Primário | Secundário | Terciário |
|----------------|-------------|------------|------------|
| Baixo Pantanal | -418850,20 | -45830,55 | 470206,87 |
| Aquidauana | -303279,27 | -29121,96 | 262501,97 |
| Alto Taquari | -869211,26 | -70671,31 | 458910,03 |
| Campo Grande | -684482,42 | -723785,01 | 3525860,32 |
| Cassilândia | -571858,35 | -66961,20 | 276894,90 |
| Paranaíba | -358173,83 | -61360,01 | 267768,16 |
| Três Lagoas | -709563,35 | -126581,19 | 474290,58 |
| Nova Andradina | -299772,88 | -81732,83 | 279189,91 |
| Bodoquena | -376472,79 | -44414,32 | 299831,66 |
| Dourados | -1556523,96 | -311965,28 | 1714899,04 |
| Iguatemi | -755626,66 | -93823,05 | 543565,52 |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 21 apresenta o efeito estrutural, que apresenta a parcela do PIB obtido pela microrregião devido sua estrutura produtiva. Os resultados serão positivos para as microrregiões que apresentarem em sua estrutura produtiva setores dinâmicos, que demonstram taxas de crescimento superiores a do conjunto dos setores da economia estadual.

Em todas as microrregiões os valores foram positivos apenas no setor terciário, para o setor primário e secundário os valores obtidos foram negativos em todas as regiões.

Da Tabela 22 até a Tabela 24 são demonstrados os efeitos de alocação para cada um dos setores (primário, secundário, terciário), na sequência os efeitos são interpretados analisando as possíveis vantagens e desvantagens.

Tabela 22 – Efeito de Alocação no Setor Primário nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Efeito Alocação | Especialização | Vantagem Competitiva |
|----------------|-----------------|----------------|----------------------|
| Baixo Pantanal | -666890 | 32.038 | -2,0 |
| Aquidauana | -517320 | 37.904 | -0,7 |
| Alto Taquari | -1742682 | 162.900 | -1,5 |
| Campo Grande | -1491789 | -686.927 | -0,7 |
| Cassilândia | -262395 | 101.895 | 0,3 |
| Paranaíba | 671246 | 40.080 | -1,0 |
| Três Lagoas | 4121885 | 86.547 | 1,7 |
| Nova Andradina | -500878 | 11.222 | -0,7 |
| Bodoquena | -877918 | 47.787 | -1,3 |
| Dourados | 1589928 | 63.001 | 1,6 |
| Iguatemi | -309330 | 103.552 | 0,1 |

Elaborado pelo autor.

As microrregiões que apresentam efeito de alocação positivo para o setor primário são Paranaíba, Três Lagoas e Dourados.

Já a Tabela 23, analisa o efeito alocação par ao setor primário, os resultados demonstram que o efeito foi positivo para as microrregiões de Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Três Lagoas, Bodoquena, Dourados e Iguatemi, sendo o sinal negativo apenas para Baixo Pantanal, Campo Grande e Nova Andradina.

Tabela 23 – Efeito de Alocação no Setor Secundário nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Efeito Alocação | Especialização | Vantagem Competitiva |
|----------------|-----------------|----------------|----------------------|
| Baixo Pantanal | -54.746 | -57.633 | 0,9 |
| Aquidauana | 100.494 | -35.201 | -2,9 |
| Alto Taquari | 205.249 | -73.340 | -2,8 |
| Campo Grande | -782.745 | 275.154 | -2,8 |
| Cassilândia | 23.845 | -20.771 | -1,1 |
| Paranaíba | -43.609 | -3.373 | 12,9 |
| Três Lagoas | 125.475 | 7.470 | 16,8 |
| Nova Andradina | -46.808 | 25.249 | -1,9 |
| Bodoquena | 103.644 | -30.085 | -3,4 |
| Dourados | 29.328 | -41.127 | -0,7 |
| Iguatemi | 9.519 | -46.342 | -0,2 |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 24 indica o efeito de alocação para o setor terciário, mostrando que as microrregiões de Aquidauana, Alto Taquari, Paranaíba, Nova Andradina, Bodoquena e Iguatemi possuem sinal de alocação positivo. Lembrando que de acordo com Haddad (1989), o efeito de alocação pode mostrar se a região está especializada nos setores que possui vantagens competitivas (efeito positivo) ou não.

Tabela 24 – Efeito de Alocação no Setor Terciário nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Efeito Alocação | Especialização | Vantagem Competitiva |
|----------------|-----------------|----------------|----------------------|
| Baixo Pantanal | -34.511 | 25.696 | -1,3 |
| Aquidauana | 3.887 | -2.641 | -1,5 |
| Alto Taquari | 126.109 | -89.417 | -1,4 |
| Campo Grande | -35.269 | 412.434 | -0,1 |
| Cassilândia | -74.474 | -83.027 | 0,9 |
| Paranaíba | 61.335 | -36.630 | -1,7 |
| Três Lagoas | -208.290 | -93.871 | 2,2 |
| Nova Andradina | 16.105 | -36.391 | -0,4 |
| Bodoquena | 29.371 | -17.625 | -1,7 |
| Dourados | -21.973 | -21.467 | 1,0 |
| Iguatemi | 1.879 | -57.062 | 0,0 |

Elaborado pelo autor.

Assim, analisando as Tabelas 22, 23 e 24 é possível observar os efeitos de alocação, a seguir a Tabela 25 demonstra as possíveis alternativas de efeito de alocação para as informações expostas anteriormente nas Tabelas 22, 23 e 24.

Tabela 25 – Sinais de possíveis efeitos alocação

| Definição | Efeito alocação | Especialização | Vantagem competitiva | Alternativa |
|---|-----------------|----------------|----------------------|-------------|
| Vantagem competitiva especializada | + | + | + | 1 |
| Vantagem competitiva não especializada | - | - | + | 2 |
| Desvantagem competitiva especializada | - | + | - | 3 |
| Desvantagem competitiva não especializada | + | - | - | 4 |

Elaborado pelo autor.

Existem 4 alternativas para o efeito de alocação conforme a variação dos sinais (negativo e positivo) do efeito de alocação, especialização e vantagem competitiva, as alternativas estão demonstradas na Tabela 25 acima.

Tabela 26 – Alternativa de efeito de Alocação nas MRGs de MS 2000-2015

| MRGs/Setor | Setor Primário | Setor Secundário | Setor Terciário |
|----------------|----------------|------------------|-----------------|
| Baixo Pantanal | 3 | 2 | 3 |
| Aquidauana | 3 | 4 | 4 |
| Alto Taquari | 3 | 4 | 4 |
| Campo Grande | 4 | 3 | 3 |
| Cassilândia | 1 | 4 | 2 |
| Paranaíba | 3 | 2 | 4 |
| Três Lagoas | 1 | 1 | 2 |
| Nova Andradina | 3 | 3 | 4 |
| Bodoquena | 3 | 4 | 4 |
| Dourados | 1 | 4 | 2 |
| Iguatemi | 1 | 4 | 2 |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 26 mostra as alternativas encontradas para todas as microrregiões nos três setores, essas alternativas serão melhor exploradas a seguir, nas próximas tabelas, que apresentam os resultados a partir das quatro alternativas possíveis, Vantagem competitiva especializada, vantagem competitiva não especializada, desvantagem competitiva especializada, e desvantagem competitiva não especializada respectivamente.

Tabela 27 – Vantagem competitiva especializada (Alternativa 1)

| Setores | Microrregião |
|-------------------|--|
| Primário | Cassilândia, Três Lagoas, Dourados e Iguatemi. |
| Secundário | Três Lagoas |
| Terciário | Nenhuma |

Elaborado pelo autor.

A vantagem competitiva especializada estava presente predominantemente no setor primário nas microrregiões de Cassilândia, Três Lagoas, Dourados e Iguatemi.

No setor secundário apenas Três Lagoas se enquadra nessa alternativa. Considerando o foco deste trabalho, é importante destacar o quanto o desempenho da microrregião de Três Lagoas tem se destacado no setor secundário. Mostrando que a microrregião é especializada e possui competitividade no setor industrial.

E no setor terciário nenhuma microrregião apresentou vantagem competitiva especializada.

Tabela 28 – Vantagem competitiva não especializada (Alternativa 2)

| Setores | Microrregião |
|-------------------|--|
| Primário | Nenhuma |
| Secundário | Baixo Pantanal e Paranaíba |
| Terciário | Cassilândia, Três Lagoas, Dourados e Iguatemi. |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 28 mostra que no setor primário nenhuma microrregião possui vantagem competitiva não especializada.

No setor secundário Baixo Pantanal e Paranaíba possuem vantagem competitiva não especializada. Isso significa que essas microrregiões são competitivas, mas não possuem especialização no setor secundário.

E no setor terciário Cassilândia, Três Lagoas, Dourados e Iguatemi apresentam vantagem competitiva não especializada.

Tabela 29 – Desvantagem competitiva especializada (Alternativa 3)

| Setores | Microrregião |
|-------------------|---|
| Primário | Baixo Pantanal, Alto Taquari, Aquidauana, Paranaíba, Nova Andradina e Bodoquena |
| Secundário | Campo Grande e Nova Andradina |
| Terciário | Baixo Pantanal e Campo Grande |

Elaborado pelo autor.

A Tabela 29 mostra a terceira alternativa, desvantagem competitiva especializada, que significa que as microrregiões que se enquadram nessa alternativa são especializadas em setores que apresentam desvantagens competitivas. Baixo Pantanal, Alto Taquari, Aquidauana, Paranaíba, Nova Andradina e Bodoquena apresentam desvantagem competitiva especializada para o setor primário. Para o setor secundário Campo Grande e Nova Andradina se enquadram nessa alternativa, o que pode explicar essa situação é que apesar da significância e grau de especialização do setor secundário nessas microrregiões elas apresentam desvantagem competitiva por apresentarem taxas de crescimento abaixo das demais regiões. E Baixo Pantanal e Campo Grande apresentam esse resultado para o setor terciário.

Tabela 30 – Desvantagem competitiva não especializada (Alternativa 4)

| Setores | Microrregião |
|-------------------|--|
| Primário | Campo Grande |
| Secundário | Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Bodoquena, Dourados e Iguatemi |
| Terciário | Aquidauana, Alto Taquari, Paranaíba, Nova |

Elaborado pelo autor.

A última alternativa para o efeito de alocação é a desvantagem competitiva não especializada, que indica a região não é especializada e cresce menos que a média estadual. No setor secundário, foco do trabalho, Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Bodoquena, Dourados e Iguatemi apresentam desvantagem competitiva não especializada.

Resumidamente, a análise para o setor secundário mostram Três Lagoas com vantagem competitiva especializada, Baixo Pantanal e Paranaíba com vantagem competitiva não especializada, Campo Grande e Nova Andradina como desvantagem competitiva especializada e Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Bodoquena, Dourado se Iguatemi como desvantagem competitiva não especializada.

O setor industrial aparece com maior destaque na microrregião de Três Lagoas, que apresenta o melhor desempenho quanto a vantagens competitivas e especialização quando comparado com o restante do estado, um dos fatores que podem explicar esse resultado é a localização da microrregião, no leste do estado, absorvendo para si a influencia da industrialização do sudeste. Conforme a Tabela 31 é possível identificar que o período de análise o número de estabelecimentos do setor secundário na microrregião de Três Lagoas passou de 267 para 799, um aumento de 299 %, quase três vezes mais que o número inicial.

Tabela 31 – Estabelecimentos industriais MRG de Três Lagoas de 2000 até 2015

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Ano/Total de | 267 | 320 | 369 | 403 | 323 | 327 | 347 | 380 |
| Indústrias | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| | 410 | 435 | 496 | 554 | 614 | 681 | 747 | 799 |

Fonte: SEMAGRO 2018.

A microrregião de Baixo Pantanal e Paranaíba se enquadram na alternativa de vantagem competitiva não especializada. Microrregião de Nova Andradina e Campo Grande possuem desvantagem competitiva especializada e as demais microrregiões se enquadram no pior cenário possível entre as quatro alternativas, desvantagem competitiva não especializada, ou seja, não apresentam especialização nem alguma vantagem competitiva local para o setor secundário.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central que orientou a elaboração deste trabalho foi o de verificar o potencial do setor secundário em dinamizar a economia de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2015. E como objetivo secundário revisar a trajetória histórica econômica da formação de Mato Grosso do Sul, verificar a estrutura produtiva dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul, e por fim, identificar o padrão de concentração/dispersão espacial do PIB setorial.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta em sua estrutura, desde sua original, como forte característica a sua economia baseada no setor primário. No decorrer do tempo os avanços da economia sul-mato-grossense, a integração nacional e a descentralização da indústria do sudeste para outras áreas, permitiram formar os elementos necessários para o estabelecimento das agroindústrias que iniciaram o processo de ampliação da participação do setor industrial, isso somente a partir das décadas de 1970-1980.

No período em análise o desempenho do setor secundário em Mato Grosso do Sul foi positivo, pois o número de estabelecimentos do setor cresceu. Empresas de outros estados, principalmente de São Paulo, atraídas por incentivos fiscais instalaram-se no estado. A participação percentual do PIB industrial aumentou no decorrer do período, inclusive a partir de 2009-2010 superando em percentual o setor primário na composição do PIB estadual. A partir de então passou ocupar a segunda colocação em participação atrás apenas do setor terciário, que é o principal setor em participação no PIB estadual. Quando analisado na perspectiva microrregional as microrregiões que se destacam e apresentam maior participação do setor secundário na composição do PIB microrregional são as microrregiões de Campo Grande, Três Lagoas, Baixo Pantanal, Paranaíba e Nova Andradina.

Esses resultados demonstram que o setor apresentou expansão relevante no período analisado, indicando sua potencialidade em dinamizar a economia estadual. Porém, ainda bastante atrelada ao desempenho do setor primário por ser composto predominantemente por agroindústrias. A indústria em Mato Grosso do Sul é basicamente composta por agroindústrias, como produção de alimentos, celulose, açúcar e álcool, etc. Como visto nos períodos de 2003-2007 em que seu desempenho oscilou, As oscilações estavam ligadas a crise internacional, mas também vinculadas a fatores relacionados à insuficiência de chuvas e pelo aparecimento de focos de febre aftosa em alguns municípios do estado.

Para atingir os objetivos secundários de verificar a estrutura produtiva dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul, e identificar o padrão de concentração/dispersão espacial

do PIB setorial optou pela utilização das medidas de localização e especialização complementadas pelo método diferencial-estrutural.

O Quociente Locacional aplicado ao PIB setorial das microrregiões mostrou que predominantemente as microrregiões apresentam especialização no setor primário, as exceções são Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina no setor secundário. Ambas as microrregiões localizadas no leste do estado, na divisa com São Paulo, que por sua vez o estado de origem do maior número de empresas do setor secundário que se instalaram no estado. Nesse ponto é importante considerar o fato dos incentivos fiscais e também, talvez principalmente a questão logística, a proximidade dessas regiões com São Paulo possibilitou a entrada desse estabelecimento no estado.

O Coeficiente de Redistribuição mostrou que no geral não ocorreram mudanças significativas quando ao padrão de dispersão ou concentração espacial nas microrregiões, o único destaque possível é para as microrregiões de Campo Grande e Três Lagoas, no setor secundário, que apresentaram os maiores valores, indicando maiores mudanças estruturais.

O Coeficiente de Especialização mostrou que no geral os valores indicam que no período de 2000 a 2015 as economias regionais têm apresentado características similares a da economia estadual, com as exceções de Paranaíba e Três Lagoas.

O Coeficiente de Reestruturação permite relacionar se houve mudança na estrutura em dois períodos diferentes, os resultados de maior significância foram os valores para o setor secundário das microrregiões de Paranaíba e Três Lagoas, indicando que houve mudanças na estrutura setorial.

O Método diferencial-estrutural aplicado às microrregiões classifica em quadro categorias referentes às vantagens competitivas e especialização do local, as categorias são de vantagem competitiva especializada, vantagem competitiva não especializada, desvantagem competitiva especializada e desvantagem competitiva não especializada. Apenas Três Lagoas apresentou vantagem competitiva especializada, Paranaíba e Baixo Pantanal na categoria vantagem competitiva não especializada, Campo Grande e Nova Andradina como desvantagem competitiva não especializada, e as demais microrregiões como desvantagem competitiva não especializada.

A partir dos resultados do *shift-share* o ranking das melhores microrregiões em relação ao setor industrial tem nas primeiras posições Três Lagoas, Campo Grande, Paranaíba e Nova Andradina. De certa forma os resultados confirmam outros trabalhos elaborados anteriormente e as suposições iniciais desta pesquisa. Tanto a teoria quando a história indicam que essas regiões devido sua proximidade geográfica com São Paulo recebem a influência e

os impactos da industrialização do sudeste, a exceção a questão geográfica, mas apesar disso continua a ser influenciada pelas indústrias do sudeste, é a microrregião do Baixo Pantanal que apresenta destaque no setor secundário devido sua excepcional abundância de minerais.

Enfim, quanto ao objetivo central da pesquisa os resultados permitem afirmar que o setor secundário é sim capaz de dinamizar a economia estadual, porém é preciso compreender que a estrutura econômica estadual é tão caracterizada pelo setor primário que uma pequena variação estrutural no setor secundário pode apresentar uma vultosa representação estatística. Ou seja, as microrregiões que melhor apresentam resultados para o setor secundário não necessariamente são grandes polos industriais, afinal ainda mantem boa parte de sua estrutura baseada no setor primário. Considerando todos esses fatos, a indústria deve sim ser otimizada, porém sem muito se desvincular do setor primário, a principio tornando se um complemento.

Quanto às limitações cabe observar que não são abundantes as informações do PIB para as microrregiões, principalmente detalhando o PIB setorial, o que dificulta a coleta de dados para as análises. Considerando isso, a análise foi realizada com o PIB dos três grandes setores da economia estadual, setor primário, secundário e terciário, esse fato justificaria a falta de uma desagregação maior, o que é possível, por exemplo, com dados do emprego. Além disso, os métodos por serem de natureza descritiva e de escopo analítico limitado apresentam suas limitações metodológicas, porém minimizadas quanto complementadas com outras ferramentas de análise regional. Sabendo disso buscou-se interpretar as duas ferramentas utilizadas na análise de forma complementar. Contudo, para minimizar as limitações do trabalho é válido lembrar que os resultados obtidos devem ser analisados de forma conjunta com outras pesquisas que utilizam outros métodos, más que analisam o mesmo objeto, o setor secundário em MS.

Como indicação de estudos futuros, é possível averiguar se as políticas e o planejamento estatal principalmente do governo estadual estão alinhadas com a realidade observada no trabalho, proporcionando condições de fortalecer o setor secundário em suas potencialidades ou não. Outra proposta poderia averiguar se nas microrregiões do estado onde o setor secundário é mais presente existe diferença de indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida quando comparados a microrregiões onde o setor industrial é fraco.

REFERÊNCIAS

- ABRACAL. Calcário Agrícola - Produção por estado. Disponível em: <[http://www.abracal.com.br/arquivos/documentos/Calcário Agrícola Brasil Consumo Aparente 1992 a 2015 e Produção por Estado 1987 a 2015 b.pdf](http://www.abracal.com.br/arquivos/documentos/Calcário_Agrícola_Brasil_Consumo_Aparente_1992_a_2015_e_Produção_por_Estado_1987_a_2015_b.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- ABREU, Silvana de. **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: A SUDECO NO ESPAÇO MTOGROSSENSE** Contexto, propósitos e contradições. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/sL5sc6>> Acesso em 30. abr. 2017.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Ipea - Planejamento e políticas públicas, n. 23, jun. 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.
- BERTHOLI, Anderson. **Peculiaridades do desenvolvimento no Mato Grosso do Sul: formação sócio-espacial e pecuarização**. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/EXtAfg>>. Acesso em: 28. Ago. 2017.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p.131-150, ago. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/Z1tTgu>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- BIANCHI, Ana Maria. As muitas travessias de Albert Hirschman. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p.7-16, jan/jun. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/nLkxvP>>. Acesso em: 30 set. 2017.
- BOTEGA, Erica Karla et al. Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão. **Revista FAE**, Curitiba, v. 9, n. 2, p.79-86, jul/dez. 2006.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 7. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011.
- CARDOSO, Fernanda Graziella. **A Armadilha do Subdesenvolvimento: Uma Discussão no Período Desenvolvimentista Brasileiro sob a Ótica da Abordagem da Complexidade**. 2012. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, USP, São Paulo, 2012.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p.9-32, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/Ruvsq2>>. Acesso em: 03 out. 2017.
- CHIQUITO, Elisangela de Almeida. A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento. 269 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/nuvuEK>>. Acesso em: 08. ago. 2017.

COSTA, Caio Luca. **Os Atores e a Dinâmica do Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DINIZ, Bernardo P. Campolina. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese (Doutorado em Geografia) 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/MGfzw7>> Acesso em: 01. ago. 2017.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p.194-205, jan-jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/GjKeFk>>. Acesso em: 03 out. 2017.

ERBER, Fábio Stefano. O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, edição especial, p.1-32, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/Wp37e1>>. Acesso em: 18 out. 2017.

FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt et al. Desoneração do ICMS no setor da agropecuária: impactos sobre a economia do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.119-144, 20 mar. 2014. Fundação Universidade Regional de Blumenau. <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2014v2n1p119-144>.

FERREIRA, Bruna Maria Oliveira Benites. Formação Industrial e as Transformações Recentes na Economia de Mato Grosso do Sul. 155 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Ponta Porã, 2016.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; LAMÔNICA, Marcos Tostes. Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 18, ano 05, p. 61-72, jul/set. 2009. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/18%20Capa/Carmem%20Aparecida%20Feijo%20-%20Marcos%20Tostes%20Lamonica.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FILHO, Alcides Goularti; MESSIAS, Talita Alves de; ALMEIDA, André Scholl de. **Estado e Desenvolvimento Regional: Uma análise comparativa da trajetória financeira das superintendências regionais de desenvolvimento no Brasil 1970-1989**. VI EEC, Joinville, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/BdtXVc>>. Acesso em: 20. set. 2017.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). O ambiente regional. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 1).

GOMES, Igor Ronyel Paredes. **CIDADES PEQUENAS E REDE URBANA: INTERAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR DO SUDOESTE DO ESTADO DE MATO**

GROSSO DO SUL. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFGD, Dourados, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/eE5jNh>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GOMES, Thayná Nogueira. **A Dimensão Espacial do Processo de Reestruturação da Indústria no Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014**. Dissertação de Mestrado. 270 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005. Economia & Tecnologia. UFPR/TECPAR. Ano 6, Vol. 23, Out./Dez. 2010.

HADDAD, Paulo Roberto; ANDRADE, Thompson Almeida. Método de Análise Diferencial-Estrutural. In: HADDAD, Paulo Roberto. **Economia Regional: Teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. p. 92-110.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A, 1961.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990, p. 8.

JURADO, Fernando Lucas de Souza. **O Processo de Industrialização na Cidade de Três Lagoas (MS): Discursos, desdobramentos e contradições**. Dissertação de Mestrado. 207 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Aquidauana. 2008. Aquidauana. Disponível em: <<https://goo.gl/R5q9Yq>> Acesso em: 30. Jul. 2017.

LAMÔNICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Indústria de transformação e crescimento: uma interpretação para o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 9, n. 531, p.20-40, jan/mar. 2013. Disponível em: <<http://www.icad.puc-rio.br/cfeijo/pdf/30662-115604-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações Espaço-Temporais**. 2000. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/gCDXYw>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES Rodrigo Ferreira. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O Caso Do Brasil. Texto Para Discussão N°358, CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2009.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois (a ocupação do planalto sul (de) Mato Grosso, 1830 - 1870). (Dissertação) ICHF - FF, Niterói/RJ, 1993. 189 p.

Ministério de Minas e Energia. **Anuário Mineral Brasileiro**. Brasília: DNPM, 2010.

MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

NURKSE, Ragnar. Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OCAMPO, José Antonio. Hirschman, a industrialização e a teoria do desenvolvimento*. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p.17-28, jan/jun. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/n9gaTz>>. Acesso em: 30 set. 2017.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. Colônia Agrícola Nacional de Dourados: a marca de Vargas na Marcha para Oeste. In: MARIN, José Orlando Bevilaqua et al. **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 189-212.

OLIVEIRA, Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. Revistando o pensamento do Gunnar Myrdal e Amartya Sen sobre o estado de bem-estar social. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 15, n. 29, p.153-169, nov. 2016.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e Reprodução do espaço**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS 2003.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. A SOBREVIDA DA MARCHA PARA O OESTE. **Estudos, Vida e Saúde**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p.623-643, jul/ago. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/EHfXvQ>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

PAVÃO, E. S. Formação, Estrutura e Dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no Contexto das Transformações da Economia Brasileira. 239 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/h22tvv>>. Acesso em: 30. jul. 2017.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jaques. **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.

PIFFER, Moacir. A dinâmica da base econômica regional. In: PIACENTI, Carlos Alberto. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú, 2016. p. 108-121.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil – 1500 - 1930. Editora Brasiliense Ltda. São Paulo, 1949.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIPPEL, Ricardo. Encadeamentos produtivos e a polarização na economia regional. In: PIACENTI, Carlos Alberto. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú, 2016. p. 80-88.

RODRIGUES, Rossana Lott et al . Transformações na estrutura produtiva da economia paranaense nos anos 80 e 90. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 73-93, Mar. 2007. Disponível em <<https://goo.gl/PKck5B>>. Acesso em: 04 Nov. 2017.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEFAZ. **LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2001**. Disponível em: <<https://goo.gl/ETeycb>>. Acesso em: 28 set. 2017.

SEMAGRO. *Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015*. 2015

SILVA, Cristovão Henrique Ribeiro da. **Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, UFGD, Dourados, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/gNwLdo>>. Acesso em: 30. jul. 2017.

SILVA, José Antônio Rodrigues da; MONTE, Paulo Aguiar do: Dinâmica regional e setorial do emprego no Brasil: 1997 a 2007. *Revista de Economia*, v. 37, n. 2 (ano 35), p. 78-105, maio/ago. Paraná: UFPR, 2011.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005, 31p. (Texto para discussão, 259).

SOBRAL, Felipe; PECI, Alketa; SOUZA, Gustavo Costa de: Uma Análise Shift-share da Dinâmica do Setor de Turismo no Brasil: Recomendações para as Políticas Públicas. 30º Encontro da ANPAD. Salvador, 2006.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. *Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas*. Presidente Prudente: UNESP. Dissertação (Mestrado), 1995.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2002. 443 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, USP, São Paulo, 2002.

SOUZA, Glaucinda dos Santos; SONAGLIO, Claudia Maria; ZAMBERLAN, Carlos Otavio. **A Pecuária Face a formação econômica sul - Mato Grossense**. ENIC, Dourados, n. 6, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/nhxZY1>>. Acesso em: 03. ago. 2017.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TERRA, Ademir. A Modernização Agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. **In: II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006, Uberlândia - MG. II Encontro de Grupos de Pesquisa - Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/9hcsVn>> Acesso em: 30. jul. 2017.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CASTRO, José Márcio de. Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais: Reflexões sobre Aglomerações Produtivas. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p.81-97, mar. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/6760>>. Acesso em: 03 out. 2017.

VIEIRA, Flávio Vilela; AVELLAR, Ana Paula; VERÍSSIMO, Michele Polline. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 3 (136), pp. 485-502, julho-setembro/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n3/v34n3a08.pdf>> Acesso em: 13. Nov. 2017.

VIEIRA, Rosele Marques. A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Estado de Mato Grosso do Sul-MS, no Período de 1990 a 2010: Uma Aplicação do Método Estrutural-Diferencial. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia do Desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

VIEIRA, Rosele Marques; MISSIO, Fabrício José; DATHEIN, Ricardo: Análise estrutural-diferencial do mercado formal de trabalho em Mato Grosso do Sul. Texto para Discussão Nº 08/2013-Faculdade de ciências econômicas/departamento de economia e relações internacionais, UFRGS,2013.

WILLERS, Ednilse Maria. Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local. In: PIACENTI, Carlos Alberto. **Economia e Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipú, 2016. p. 142-165.

M842d Moreno, Rafael Gonçalves

Dinâmica do PIB industrial em Mato Grosso do Sul: uma aplicação do método estrutural-diferencial e das medidas regionais de 2000 a 2015 / Rafael Gonçalves Moreno. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2018.

90p. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Rosele Marques Vieira.

1. Industrialização 2. Mato Grosso do Sul 3. Método diferencial-estrutural I. Título.

CDD 23.ed. 338.09